

ANTROPOLOGIA E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA:

O CASO DE UMA POSSÍVEL REINTRODUÇÃO DE ESPÉCIES
OUTRORA EMBLEMÁTICAS NO PARQUE NATURAL DA SERRA
DA ESTRELA (PORTUGAL)

Filipa Ferreira Soares

**Dissertação de Mestrado em Antropologia -
Área de especialização de Natureza e Conservação**

SETEMBRO DE 2010



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em *Antropologia - Área de especialização de Natureza e Conservação*, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Cláudia Sousa.

Para todos os que acreditam que é possível um mundo melhor.

Para a C., sempre...

AGRADECIMENTOS

Vergílio Ferreira escreveu um dia, e talvez lhe devesse agradecer por isso: «Estamos condenados a pensar com palavras, a sentir em palavras, se queremos pelo menos que os outros sintam connosco. Mas as palavras são pedras.» E é precisamente a palavras que terei de recorrer para esboçar aqui os meus inúmeros agradecimentos a todos os que, directa e/ou indirectamente, contribuíram para o ponto final desta viagem, ciente de que essas palavras não passam de isso mesmo: palavras. Pedras.

Em primeiro lugar, queria agradecer ao Ricardo Brandão não só pela oportunidade concedida para desenvolver este trabalho, mas também pelo estender da mão desde o primeiro dia em que falámos, pelos ensinamentos constantes, pela força, pelo entusiasmo e também por acreditar que a antropologia pode ser importante. Em segundo lugar, um agradecimento especial à Professora Doutora Cláudia Sousa, minha orientadora neste trabalho e em muitos outros aspectos, talvez sem o saber. Obrigado pela amizade, pela confiança, pelo constante apoio, pelas dicas e ensinamentos, pela visita na minha primeira semana na Serra e por ter aceite orientar este trabalho, apesar das minhas inseguranças. Por tudo isto e muito mais que não cabe em meras palavras, o meu muito obrigado! Um obrigado especial também para a Professora Doutora Amélia Frazão-Moreira pela prontidão em ajudar sempre que necessário, pelo apoio, pelos conselhos e pela revisão.

Este trabalho também não teria sido possível sem o apoio de certas entidades a quem agradeço pela disponibilidade. Aqui fica um obrigado ao ICNB/PNSE (nomeadamente ao Dr. Fernando Queirós Monteiro, Eng. Jorge Coimbra, Eng. Jacinto Diamantino e Eng. A. Costa), à associação ALDEIA, ao CERVAS e ao Dr. José Conde do CISE pelos artigos facultados. Um muito obrigado também a todos os presidentes das Juntas de Freguesia das sete freguesias e em particular à Elisabete Guerrinha, presidente da Junta de Freguesia de Figueiró da Serra, pela hospitalidade, pela simpatia, pela preocupação, pela casa onde fiquei instalada durante cinco meses, pela lenha que não me deixou enregelar em demasia.

A todas as pessoas que aceitaram responder às minhas perguntas, muito obrigado pelas histórias e por tantas coisas que aprendi. Apesar de serem vozes silenciosas neste trabalho, tentei que ecoassem em cada linha. E um obrigado especial aos habitantes de Figueiró da Serra pela hospitalidade com que me acolheram e pelo interesse em ajudar.

Por último, mas em nada menos importante, um agradecimento muito especial para a minha família e amigos. Aos meus pais e irmã, obrigado pelo incansável apoio todos os dias, pelos "sacrifícios", pelas visitas, por não me terem deixado baixar os braços, por me aturarem nos

momentos mais difíceis, por serem quem são... Um muito obrigado ao Cláudio pela eterna paciência, pelos minutos abdicados, pelo companheirismo, pelas longas horas de comboio, pela força, por também não me ter deixado desistir e por continuar aqui... Obrigado também a todos os familiares que, mesmo não percebendo muito bem o que é isso da antropologia e o que andava a fazer pela Serra, me apoiaram. E um muito obrigado a todos os meus amigos que não preciso aqui nomear mas que, longe ou perto, me foram apoiando. A todos o meu eterno agradecimento!

E porque é sempre ingrato e difícil agradecer a todos, sobretudo porque aquilo que fazemos hoje resulta de todo um percurso pessoal e académico para o qual contribuíram inúmeras pessoas com as quais nos fomos cruzando pelo caminho e que, de uma forma ou de outra, contribuíram para aquilo que somos e fazemos hoje, a todas essas pessoas também deixo aqui o meu obrigado.

RESUMO

ANTROPOLOGIA E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: O CASO DE UMA POSSÍVEL REINTRODUÇÃO DE ESPÉCIES OUTRORA EMBLEMÁTICAS NO PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA (PORTUGAL)

FILIPA FERREIRA SOARES

PALAVRAS-CHAVE: conservação da natureza, reintrodução, percepções sociais, «escala sociozoológica», Parque Natural da Serra da Estrela (Portugal).

No quadro geral da conservação da natureza, tem-se vindo a assistir a uma mudança de enfoque, predominando, actual e teoricamente, uma perspectiva assente no pressuposto da inclusão das comunidades locais para o sucesso da mesma. Nesta perspectiva, uma qualquer estratégia de conservação deve ter em consideração não só a dimensão ecológica, mas também a dimensão económica e sócio-cultural do contexto em que vai ser aplicada, sendo sobre esta última que a antropologia se pode debruçar e reclamar um lugar para si.

Tal consideração sustentou a realização de um estudo centrado numa possível reintrodução de três espécies outrora emblemáticas no Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE): a águia-real (*Aquila chrysaetos*), o grifo (*Gyps fulvus*) e o lobo-ibérico (*Canis lupus signatus*). Pretendeu-se aceder, por um lado, ao grau de aceitação e apoio dessa possível reintrodução por parte da população local e, por outro, aos possíveis impactos da mesma no contexto social local. Tal passou, por seu turno, por um enquadramento geral das percepções sociais da fauna local. Para tal, procedeu-se à recolha de dados entre Setembro de 2009 e Março de 2010 através de técnicas complementares: análise de documentos, entrevistas informais (n=18) e entrevistas semi-estruturadas a residentes (n=116) de sete freguesias rurais da zona noroeste do PNSE. Os dados foram analisados qualitativa e quantitativamente, através da estatística não-paramétrica.

Dos resultados obtidos destacam-se três aspectos: (i) O contexto social local tem sofrido ao longo dos tempos uma forte mudança social, conducente ao decréscimo e envelhecimento populacional, à diminuição do peso económico do sector primário e ao abandono das práticas agro-pecuárias tradicionais, extremamente importantes para as espécies em causa devido aos impactos a nível da disponibilidade alimentar. Tal poderá ter estado na base da sua extinção, para além de poder comprometer a própria reintrodução, até porque, segundo a grande maioria dos inquiridos (n=103, 89%), o futuro da agro-pastorícia local avizinha-se negativo. (ii) Os dados sugerem que as percepções sociais da fauna local estão alicerçadas sobretudo em critérios utilitários, estéticos e ecológicos, originando uma «escala sociozoológica» (Arluke e Sanders, 1996) pautada essencialmente pelo dualismo bom/mau. (iii) Nesta escala, as três espécies em causa recaem, numa óptica local, na categoria "maus animais", podendo ser tidas como espécies *nocivas* devido a possíveis conflitos de interesse (na pecuária, caça e pastorícia) com as comunidades locais. Tal poderá estar, aliás, na base das opiniões eminentemente negativas dos inquiridos (n=86, 74%) face a uma possível reintrodução do lobo. Não obstante, as opiniões parecem ser positivas no caso da águia-real (n=71, 61%) e do grifo (n=50, 43%).

Este estudo pioneiro em contexto nacional pode ser tido como uma importante base para futuros estudos a desenvolver antes da própria reintrodução, tanto na área das ciências naturais, como na das ciências sociais. Para além disso, pode ser tido ainda como um pequeno contributo não só para a diversificação dentro da própria disciplina antropológica, mas também para evidenciar a importância de estudos atentos ao contexto social local da conservação da natureza, nomeadamente estudos antropológicos, ainda tão escassos no contexto nacional.

ABSTRACT

ANTHROPOLOGY AND NATURE CONSERVATION: THE CASE OF A POSSIBLE REINTRODUCTION OF ONCE EMBLEMATIC SPECIES IN SERRA DA ESTRELA NATURAL PARK (PORTUGAL)

FILIPA FERREIRA SOARES

KEYWORDS: nature conservation, reintroduction, social perceptions, «sociozoologic scale», Serra da Estrela Natural Park (Portugal).

In what concerns nature conservation, there has been a focus shift. Currently, and at least theoretically, it prevails a perspective based on the assumption of local communities' inclusion for it to succeed. Therefore, any conservation strategy must take into account not only the ecological dimension, but also economic and socio-cultural ones of the context where it will be applied. It is on this last dimension that anthropology can focus itself.

Based on this assumption, a study has been carried out in Serra da Estrela Natural Park (PNSE), focused on a possible reintroduction of once emblematic species: the golden eagle (*Aquila chrysaetos*), the griffon vulture (*Gyps fulvus*), and the Iberian wolf (*Canis lupus signatus*). Its main objectives were to access, on the one hand, to local people's degree of acceptance and support towards the possible reintroduction and, on the other hand, its possible impacts on the local social context. In turn, it implied a global framing of social perceptions of local fauna. Data were collected between September 2009 and March 2010 through complementary techniques: document analysis, informal interviews (n=18) and semi-structured interviews to the inhabitants (n= 116) of seven rural villages located on the north-western part of PNSE. Data was analysed qualitatively and quantitatively through non-parametric statistics.

Results suggest three main points: (i) Local social context has been suffering through times from a significant social change, which resulted in a demographic decrease and aging, in the loss of the primary sector economical importance and in the abandonment of traditional agricultural and livestock practices, extremely important for the three species due to its impacts at the food availability level. Those factors not only could have been at the basis of their extinction, but also can compromise the reintroduction itself. This is even worse if we take into account that the majority of respondents (n=103, 89%) perceive local agro-pastoral's future as negative. (ii) Results suggest that social perceptions of local fauna are mainly based on utilitarian, aesthetical, and ecological criteria, creating a «sociozoologic scale» (Arluke & Sanders, 1996) based essentially on the dualism good/bad. (iii) Within this scale, the three focal species are considered locally as "bad animals", as they can be considered *harmful* species due to possible conflicts of interest with local communities (mainly livestock owners, hunters and pastoralists). Moreover, this can support the respondents' extremely negative opinions (n=86, 74%) towards the wolf possible reintroduction. Nevertheless, opinions seem to be positive in the case of the golden eagle (n=71, 61%) and the griffon vulture (n=50, 43%).

This pioneering study in Portugal can be regarded as an important basis for future studies to be conducted previously to the reintroduction project, in natural and social sciences areas. Furthermore, it can be seen as a small contribution not only towards the diversification inside anthropology itself, but also in highlighting the importance of studies concerned with nature conservation's local social context, mainly anthropological studies, still very scarce in the portuguese context.

ÍNDICE

Capítulo 1: Introdução	1
1.1. Antropologia e conservação da natureza	1
1.2. Justificação do estudo	7
a) Águia-real (<i>Aquila chrysaetos</i>)	7
b) Grifo (<i>Gyps fulvus</i>)	8
c) Lobo-ibérico (<i>Canis lupus signatus</i>)	9
1.3. Reintrodução: o contributo antropológico	9
1.4. Objectivos	13
1.5. Estrutura da dissertação	14
Capítulo 2: Metodologia	16
2.1. Área de estudo	16
2.2. Recolha dos dados	18
2.2.1 Primeira fase	18
2.2.2. Segunda fase	19
2.2.2.1. Amostra	21
2.3. Análise dos dados	23
2.4. Limitações do estudo	24
Capítulo 3: Resultados	27
3.1. Entrevistas informais (1ª fase)	27
3.1.1. Agro-pastorícia	27
3.1.2. Caça	28
3.1.3. Fauna local	29
3.2. Entrevistas semi-estruturadas (2ª fase)	30
3.2.1. Caracterização da população da área de estudo	30
3.2.2. Actividades relacionadas com os recursos naturais	31

a) Agricultura, pecuária e pastorícia	31
b) Caça	35
3.2.3. Percepções sociais da fauna	35
3.2.3.1. Conhecimento das espécies	35
3.2.3.2. Agrupamentos livres	36
3.2.4. As três espécies no PNSE e a possível reintrodução	40
a) Grifo	40
b) Águia-real	45
c) Lobo-ibérico	49
Capítulo 4: Discussão	54
4.1. Um discurso de mudança	54
4.2. Utilitarismo e antropocentrismo	61
4.3. <i>Do we want them back?</i>	72
4.3.1. Grifo	72
4.3.2. Águia-real	73
4.3.3. Lobo-ibérico	74
4.3.4. Opiniões e variáveis sociais	77
Capítulo 5: Considerações finais.....	79
Referências bibliográficas	88
Lista de Tabelas	102
Lista de Figuras	103
Anexos	105
Anexo I: Área de estudo.....	i
I.1. Localização do PNSE e da área de estudo.....	i
I.2. Área de estudo e freguesias seleccionadas.....	ii
Anexo II: Guião de entrevista	iii
Anexo III: Imagens.....	viii

Anexo IV: Caracterização do Universo e amostra inicial	xii
Anexo V: Escalonamento multidimensional por género	xiii
Anexo VI: Opiniões relativamente à possível reintrodução	xiv

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

1.1. ANTROPOLOGIA E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

No quadro geral da conservação da natureza, as perspectivas das ciências naturais têm sido dominantes (Fox *et al.*, 2006: 1818; Büscher e Wolmer, 2007: 2) e, muitas das vezes, exclusivas. Tal deve-se sobretudo ao facto de ainda prevalecerem ecos da ‘filosofia’ conservacionista clássica (Brown, 2002), movida essencialmente pelo interesse na defesa de uma «pristine wilderness» (Orlove e Brush, 1996), como veremos de seguida. Não obstante, as ciências sociais, nomeadamente a Antropologia e a Sociologia, têm vindo a afirmar-se aos poucos nesta área, desempenhando hoje (teoricamente) um papel relevante na conservação da natureza¹ (Mascia *et al.*, 2003; Büscher e Wolmer, 2007: 2), moldada por uma abordagem *populista* (Brown, 2002), holística e interdisciplinar (Gedir *et al.*, 2004). Aliás, de acordo com Casanova *et al.* (2008: 3):

Nos dias de hoje o maior desafio à conservação da biodiversidade não se encontra no domínio das ciências biológicas e florestais (...) mas sim nas relações que se estabelecem entre culturas humanas (num âmbito mais alargado incluindo crenças políticas, religiosas e percepções normativas da floresta e dos outros animais e do seu uso) e *habitats* (...).

Vigente sobretudo no decorrer da década de 1980 e princípios da década de 1990 (Drew e Henne, 2006), o paradigma *preservacionista* (Knight, 2000) ou *proteccionista* (Hackel, 1999) pode ser tido, em traços muito gerais, como uma «atitude defensiva» movida essencialmente pelo objectivo de proteger a ‘natureza’ das consequências (nefastas, de acordo com este ponto de vista) do desenvolvimento humano (Chardonnet *et al.*, 2002: 44). Neste sentido, a população local, bem como toda e qualquer interferência humana, passa a ser encarada como uma ameaça à conservação (Hackel, 1999; Macdonald, 2007: 26; Nygren, 2004: 43). Na base deste pressuposto, encontra-se uma concepção específica da realidade mundana, chamemos-lhe assim, de forma alguma universalmente partilhada (Castro, 1996; Ingold, 1996; Latour, 2004; Nygren, 2004; Macdonald, 2007; Descola, 2008): «a dualistic view of nature and society» (Knight, 2000: 11). Fortemente enraizada no paradigma judaico-cristão (Singer, 1995; Arluke e Sanders, 1996; Costa, 2004; Casanova *et al.*, 2008; Gray, 2008), esta *visão dualista* característica das *cosmologias* ditas ocidentais, tidas muitas vezes como «multiculturalistas» (Castro, 1996; Latour, 2004), pautam-se por uma *visão centrípeta* do ambiente enquanto globo, percebido apenas de fora (Ingold, 2000:

¹ É pertinente referir, neste sentido, a criação em 2003 do *Social Science Working Group* (<http://www.conbio.org/WorkingGroups/SSWG>) na *Society for Conservation Biology*, sendo esta criação tida como uma forma de aproximar e integrar as ciências naturais e as ciências sociais (Drew e Henne, 2006).

210), pressupondo, muito brevemente, «uma dualidade ontológica entre natureza, domínio da necessidade, e cultura, domínio da espontaneidade, regiões separadas por uma descontinuidade metonímica» (Castro, 1996: 120). Coincide, assim, tanto com a noção de «two-house collective» proposta por Latour (2004), como com um dos quatro modos de identificação² propostos por Descola (1996 e 2005), o naturalismo, na base dos quais se encontra, efectivamente, o dualismo natureza/cultura. Começando pelo conceito latouriano, as duas «casas» referidas aparecem na concepção ocidental dominante como dicotómicas (Latour, 2004). No que à primeira «casa» (*natureza*) diz respeito, esta é constituída exclusivamente por «real objects that have the property of defining what exists but that lack the gift of speech (...) [Here we have] the silence of reality» (*Ibidem*), excluindo-se aqui o ser humano (Gray, 2008). Em contrapartida, a segunda «casa» (*cultura*) é pautada por «the totality of speaking humans, who find themselves with no power at all save that of being ignorant in common, or of agreeing by convention to create fictions devoid of any external reality. (...) [Here] we have the chattering of fictions (...)» (*Idem*: 14). Quanto à *ontologia* naturalista proposta por Descola (1996 e 2005), esta assenta, em traços muito gerais, no dualismo cartesiano corpo/espírito (Castro, 1996; Descola, 2005), que pode ser estendido a outros dualismos, como o já referido natureza/cultura (Castro, 1996; Latour, 2004; Büscher e Wolmer, 2007), ou ainda realismo/idealismo (Latour, 2004), animalidade/humanidade (Castro, 1996), facto/valor (Castro, 1996; Latour, 2004), entre outros. Pressupõe, muito brevemente, uma continuidade/semelhança de *fisicalidades* (corpo/matéria; ‘natureza’) e uma descontinuidade nas respectivas *interioridades* (consciência/espírito; ‘cultura’) (Descola, 1996, 2005, 2008), as quais acabam por constituir, nesta óptica, os elementos diferenciadores do ser humano face ao restante reino animal. De acordo com esta *ontologia*, a natureza é percepcionada não só como um domínio que deve ser livre da apropriação material e simbólica por parte dos humanos (Knight, 2000: 11), mas também como um *domínio autónomo* (Descola, 1996: 88) em relação à esfera do ‘social’, à semelhança do que atrás foi referido para Latour.

Esta concepção dualista aqui abordada através destes dois autores meramente exemplificativos é bem visível nos primeiros modelos de áreas protegidas norte-americanas, sendo o «modelo Yellowstone» (Redford *et al.*, 2006: 238) o caso mais paradigmático. Preconizava-se essencialmente o estabelecimento de uma área ‘natural’ completamente isenta de presença humana e, portanto, fisicamente afastada do campo do ‘social’ (Orlove e Brush, 1996),

² Os modos de identificação são, a par dos modos de relação e de categorização, um dos alicerces daquilo que Descola (1996) denomina como *objectivação social da natureza*. Citando o autor (*Idem*: 87): «Modes of identification define the boundaries between self and otherness as expressed in the treatment of humans and non-humans, thus giving shape to specific cosmologies and social topographies». Para além da *ontologia* naturalista, refere ainda o totemismo, o animismo e o analogismo (Descola, 1996, 2005 e 2008), ao que Castro (1996) acrescenta posteriormente o perspectivismo.

descurando-se o «*kosmos, corpus e praxis*» locais (Toledo, 1992 e 2002), onde o ‘natural’ e o ‘cultural’ nem sempre aparecem como esferas distintas. Por este motivo, estas abordagens eminentemente *biocêntricas* (Tsing, 2005: 119) e *etnocêntricas* (Latour, 2004: 32), denominadas como «fortress conservation» (Brown, 2002; Drew e Henne, 2006), «fences and fines» (Brown, 2002), ou «[top-down] exclusionary conservationism» (Knight, 2000; Brown, 2002), acabaram por ser alvo de algumas críticas, incluindo da área da antropologia. De facto, foram precisamente todas as questões de ‘injustiça social’ no quadro da implementação da maioria das primeiras áreas protegidas que espoletaram o interesse dos antropólogos de diversos *backgrounds* nesta área, sendo a temática da adaptação um importante antecedente, temática essa oriunda da Antropologia Ecológica das décadas de 1960 e 1970 (Orlove e Brush, 1996: 333) e mais concretamente da Ecologia Cultural proposta por Steward (1955).

Em contrapartida, predomina, actual e teoricamente, uma nova *ortodoxia* conservacionista (Knight, 2000), a chamada «participatory wildlife management», que se tem tornado a ‘norma’ para a conservação do século XXI (Musiani *et al.*, 2009: 9). Assente, como o próprio termo indica, no pressuposto da participação e envolvimento das populações locais nas iniciativas ligadas à conservação (Knight, 2000: 12), pode ser tida como uma «abordagem voluntária» em torno de um objectivo concreto: «to match the needs of people for biological resources while securing the long-term survival of the biological richness of the Earth» (Chardonnet *et al.*, 2002: 44). De facto, a atenção recai actualmente, pelo menos a nível teórico, não apenas na esfera biofísica, mas também na esfera sócio-cultural e nas respectivas interconexões (Mascia *et al.*, 2003; Büscher e Wolmer, 2007; King *et al.*, 2007). Como Dahdouh-Guebas *et al.* (2006: 12) referem:

Both scientific and societal elements should form the basis of an efficient conservation and management schemes. (...) *[T]he policy should be at the heart of the ecological, economic and socio-cultural reality of the communities involved.* (Sublinhados nossos)

Daqui pode ser depreendida, então, a necessidade de um afastamento da filosofia conservacionista eminentemente biocêntrica, sobre a qual nos detivemos anteriormente, para uma filosofia igualmente atenta às *dimensões sociais* (Fox *et al.*, 2006: 1817) da própria conservação, nomeadamente aos respectivos impactos nas populações locais (Soulé, 1985; Drew e Henne, 2006), as quais têm sido como que negligenciadas ao longo dos tempos. É que, em última instância, o conhecimento ecológico por si só não é suficiente para o sucesso de uma qualquer medida conservacionista (Brosius, 2006; Fox *et al.*, 2006; Mascia *et al.*, 2003; Espírito-Santo, 2007: 1), sobretudo porque «conservation is about people as much as it is about species or ecosystems» e são os factores sociais que, em última instância, garantem esse sucesso (Mascia *et al.*, 2003: 649).

Assim, torna-se necessário ter em conta e ajustar cada projecto aos *mundos sociais locais* que se vão encontrando (Macdonald, 2007: 7):

In order for conservation efforts to succeed - to simultaneously protect both the natural environment and people's livelihoods - they must be conceived, implemented and managed in ways that are sensitive to the local social context. This point has now become a precondition of modern conservation efforts. (*Idem*: 27)

Ora, é precisamente neste sentido que a Antropologia contemporânea pode reclamar para si um lugar próprio e desempenhar um papel importante, tirando partido não só da maior abertura em termos temporais e disciplinares que a caracteriza e que conduziu ao surgimento de novos interesses teóricos e características 'identitárias'³, mas também do seu maior grau de comprometimento (Kottak, 1999). Concomitantemente com a investigação dos conhecimentos, das *cosmologias*⁴, das percepções e práticas locais relacionadas com os recursos ambientais no geral (Orlove e Brush, 1996: 330; Knight, 2000: 5), a Antropologia pode deter um importante papel aquando da planificação de ferramentas e estratégias destinadas à preservação ambiental (Orlove e Brush, 1996; Kottak, 1999; Russell, 2007). Partindo precisamente dessa investigação prévia, o antropólogo, desempenhando o seu papel de «viewer of views» (Ingold, 2000: 15), pode ser como que um 'mediador' entre os interesses de diversos actores inseridos a diferentes escalas (local, regional, nacional, global), documentando igualmente as formas como algumas das ameaças directas à biodiversidade estão ligadas a pressões e redes sociais, políticas e económicas mais vastas (Russell, 2007). Mais concretamente, pode reclamar para si a concepção de estratégias conservacionistas que sejam culturalmente compatíveis com o contexto social em que vão ser aplicadas (Kottak, 1999: 27; Knight, 2000: 5), sobretudo porque as estratégias mais profícuas são as que têm em conta as *necessidades* e as *representações* das comunidades locais (Kottak, 1999: 28), bem como o contexto sócio-cultural e económico em que vão ser aplicadas (Roué, 2009). Como Kottak (1999: 27) refere:

How does one get local people to support biodiversity conservation measures that may, in the short run at least, diminish their access to strategic and socially valued resources?

Assente neste pressuposto de ter em conta o *contexto social local* (Macdonald, 2007: 26) para a proficuidade das estratégias a adoptar, «[biodiversity] preservation is becoming a growth area for anthropologists» (Haenn e Wilk, 2006: 203), tendo sido proposta, inclusive, uma

³ Podemos referir, a título de exemplo, a necessidade de estabelecer conexões espaço-temporais através daquilo que Lila Abu-Lughod (1991) denomina *etnografias do particular*.

⁴ Segundo Ingold (2000: 14), «what the anthropologist calls a cosmology is, for the people themselves, a lifeworld» e «a cosmology provides the guiding principles for human action *within* the world (...)» (*Idem*: 216)

‘especialização’ no seio da Antropologia do Ambiente: *Antropologia Ecológica da Conservação da Biodiversidade* (Roué, 2009) ou *Antropologia da Conservação* (Macdonald, 2007; Russell, 2007). Partindo da ideia geral que sustenta a Antropologia do Ambiente/ Ecológica⁵, ou seja, «[to] move beyond the dualism of nature-culture to a holistic view on ecological and cultural realities in their intrinsic connectedness» (Schmidt, 2005: 13), o enfoque da Antropologia da Conservação recai, em traços gerais, no *suporte cultural* das iniciativas de conservação (Macdonald, 2007: 24), regendo-se pelo seguinte objectivo:

(...) analyse, in the framework of territories that are involved in a conservation process, the relationship between the participants with the species and ecological systems by taking into consideration the economic, cultural, and symbolic dimensions. (Roué, 2009)

Esta abordagem antropológica permite, entre outros aspectos, fornecer novos alicerces às disciplinas de cariz biológico no quadro da conservação da biodiversidade, como é o caso da Biologia da Conservação (Soulé, 1985; Brosius, 2006; Drew e Henne, 2006). Aliás, e segundo Ingold (2000: 14), as perspectivas da Biologia e da Antropologia Sócio-cultural (nomeadamente a Antropologia do Ambiente e a própria Etnobiologia), apesar de distintas, são complementares: a primeira debruça-se sobre a natureza orgânica «as it really is», pretendendo oferecer uma descrição neutra e objectiva do mundo físico, numa óptica *etic*⁶; a segunda, por seu turno, estuda as diversas formas através das quais os constituintes do mundo natural figuram nos mundos ‘cognitivos’ dos sujeitos culturais, descrevendo os significados específicos que as populações locais concedem ao mundo físico estudado pelos primeiros, numa óptica *emic*⁷, e inscrevendo-os no seu contexto (*Ibidem*). Dada esta complementaridade disciplinar, a prática da conservação da biodiversidade deveria estar idealmente isenta de qualquer barreira disciplinar. Não obstante, a verdade é que, na prática, persiste aquilo que King *et al.* (2007: 91) referem como a fragmentação e especialização do conhecimento científico, sendo que as iniciativas «cross-borders» (Peterson *et al.*, 2008) ainda encontram um número considerável de entraves. Tal deve-se, sobretudo, às diferenças de valores, percepções e metodologias de diferentes *culturas disciplinares* (*Ibidem*), bem como à ausência de um vocabulário comum (Fox *et al.*, 2006: 1819). Como exemplo desses

⁵ Orlove (1980: 235) define este ramo da Antropologia como o estudo das relações entre as dinâmicas populacionais, a organização social e a cultura das populações humanas com o meio ambiente circundante, numa perspectiva sincrónica e diacrónica.

⁶ A perspectiva *etic* pauta-se por um olhar sobre o mundo que nos é dado *objectivamente*, o *mundo real*, consistindo num modelo operacional e numa *reality of* (Ingold, 1997: 47/8). Este *mundo real* coincide, assim, com umas das «casas» (*natureza*) propostas por Latour (2004).

⁷ Por perspectiva *emic* entenda-se uma construção do *mundo real* pelas populações autóctones, um *modelo cognitivo*, um *ambiente percebido* e uma *reality for* (Ingold, 1997: 47/8), coincidindo este *modelo cognitivo* com o conceito de *fisicalidades* proposto por Descola (1996 e 2005).

entraves e barreiras, é muitas vezes apontado tanto pelos cientistas naturais, como pelos próprios cientistas sociais um fraco conhecimento por parte destes últimos acerca dos factos e teorias relacionados com a conservação (*Ibidem*). Por outro lado, são tecidas fortes críticas por parte dos cientistas naturais à «limitada quantificação» dos aspectos sociais da conservação (King *et al.*, 2007: 89), à forte abrangência das análises dos cientistas sociais ou ao respectivo enfoque demasiado centrado nas influências humanas em detrimento das «condições naturais» do mundo em geral (*Idem*: 90). Por seu turno, os cientistas sociais apontam a falta de interesse e de abertura dos cientistas naturais em relação às ciências sociais (Fox *et al.*, 2006: 1819), alegando ainda que tendem a descurar fácil e rapidamente a influência das componentes sociais devido a uma «visão em túnel» que impede uma abordagem mais abrangente acerca das decisões, relações e comportamentos humanos (King *et al.*, 2007: 93). Especificamente em relação às (possíveis) barreiras que se estendem entre a Antropologia e a Biologia da Conservação, Brosius (2006: 684) salienta quatro:

Conservation practitioners are compelled by a well-founded sense of urgency. Anthropological critiques are therefore perceived as a luxury that conservationists cannot afford. Anthropologists are seen to be fiddling while Rome burns. (...) Another source of difficulty in the relationship between anthropologists and the conservation community emerges when anthropologists position themselves as spokespersons for local communities. This leads many conservation practitioners to regard anthropologists as persistent obstructionists. (...) Additionally, there is an inherent set of assumptions about the value and role of the social sciences that results in certain incommensurability of research agendas. (...) Finally, anthropologists and conservation practitioners have very different perceptions of who is privileged and who is marginalized in the conservation domain. (...)

Efectivamente, são sobretudo estes entraves, e não uma falta de interesse, que condicionam, de certa forma, a actuação dos cientistas sociais (Fox *et al.*, 2006), pelo que ainda tendem a predominar as análises de cariz meramente biológico:

Ultimately, if the social sciences were truly mainstreamed in conservation, the presence of an anthropologist or a political scientist on a project team would be as commonplace and unremarkable as that of a botanist or an ornithologist. (Mascia *et al.*, 2003: 649)

É, então, como um pequeno passo na ultrapassagem de alguns destes entraves no contexto nacional que o presente trabalho pode ser encarado, centrando-se numa das diversas estratégias de conservação faunística *in-situ* movidas pelo intuito de fazer face à «crise global de extinção» (Gedir *et al.*, 2004: 1): a reintrodução de espécies.

1.2. JUSTIFICAÇÃO DO ESTUDO

O Parque Natural da Serra da Estrela (doravante referido como PNSE) é caracterizado, no que respeita à fauna selvagem existente actualmente, «por uma riqueza e diversidade elevadas» que a tornam, a nível nacional, «uma das áreas de montanha mais importantes para a conservação da natureza» (CISE, 2009). De facto, «na serra da Estrela e áreas envolventes estão inventariadas cerca de 250 espécies de vertebrados terrestres e aquáticos e mais de 2500 espécies de invertebrados, muitas das quais possuem um estatuto de conservação prioritário a nível europeu», apontando dados recentes para a existência de cerca de 13 espécies de anfíbios, 20 de répteis, mais de 150 espécies de aves (cerca de 100 nidificantes) e cerca de 50 espécies de mamíferos (*Ibidem*).

Não obstante toda esta diversidade, existe um pequeno grupo de espécies outrora emblemáticas nesta zona que nos dias que correm «difícilmente podem ser observados na Serra da Estrela, mas cujos estatutos de protecção e raridade lhes conferem uma grande importância» (Pires, 2003). Representadas por «animais notáveis, de grande porte, muitos deles considerados bioindicadores» (*Ibidem*), estas espécies ocupam actualmente áreas de distribuição contíguas e próximas da Serra da Estrela, onde, todavia, já não se fixam, por diversos motivos. Tal é o caso das três espécies sob as quais nos deteremos no estudo que aqui se apresenta: a águia-real (*Aquila chrysaetos*), o grifo (*Gyps fulvus*) e o lobo-ibérico (*Canis lupus signatus*). Apesar de ainda não existir um qualquer plano de reintrodução no PNSE destas espécies que, como veremos de seguida, ou já não se fixam regularmente na zona (como é o caso das duas primeiras) ou já se extinguíram (como é o caso da última), o facto de ocuparem zonas próximas é favorável a uma futura reintrodução (chegando mesmo a aumentar o potencial de recolonização da área). Façamos, então, uma breve resenha da situação histórica e recente das espécies na área de estudo.

a) Águia-real (*Aquila chrysaetos*)

No que respeita à nidificação da águia-real no PNSE, existem apenas dados dispersos em alguma bibliografia mais antiga. A título de exemplo, Vasconcelos (1936: 163) refere explicitamente, quando aborda as «aves que se matam mas não comem», a existência da «águia-real da Serra da Estrela» (isto na década de 1930/40), embora não faça qualquer alusão à abundância da mesma. Themido (1952: 174), por seu turno, descreve a *Aquila chrysaetos* como sedentária nas principais serras de Portugal, onde poderá estar incluída a Serra da Estrela, apesar de o autor não especificar. Mais recentemente, Bugalho (1970: 33) refere que na década de 70 «a mais nobre ave de rapina europeia [era] (...) muito rara no nosso país parecendo estar confinada apenas a um ou outro local mais solitário das serras do Gerez e da Estrela, bem como a alguns locais da província

de 'Trás-os-Montes»⁸, sendo que Sacarrão (1980) refere, uma década mais tarde, que «há fundamentadas razões para crer que desapareceu totalmente, ou quase, das áreas onde outrora habitava (Gerês, Estrela, etc.)». Em finais da década de 80, a zona do PNSE já não aparece como área de distribuição da águia-real (Rufino, 1989: 53).

Actualmente, as evidências apontam para uma nidificação meramente provável desta ave de rapina diurna, como o atestam a observação de indícios de um casal de águia-real em 1997 (ICN, 2001: 80/81), ou o facto de ter sido observado um casal em 2003 e 2004, «embora não tenha sido confirmada a sua nidificação» (Equipa Atlas, 2008: 180). Não obstante, é possível observar esporadicamente indivíduos a sobrevoar a zona do PNSE (Pires, 2003), sobretudo indivíduos jovens em dispersão (J. Coimbra, *comunicação pessoal*) ou indivíduos pertencentes a populações (casais) instaladas em regiões circunvizinhas, já que os territórios de caça desta espécie são muito vastos (J. Diamantino, *comunicação pessoal*).

b) Grifo (*Gyps fulvus*)

Embora não existam dados históricos concretos relativos à existência de uma população nidificante de grifos no PNSE até ao ano de 1989, altura em que foi realizada pela primeira vez uma prospecção exaustiva de todas as áreas de reprodução conhecidas em Portugal (Araújo *et al.*, 1994: 210), é provável que tal tenha acontecido até aos anos 1930/40 (Araújo *et al.*, 1994; J. Conde, *comunicação pessoal*), década durante a qual se registou «um abandono da quase totalidade das zonas de nidificação situadas no interior do país»⁹ (Araújo *et al.*, 1994: 210). Aliás, Wachsmann (1949: 72) inclui a existência de «abutres» aquando da referência à «fauna antiga e hodierna» da Serra da Estrela, apesar da imprecisão e carácter generalista do termo (dentro desta categoria poderá estar incluído, de facto, o grifo, mas também outras espécies de abutres, como o abutre-preto, *Aegypius monachus*, ou o britango, *Neophron percnopterus*). A única referência explícita à nidificação do grifo na área da Serra da Estrela é apresentada por Rufino (1989: 44) com base numa pesquisa não exaustiva levada a cabo por Coverley na primeira metade do século XX.

Actualmente, tem-se assistido a um aumento do número de observações esporádicas desta ave «necrófaga, gregária e muito dependente da disponibilidade de cadáveres» (Almeida *et al.*, 2006), entre Maio e Junho, após a época da nidificação (J. Conde, *comunicação pessoal*). Os indivíduos observados são essencialmente «jovens em dispersão, em meados ou final do Verão»

⁸ Actualmente, a população nacional de águia-real encontra-se distribuída por cinco núcleos: serras do Noroeste (provavelmente extinta), serras do Alvão e do Marão, Alto Douro e Nordeste Transmontano, Alto Tejo e Vales do Guadiana (Almeida *et al.*, 2006; ICN, 2006a).

⁹ Não obstante, esta ave de rapina distribui-se actualmente pelos vales alcantilados do Douro e Tejo superior e seus afluentes (Almeida *et al.*, 2006; ICN, 2006a), a norte e sul do vale do Mondego, respectivamente.

(Pires, 2003) ou indivíduos em busca de alimento, em diferentes épocas do ano (J. Diamantino, *comunicação pessoal*). Não há, contudo, qualquer registo até à data da sua nidificação recente na zona do PNSE, apesar da Serra da Estrela aparecer como um local com «apetência para a recolonização da espécie» (ICN, 2006a).

c) Lobo-ibérico (*Canis lupus signatus*)

Local de «passado marcadamente lobeiro» (Cândido, 1997: 2; Cândido e Petrucci-Fonseca, 2000: 211), como o demonstram inúmeras referências dispersas pela bibliografia (ex.: Anjos, 1947 e 1951; Wachsmann, 1949; Simões, 1979; Guerrinha, 1983; Abrantes, 1993; Lisboa, 1997), a região da Serra da Estrela, «ainda hoje considerada pelos menos estudiosos como um dos últimos redutos do lobo ibérico em Portugal carece, contudo, da presença enigmática do maior dos predadores portugueses» (Cândido, 1997: 11). Tal verifica-se, segundo algumas estimativas, desde princípios da década de 1980 (Cândido, 1997: 14; Cândido e Petrucci-Fonseca, 2000: 214; ICN, 2001: 53; Pires, 2003), altura em que foi morto o último lobo na área norte do PNSE (A. Costa, *comunicação pessoal*; J. Coimbra, *comunicação pessoal*).

Actualmente, e apesar de o lobo-ibérico ocupar áreas localizadas nas imediações dos limites do PNSE, não existem provas concretas que comprovem a utilização dos territórios do PNSE por parte dos lobos (J. Diamantino, *comunicação pessoal*). Existem, sim, já na década de 1990 alguns casos confirmados de ataques lupinos ao gado, com o consequente pagamento de prejuízos (conforme o estabelecido no artigo 6º da Lei nº 90/88, de 13 de Agosto), datando o último registo de Dezembro de 1998, na freguesia de Lageosa do Mondego (A. Costa, *comunicação pessoal*). Apesar da não reprodução do lobo-ibérico na área do PNSE ou da insuficiência da mesma para sustentar uma «população isolada e viável» (ICN, 2001: 54), a existência de tais ataques pode dever-se à possível ocorrência esporádica de «animais errantes ou em dispersão» (Pires, 2003), sobretudo devido ao facto de esta espécie efectuar grandes deslocações e do seu efectivo populacional se distribuir por vastas áreas (ICN, 2001: 54), não estando a população de lobos a Sul do Douro muito distante da zona norte do PNSE (R. Brandão, *comunicação pessoal*), nomeadamente o núcleo populacional Arada/Trancoso (ICN, 2001: 56).

1.3. REINTRODUÇÃO: O CONTRIBUTO ANTROPOLÓGICO

Face à «crise global de extinção», as reintroduções têm-se tornado ferramentas de conservação cada vez mais importantes para a recuperação das populações de espécies ameaçadas (Gedir *et al.*, 2004: 1). Em traços gerais, pressupõem a libertação de indivíduos criados em

cativeiro ou em estado selvagem, com o intuito de restituir *intencionalmente*¹⁰ populações viáveis de espécies autóctones nas suas áreas de distribuição histórica, de onde se extinguíram (IUCN, 1987 e 1998; Seddon *et al.*, 2007: 304/5), sendo que só deve ser levada a cabo quando as causas originais de extinção tiverem sido removidas e os requisitos em termos de habitat forem satisfeitos (IUCN, 1987: 8; Gedir *et al.*, 2004: 4; Kelemen e Mertens, s.d.: 24). Para além disso, esta estratégia de conservação *in situ*, a qual deve ser tida como uma ferramenta e não um fim em si (Soriguer *et al.*, 1998: 23), pode ainda ser movida por outros objectivos, tais como: a ligação entre núcleos populacionais isolados, a recuperação de um habitat (aqui o objectivo não recai numa espécie em concreto mas num conjunto de espécies), o aumento dos tamanhos populacionais, uma melhoria genética ou até o controlo biológico de outras espécies (*Ibidem*).

À partida, esta estratégia poderia ser vista como algo de cariz meramente biológico. No entanto, a verdade é que «(...) reintroduction is as much a sociological, political and economic undertaking as it is biological» (Beck, 2001: 21), «[lying] squarely at the junction of biology and sociology» (Toole, 2008: 150). Assente neste pressuposto, as directrizes propostas pela IUCN (1998) para qualquer projecto de reintrodução pressupõem, para além de um estudo dos respectivos aspectos biológicos, uma investigação *apriorística* dos aspectos sócio-económicos. Por seu turno, a *Directiva Habitats* (Artigo 22º, alínea a)¹¹ preconiza a realização prévia de uma «consulta apropriada do público interessado». Torna-se, então, necessário acrescentar questões do tipo «Do we want them back?» (Breitenmoser, 1998) ou «Would their impact (...) be unacceptable?» (Wilson, 2004) a outras que costumam prevalecer, como por exemplo: «Do we need them back?» (Breitenmoser, 1998) ou «Do we have enough room for them?» (Wilson, 2004).

Apesar de, a nível histórico, os projectos de reintrodução se terem vindo a focar eminentemente em análises de cariz biológico (Reading e Kellert, 1993; Gedir *et al.*, 2004; Wilson, 2004; Seddon *et al.*, 2007), uma abordagem mais holística, enquadrando também os aspectos sócio-económicos dos mesmos, torna-se fulcral para o sucesso dos mesmos (Reading e Kellert, 1993: 570; Miller *et al.*, 1999: 60; Gedir *et al.*, 2004: 3; Knight, 2006: 6). Aliás, muitos dos fracassos apontados para a maioria dos projectos deste tipo assentam precisamente, segundo alguns autores, num enfoque demasiado estreito nas considerações biológicas e ecológicas, excluindo

¹⁰ Convém ressaltar que, para além da reintrodução, existe um processo semelhante que não implica, ao contrário da primeira, a intervenção humana para garantir o respectivo sucesso: a recolonização. Em traços gerais, a recolonização consiste na emigração 'natural' e na fixação de uma dada espécie para o seu habitat histórico de onde tinha desaparecido. O posterior aumento da população resulta apenas da reprodução natural e da dispersão dos indivíduos (Mexican Wolf SSP, 2009).

¹¹ EUR-lex (2009).

um conjunto de outros elementos igualmente importantes, tais como os já referidos aspectos sócio-económicos e, em particular, os valores, atitudes, comportamentos e desejos da população local (Gedir *et al.*, 2004: 8), também eles possíveis barreiras (Blanco e Cortés, 2009). De facto:

The socioeconomic context of endangered species reintroduction effort is critical to the program. (...) If the general perception runs against an animal or plant's continued survival, all the biological data in the world will be useless against the perception. (Reading *et al.*, 1991: 3)

Tal deve-se sobretudo ao facto de, por um lado, um qualquer projecto de conservação, no geral, e reintrodução em particular, aportar consigo consequências (positivas e/ou negativas) para as comunidades locais no geral ou alguns grupos em particular, sendo o apoio local um dos pré-requisitos para o seu sucesso (Reading *et al.*, 1991; Reading e Kellert, 1993; Mustoni *et al.*, 2003; Mertens *et al.*, 2005; Gaywood *et al.*, 2008). Por outro lado, a extinção ou não fixação das espécies alvo de uma possível reintrodução assentam muitas vezes em causas antrópicas (IUCN, 1998: 9) que importa conhecer e tentar ultrapassar (Davies e Du Toit, 2004), resultando, regra geral, da própria conjuntura social, económica e política (Reading e Kellert, 1993). Tal é ainda mais evidente quando, por exemplo, uma das principais causas tenha sido a perseguição ou a caça excessiva (IUCN, 1987: 8) movidas por conflitos outrora existente, como é o caso de muitos dos grandes carnívoros no continente europeu, tidos como competidores directos ou potenciais ameaças (Breitenmoser, 1998; Mustoni *et al.*, 2003; Treves e Karanth, 2003; Boitani e Ciucci, 2009).

Dada a centralidade das análises sócio-económicas das reintroduções, as directrizes supra-citadas preconizam, entre outros, a elaboração de estudos que permitam aceder aos impactos, custos e benefícios do projecto de reintrodução para as populações humanas locais, a minimização dos riscos que as espécies lhes possam causar ou ainda uma avaliação exaustiva das respectivas atitudes relativamente aos projectos propostos (IUCN, 1998). Não obstante, são escassos os trabalhos feitos nesta área e ainda mais escassos os trabalhos de cariz antropológico propriamente ditos¹², como o comprova, por exemplo, um estudo levado a cabo por Seddon *et al.* (2007). Tendo recolhido 454 artigos relacionados com a reintrodução e publicados entre 1990 e

¹² Uma interessante excepção corresponde à investigação levada a cabo por John Knight (2006) nas aldeias de montanha no sul da Península Kii, no Japão ocidental, acerca da reintrodução do lobo (*Canis lupus hodophylax* e *Canis lupus hattai*), extinto no Japão desde finais do séc. XIX/princípios do séc. XX (*Idem*: 3). Através da análise do modo de vida local e das atitudes e relações de diferentes grupos (como agricultores, silvicultores, caçadores, conservacionistas e turistas) com os animais selvagens, em termos utilitários e simbólicos, Knight propõe-se a explorar a proposta de reintrodução do lobo e as consequentes reacções/objecções dos diferentes grupos (*Idem*: 19). Em última instância, o autor pretende averiguar o papel dessa mesma reintrodução enquanto potencial unificadora do Japão rural e urbano (Marzluff, 2006: 78).

2005, os autores constataram que apenas 4% diziam respeito aos «factores sociais», como é o caso das atitudes locais em relação a reintroduções propostas ou a decorrer (*Idem*: 306).

Um dos estudos pioneiros nesta área foi levado a cabo por Reading e Kellert (1993), os quais se debruçaram sobre os «aspectos sociais» de uma proposta de reintrodução do toirão-de-patas-negras (*Mustela nigripes*) em Montana, EUA. Para estes autores, a análise desses aspectos passa essencialmente pelo estudo dos valores, atitudes e percepções tidas pelas pessoas envolvidas com e potencialmente afectadas pela reintrodução de espécies ameaçadas (aquilo que denominam como «Sociologia das Reintroduções») (*Idem*: 570), valores e atitudes esses que, no seu entender, são influenciados por dois tipos de factores: por um lado, as características da espécie (em termos filogenéticos, morfológicos, etc.) e, por outro, o valor atribuído à espécie (estético, ético, ecológico, utilitário, entre outros). Em última instância, são os factores demográficos e geográficos que subjazem às e determinam as atitudes (*Idem*: 571). Para além disso, as atitudes mais negativas relativamente à reintrodução estão muitas vezes baseadas numa percepção do carácter restritivo da mesma e as atitudes mais positivas, por seu turno, tendem a assentar no reconhecimento e preocupação pela perda da biodiversidade e em atitudes gerais positivas face à vida selvagem (Reading *et al.*, 1991; Reading e Kellert, 1993).

Tendo por base este estudo pioneiro, bem como as directrizes supra-citadas da IUCN ou ainda a necessidade de uma consulta pública prévia preconizada pela também já referida *Directiva Habitats*, têm sido levados a cabo alguns trabalhos da vertente ‘social’, chamemos-lhe assim, dos projectos de reintrodução de espécies faunísticas. A nível internacional, podemos referir, como meros exemplos de forma alguma exaustivos, o estudo das atitudes e percepções em relação a uma possível reintrodução do grifo (*Gyps fulvus*) na Roménia (Mertens *et al.*, 2005), do lobo-mexicano (*Canis lupus baileyi*) no Arizona (Schoenecker e Shaw, 1997), do lobo-cinzento (*Canis lupus*) nas Terras Altas escocesas (Nilsen *et al.*, 2007), do rinoceronte-negro (*Diceros bicornis bicornis*) na Namíbia (Uri-Khob, 2004), ou ainda o caso das consultas públicas levadas a cabo antes da reintrodução da águia-rabalva (*Haliaeetus albicilla*) na República da Irlanda (Mee, 2008) ou do castor (*Castor fiber*) na Escócia (Gaywood *et al.*, 2008). A nível nacional, onde até à data existiram apenas algumas acções pontuais de reintrodução/introdução¹³ de espécies como o caimão

¹³ Para além destas reintroduções a nível nacional, é importante salientar a existência de alguns casos de recolonização. A título de exemplo, salientemos três casos. Dado como extinto em Portugal desde o século XVI, o esquilo-vermelho (*Sciurus vulgaris*) «voltou a colonizar o Norte do País em 1980, a partir das populações do Norte de Espanha» (Delgado, 2010). Em 1999, a cabra-montês (*Capra pyrenaica*), extinta em Portugal desde o final do século XIX, recolonizou a área do Parque Nacional da Peneda-Gerês (Serra Amarela e Serra do Gerês). Esta recolonização teve na sua base a dispersão de indivíduos oriundos de um projecto de reintrodução em Espanha, na Serra do Xurés. (Almeida *et al.*, 2006: 531/2). Por último, «após mais de duas décadas, as lontras [*Lutra lutra*] regressaram ao rio

(*Porphyrio Porphyrio*) no Baixo Mondego, o corço (*Capreolus capreolus*) a sul do rio Douro e o esquilo (*Sciurus vulgaris*) no Parque Florestal do Monsanto em Lisboa (M. Silva, *comunicação pessoal*), o único estudo deste tipo consiste num recente programa de participação pública num projecto de reintrodução do lince-ibérico (*Lynx pardinus*) na Área Classificada de Moura-Barrancos. Num total foram realizadas quatro reuniões «com a participação de proprietários, gestores de caça, residentes e outros agentes locais da região de Moura e Barrancos [n=25], onde estes agentes locais expressaram as suas perspectivas sobre a gestão das zonas rurais e a conservação da natureza a nível local» (LPN, 2010).

Assim, pretende-se com o presente estudo colmatar, de certa forma, a quase ausência de estudos deste tipo no contexto nacional.

1.4. OBJECTIVOS

Face ao exposto, e tendo como pano de fundo, então, a possível reintrodução de três espécies outrora emblemáticas no PNSE (a águia-real, *Aquila chrysaetos*, o grifo, *Gyps fulvus*, e o lobo-ibérico, *Canis lupus signatus*, como vimos), aquilo que se pretende é, em traços muito gerais, tentar compreender, por um lado, até que ponto a população local aceita e apoia essa mesma reintrodução e, por outro, os possíveis impactos da mesma no contexto social local. Em última instância, pretende-se tentar compreender se uma tal reintrodução será viável de um ponto de vista social, chamemos-lhe assim. Tal passa, por seu turno, por um enquadramento geral (e, de certa forma, histórico¹⁴) das percepções sociais¹⁵ e das relações estabelecidas entre a população local e o ambiente em redor, com principal destaque para as espécies faunísticas no geral. Para tal, teremos também por base um estudo prévio realizado nesta área (Soares, 2009).

Estes objectivos gerais podem ser sistematizados, em suma, da seguinte forma:

1. Aceder não só às percepções sociais em relação à fauna local, mas também aos tipos de conflitos existentes na área de estudo entre as populações humanas e os animais não-humanos.
2. Aceder às percepções sociais e aos possíveis conflitos espoletados entre a população local e as espécies que poderão ser alvo de uma possível reintrodução na área do PNSE (águia-real, grifo e lobo-ibérico), numa óptica diacrónica:

Febros», afluente do Rio Douro, admitindo-se que tenham regressado «por nunca o terem deixado ou por conseguirem chegar até lá vindas do Douro» (APGVN, 2010).

¹⁴ Segundo Redford *et al.* (2006: 239), o eixo diacrónico desempenha, a par do síncronico, um papel extremamente importante em qualquer projecto de conservação: «Understanding the biological and social history of a given site (...) is essential in creating feasible conservation programs.»

¹⁵ Por percepção social entenda-se o conjunto dos juízos de valor, preconceitos e opiniões (Costa, 2004: 65).

2.1. Com particular incidência, por um lado, nas alterações ocorridas no contexto social, cultural e económico ao longo dos tempos e, por outro, nos possíveis conflitos outrora existentes entre as espécies em causa e a população local, pretende-se encontrar evidências históricas que permitam perceber as implicações de todas estas questões na não fixação das espécies na área concreta do PNSE.

2.2. Aceder às percepções e atitudes actuais da população local em relação às espécies em causa e aos potenciais conflitos (nas suas dimensões materiais, sociais e culturais) que poderão emergir aquando de uma possível reintrodução, por forma a perceber não só as implicações destas questões sobre a reintrodução, mas também até que ponto a população a aceita e apoia.

3. Perceber quais as (possíveis) variáveis sócio-demográficas subjacentes às percepções sociais, tais como: idade, género e o facto de se pertencer ou não a um grupo «resource-dependent» (Reading e Kellert, 1993: 570), como agricultores, pastores, caçadores, etc.).

1.5. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O presente ensaio encontra-se organizado em cinco partes, respeitantes à tradicional estrutura de introdução, metodologia, resultados, discussão e conclusão.

O segundo capítulo será, então, consagrado às questões metodológicas, às «formas de fazer» (Frazão-Moreira, 2009: 21), regendo-se pelo objectivo de «explicar como é que a investigação empírica foi feita» (Hill e Hill, 2005: 348). Aqui, começaremos por referir e caracterizar a área de estudo seleccionada (do geral para o particular), para depois nos determos sobre a recolha e análise dos dados. Terminaremos com um breve apontamento acerca das possíveis limitações do estudo que aqui se apresenta.

A temática do terceiro capítulo, por seu turno, gravita em torno dos resultados obtidos na primeira e segunda partes do trabalho de campo, sendo estruturados essencialmente pelas temáticas abordadas na primeira fase e pela estrutura do guião de entrevista utilizado na segunda parte.

A quarta parte será consagrada à discussão dos resultados, cruzando-os com resultados obtidos noutros estudos focados na zona geográfica do PNSE e/ou na temática concreta subjacente à investigação que aqui se apresenta. Em última instância, aquilo que se pretende neste capítulo consiste em articular a possível reintrodução das espécies com o contexto social local, nomeadamente em termos não só da sua evolução recente, mas também em termos de opiniões e percepções sociais da fauna local e, em concreto, das três espécies.

No capítulo final pretende-se fazer um balanço final do estudo, sistematizar as principais conclusões e sugerir possíveis acções a desenvolver que permitam consolidar os dados obtidos aqui e perceber se é, de facto, viável uma possível reintrodução na área do PNSE, tendo em conta as múltiplas dimensões que abarca. Finalmente, será feita uma breve avaliação da investigação empírica, nomeadamente em termos de implicações futuras. Assim, e para além do contributo deste estudo para o projecto sobre o qual nos detivemos, tentaremos ainda abordar os possíveis contributos deste estudo não só para a antropologia em si, mas também para a própria conservação da natureza.

CAPÍTULO 2: METODOLOGIA

A concepção e concretização de um método de trabalho constituem dois dos pontos centrais de qualquer trabalho de investigação, sobretudo se tivermos em conta que «quando um investigador, profissional ou principiante, sente grandes dificuldades no seu trabalho, as razões são quase sempre de ordem metodológica» (Quivy e Campenhoudt, 1998: 15/16). Sobre esta concepção e concretização deverá recair, assim, uma análise atenta e cuidada, sendo este o propósito do presente capítulo.

2.1. ÁREA DE ESTUDO

Tratando-se, recorrendo à terminologia proposta por Hill e Hill (2005: 20), de uma investigação empírica «aplicável» e não de uma investigação «pura», pondo aqui de parte todas as questões heurísticas relativas ao debate acerca do dualismo prático/teórico no quadro geral da disciplina antropológica, o contexto geográfico foi delimitado *a priori* e não *a posteriori*, como acontece no segundo tipo de investigação. Tendo em conta os objectivos previamente referidos, a área de estudo seleccionada circunscreve-se, então, aos limites abrangidos pelo PNSE¹⁶.

Criado em 1976 pelo Decreto-Lei nº 557/76, de 16 de Julho, o PNSE ocupa actualmente, após redefinições posteriores dos seus limites¹⁷, uma área de 888,5 km² (Decreto-Regulamentar nº 83/2007, de 10 de Outubro) localizada a altitudes compreendidas entre os 300 e os 1993 metros (Lesparre e Crespo, 2008: 13). Situado na região centro de Portugal (Beira Alta) e abrangendo não só todo o maciço da serra da Estrela, como também algumas das zonas limítrofes (Alves *et al.*, 2002: 4), o PNSE engloba seis concelhos repartidos por dois distritos: Covilhã (distrito de Castelo-Branco), Celorico da Beira, Gouveia, Guarda, Manteigas e Seia (distrito de Guarda). Para além do estatuto nacional de *Parque Natural*, esta área detém ainda outros estatutos importantes a nível comunitário e internacional¹⁸.

Face à impossibilidade de abarcar toda a área geográfica do PNSE neste estudo, optou-se por delimitar a área de estudo com base na definição apriorística de dois critérios gerais: um geográfico e outro sócio-demográfico. Em termos geográficos, as freguesias a ter em conta deveriam estar não só totalmente inseridas na área do PNSE, como também estar localizadas na

¹⁶ Ver Anexo I.1.

¹⁷ Decreto-Lei nº 167/79, de 4 de Junho e Decreto-Regulamentar nº 50/97, de 20 de Novembro.

¹⁸ A título de exemplo, o “Planalto Central da Serra da Estrela” (área actualmente integrada no Sítio “Serra da Estrela” (PTCON0014) - Rede Natura 2000) foi integrado em Março de 1993 na Rede de Reservas Biogenéticas do Conselho da Europa e em 2005 foi qualificado, juntamente com o troço superior do rio Zêzere, como zona húmida de importância internacional, ao abrigo da Convenção de Ramsar (Resolução do Conselho de Ministros nº 83/2009, de 9 de Setembro).

zona norte do mesmo, no eixo Gouveia-Videmonte (bacia hidrográfica do Alto Mondego). Tal localização prendeu-se sobretudo com questões de ordem logística e pragmática, para além de que as possíveis vias de dispersão das espécies tidas em conta confluem essencialmente nesta zona (Cândido, 1997: 35; ICN, 2001: 56; Pires, 2003). Em termos sócio-demográficos, deveriam ser «áreas predominantemente rurais», seguindo a terminologia estatística adoptada pelo INE¹⁹ (2002), e sobretudo áreas onde o sector primário (agricultura e pastorícia) ainda desempenhasse um papel preponderante, tendo por base os resultados do recenseamento de 2001 (INE, 2002). Foram, então, seleccionadas sete freguesias: Figueiró da Serra, Folgoso e Freixo da Serra (concelho de Gouveia), Cadafaz, Linhares da Beira, Prados e Vide-Entre-Vinhas (concelho de Celorico da Beira)²⁰.

No seu conjunto, a área de estudo perfaz um total de cerca de 121 km², sendo habitada, de acordo com os dados do Censo de 2001 (INE, 2002), por cerca de 1930 habitantes²¹ (Tabela 1), repartidos essencialmente pelo sector primário e secundário (construção civil).

Concelho	Freguesia	Área Total (km ²)	População residente (Hab.)	Densidade Populacional (Hab./km ²)
Celorico da Beira	Cadafaz	8,53	164	19,2
	Linhares da Beira	15,47	328	21,2
	Prados	16,74	222	13,3
	Vide-Entre-Vinhas	9,09	195	21,5
Gouveia	Figueiró da Serra	14,31	303	21,2
	Folgoso	52,33	580	11,1
	Freixo da Serra	4,51	138	30,6
TOTAL		120,98	1930	138,1

Tabela 1: Características demográficas das freguesias (fonte: INE, 2002)

Todas estas freguesias inscrevem os seus limites nas chamadas «áreas de protecção complementar» definidas na Revisão do Plano de Ordenamento do PNSE (Resolução do Conselho de Ministros n°83/2009, de 9 de Setembro). Em traços muito gerais, estas áreas localizam-se numa das três unidades altitudinais da Serra da Estrela, o chamado andar basal, estendido desde o sopé da montanha até cerca de 800 metros de altitude (Alves *et al.*, 2002: 16;

¹⁹ De acordo com o INE (2002), «áreas predominantemente rurais» são áreas com uma densidade populacional inferior a 50 habitantes por km² e com menos de 500 habitantes.

²⁰ Ver Anexo I.2.

²¹ Estima-se, no entanto, que o número de habitantes seja, hoje, sensivelmente inferior ao apresentado.

Jansen, 2002: 19; Lesparre e Crespo, 2008: 17; Resolução do Conselho de Ministros nº83/2009, de 9 de Setembro: 6130). É aqui que se encontra «o meio rural por excelência (...) [que] o homem escolheu para viver» (Pena, 2002: 116), tendo o território sido «modelado a partir de um povoamento historicamente estruturado pela actividade agrícola» (Resolução do Conselho de Ministros nº83/2009, de 9 de Setembro: 6135). Compreende, em suma:

(...) [Os] espaços humanizados onde predominam áreas rurais com valores paisagísticos e culturais relevantes, de moderada sensibilidade ecológica, cuja manutenção pressupõe a intervenção humana, e onde as acções de gestão devem promover o equilíbrio entre os objectivos da conservação da natureza e do desenvolvimento social e económico local." (*Idem*: 6134/5)

2.2. RECOLHA DOS DADOS

Para a prossecução dos objectivos delineados, a investigação que aqui se apresenta centrou-se no método intensivo (ou estudo de caso), com recurso a técnicas complementares de recolha de informação, tendo o trabalho de campo sido desenvolvido em duas fases, totalizando cerca de 6 meses²².

2.2.1. Primeira fase

Numa primeira fase, começou por se proceder à análise de documentos de dois tipos em bibliotecas e arquivos nacionais e municipais²³. Por um lado, foram consultados documentos que fornecessem evidências históricas relativas à presença das espécies seleccionadas para o presente estudo (a águia-real, o grifo e o lobo-ibérico, como já foi referido) no PNSE, tendo o enfoque recaído sobretudo sobre as possíveis datas e causas da não-fixação actual das espécies nesta área concreta. Por outro lado, foram analisados documentos com dados respeitantes às alterações ocorridas na área de estudo, tanto no plano sócio-económico, como no plano ecológico, chamemos-lhe assim (por exemplo, alterações registadas ao longo dos tempos a nível das práticas agro-pecuárias, da utilização geral dos recursos, etc.), que poderão ter influenciado, historicamente, essa mesma não fixação. Paralelamente, esta fase incluiu ainda um período de *contacto inicial* (Bernard, 2006) com o terreno, o qual passou pelo reconhecimento geral e familiaridade com a área de estudo, pelo contacto com entidades locais (nomeadamente os presidentes das Juntas de Freguesia seleccionadas e membros do PNSE ou do Centro de Interpretação da Serra da Estrela) e pela realização de 18 entrevistas informais exploratórias, algumas das quais incluíram mais do que um informante. Tais entrevistas englobaram tanto

²² A primeira fase do trabalho de campo decorreu entre finais de Setembro e finais de Dezembro de 2009; a segunda fase decorreu entre meados de Janeiro e finais de Março de 2010.

²³ As pesquisas mais exaustivas foram levadas a cabo na Biblioteca Nacional, na Biblioteca Municipal de Gouveia e no centro de documentação do Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE), em Seia.

informantes locais especializados (pastores, ex-pastores, caçadores e agricultores, nomeadamente os mais idosos), como residentes locais no geral, com o intuito de aceder, por um lado, às alterações sociais, culturais e económicas que, do ponto de vista local, são tidas como as mais relevantes (nomeadamente em termos de agricultura e pastorícia) e, por outro, à fauna local e à própria relação humanos/não humanos, tanto actual como passada.

Os dados recolhidos nesta primeira fase serviram de base para o delineamento do guião de entrevista a utilizar no segundo momento do trabalho.

2.2.2. Segunda fase

Neste segundo momento da pesquisa foram conduzidas entrevistas semi-estruturadas²⁴, cujo enfoque recaiu essencialmente sobre três aspectos:

- a) Dados sócio-demográficos;
- b) Percepções em relação à fauna local no geral;
- c) Percepções e conhecimentos em relação às três espécies alvo de uma potencial reintrodução da área do PNSE, bem como à própria reintrodução.

Os dados sócio-demográficos seleccionados, que poderão estar ou não relacionados com as próprias percepções sociais e culturais, como pretendemos averiguar, podem ser divididos em dois tipos: por um lado, dados gerais respeitantes à idade, género, residência, habilitações literárias e profissão; por outro, dados respeitantes a actividades relacionadas com os recursos naturais no geral, como é o caso da agricultura, pecuária, pastorícia e caça, cujas alterações poderão estar, aliás, na base da não fixação das espécies em causa e até mesmo comprometer a possível reintrodução. No que respeita à agricultura, pretendeu-se averiguar sobretudo o grau de importância da mesma na zona, o tipo de agricultura praticada (essencialmente para consumo próprio, para venda ou para ambas) e a perspectiva local acerca dos animais silvestres que poderão consistir uma ameaça às próprias culturas. Quanto à pecuária, pretendeu-se aceder à sua magnitude a nível local, aos tipos mais comuns de animais domesticados e às possíveis ameaças por parte de animais selvagens, estendendo-se o mesmo à própria pastorícia. Relativamente a esta última, tentou-se ainda aprofundar outros aspectos, como o número de cabeças que se tem/teve, ou até mesmo averiguar se os pastores saberiam o que fazer caso o rebanho fosse atacado²⁵.

²⁴ Ver Anexo II.

²⁵ Esta questão não está relacionada apenas com ataques lupinos, para os quais está previsto o pagamento dos prejuízos (art.º 6º da Lei nº 90/88, de 13 de Agosto). No caso concreto do PNSE, a grande maioria dos ataques são protagonizados actualmente por cães assilvestrados, apesar de serem por vezes atribuídos ao lobo (R. Brandão, *comunicação pessoal*), sendo que não está previsto o pagamento dos prejuízos decorrentes destes ataques em concreto.

Pretendia-se, ainda, aceder às percepções locais relativamente ao futuro da pastorícia e da agricultura na zona envolvente, futuro esse que poderá acabar por influenciar, de certo modo, a possível reintrodução. Finalmente, no que respeita à caça, pretendeu-se aceder essencialmente à sua importância local, ao tipo de caça praticada e aos animais selvagens que, na óptica dos caçadores, poderão ser "prejudiciais" para a caça.

Por forma a aceder às percepções em relação à fauna local no geral, recorreu-se a um tipo específico de *análise do domínio cultural* (Borgatti, 1999; Bernard, 2006). Partindo do pressuposto de que os domínios culturais correspondem a categorias cognitivas (ex.: "animal", "doença", etc.) que abrangem um conjunto de itens relacionados entre si, sendo em torno desses mesmos domínios que cada cultura classifica e interage com o mundo circundante (Borgatti, 1999: 115; Schensul *et al.*, 1999: 116/8), as análises desses mesmos domínios passam, portanto, pelo estudo da forma como os indivíduos num dado grupo percebem esse mesmo conjunto e interpretam o respectivo conteúdo (Bernard, 2006: 299). Entre as diversas formas de proceder a essa análise, a técnica de agrupamento livre (*free pile sort*) foi a seleccionada para o presente estudo, sobretudo por permitir aceder facilmente às percepções culturais relativas a um mesmo domínio (neste caso, a fauna local), através da definição, entre outros aspectos, da forma como os diferentes elementos se relacionam entre si a nível cultural (*Idem.* 301) e dos atributos usados culturalmente para os distinguir e classificar (Borgatti, 1999: 131; Schensul *et al.*, 1999: 131). Para a concretização desta tarefa, optou-se por recorrer à apresentação de cartões com imagens. Apesar de Borgatti (1999: 132/3) e Schensul *et al.* (1999: 132/3) aconselharem, sempre que possível, recorrer ao «método escrito» (ou seja, à apresentação de cartões com nomes/conceitos ao invés de imagens ou até mesmo objectos), por considerarem que um estímulo físico poderá levar os informantes a focar a sua atenção mais na forma e nos atributos físicos do que na função (Borgatti, 1999: 133; Bernard, 2006: 314), a verdade é que o recurso a imagens pareceu a forma mais adequada no contexto social da área de estudo por dois motivos: por um lado, verifica-se na área de estudo uma taxa significativa de iliteracia, sobretudo entre as mulheres; por outro, pretendeu-se verificar igualmente se os inquiridos reconheciam os animais e aceder a possíveis nomes locais, o que seria inviabilizado à partida se se recorresse à sua nomeação. Foram, então, seleccionadas doze espécies²⁶, com base nas mais frequentemente mencionadas pelos informantes na primeira fase do trabalho de campo, espécies essas que recaem nas três categorias propostas por Marvin (2000: 206): animais domesticados, animais selvagens e espécies cinegéticas. Assim, foram incluídas duas espécies enquadradas na primeira categoria (burro, *Equus africanus asinus*, e

²⁶ Ver Anexo III.

ovelha, *Ovis aries*), cinco na segunda (cão assilvestrado, *Canis lupus familiaris*, corvo, *Corvus corax*, geneta, *Genetta genetta*, milhafre-preto, *Mihus migrans*, e raposa, *Vulpes vulpes*) e duas na terceira (coelho-bravo, *Oryctolagus cuniculus*, e javali, *Sus scrofa*), para além das três espécies que poderão ser reintroduzidas (águia-real, *Aquila chrysaetos*, grifo, *Gyps fulvus* e lobo-ibérico, *Canis lupus signatus*). Após a apresentação dos doze cartões, optou-se por seguir os conselhos de Borgatti (1999: 132) e Schensul *et al.* (1999: 132), os quais postulam a execução da tarefa através de dois passos: primeiro, pedir aos informantes para colocarem de lado os animais que não conhecem²⁷; segundo, formar agrupamentos livres com os restantes cartões. Após estes agrupamentos, era pedida uma breve explicação dos critérios utilizados. Dezasseis dos 116 inquiridos (14%) revelaram alguma dificuldade na execução de tal tarefa, pelo que se optou por dar um estímulo adicional, o qual passou por incentivar os inquiridos a falarem sobre as várias espécies e, conforme o que ia sendo mencionado, tentava-se encontrar características comuns em conjunto com os inquiridos, a partir das quais eram feitos os agrupamentos. Nestes casos excepcionais, a explicação dos critérios por parte dos inquiridos foi feita *a priori*.

Finalmente, o enfoque do terceiro e último ponto do guião de entrevista recaiu sobre as três espécies previamente referidas e a respectiva reintrodução. Pretendia-se, muito brevemente, aceder às possíveis datas e causas de desaparecimento, ao conhecimento empírico das espécies (em termos de alimentação, organização social, etc.) e, no que respeita à reintrodução propriamente dita, tentar perceber se as atitudes são favoráveis ou não e quais os motivos que lhes subjazem, numa óptica local.

2.2.2.1. Amostra

Face à impossibilidade de englobar o Universo considerado no seu todo (ou seja, todos os indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos residentes nas freguesias previamente referidas), estas entrevistas, aplicadas pessoalmente nas ruas das freguesias previamente referidas²⁸, abrangeram uma amostra aleatoriamente escolhida. De facto, e se forem tidas em

²⁷ Cientes de que nem todos os informantes tiveram um contacto directo com algumas das espécies, o que dificulta o reconhecimento visual das mesmas, quando um informante referisse desconhecer uma dada espécie, optou-se por referir primeiro o nome comum por que essa mesma espécie é conhecida e só nos casos em que não reconheciam nem pela imagem nem pelo nome é que se colocava o cartão de parte.

²⁸ Inicialmente, ponderou-se fazer entrevistas de porta-em-porta, sobretudo devido aos constrangimentos inerentes a entrevistas levadas a cabo nas ruas (como é o caso das condições climáticas adversas ou até mesmo o reduzido número de pessoas disponíveis em certas localidades e em certos períodos do dia). Não obstante, e após um primeiro teste na primeira fase do trabalho de campo, esta última pareceu a solução mais exequível no contexto em que o presente estudo teve lugar. Tal deve-se, em grande medida, à estreita relação entre desconhecimento e desconfiança com que nos deparámos na zona, sobretudo devido a alguns crimes que decorreram nalgumas aldeias locais em casas de idosos, como nos foi referido algumas vezes. Para além disso, fomos informados que a GNR estava a levar a

conta não só as próprias características intrínsecas deste contexto específico (sobretudo o pequeno número de pessoas na rua durante grande parte do dia e as condições climáticas adversas), mas também o facto de que «cerca de 60 a 70% do tempo em que um entrevistador se encontra no campo se destina apenas a encontrar informantes e em percursos para que tal seja possível» (Costa, 2004: 98), a não especificação de uma regra específica para a selecção dos informantes pareceu a mais sensata. Optou-se, assim, por entrevistar a primeira pessoa que se avistasse após a chegada a uma determinada aldeia, aplicando posteriormente a «next to pass rule» (Espírito-Santo, 2007: 94). Para além disso, optou-se por percorrer um percurso aleatório pelas freguesias, sem se ficar estagnado num mesmo local à espera de potenciais inquiridos, o que diminuiria ainda mais as hipóteses de encontrar potenciais informantes.

No que respeita à amostra propriamente dita, foi seleccionada uma amostra não-probabilística ou não-causal (Costa, 2004; Hill e Hill, 2005; Bernard, 2006). Apesar de não permitir, como aconteceria com um método de amostragem probabilística, a extrapolação dos resultados para o universo (Costa, 2004; Hill e Hill, 2005), a selecção de um método não-probabilístico foi tida como a mais plausível e fiável, sobretudo por dois motivos: por um lado, devido à ausência de listagens populacionais actuais e detalhadas para o Universo seleccionado (relembre-se que o último Censo foi levado a cabo em 2001, sendo que o próximo será conduzido apenas em 2011)²⁹ e, por outro, os dados a recolher não dizem respeito a «atributos individuais», mas sim a «dados culturais» (Bernard, 2006: 146/7). Foi, então, seleccionada uma amostra por quotas, cujo objectivo consiste na construção de uma «réplica da população à qual se está a subtrair uma pequena parte» (Costa, 2004: 85), com base em duas variáveis pré-definidas: género e idade.

Quanto à determinação do tamanho da amostra, o recurso à fracção de amostragem, ou seja, à «proporção dos casos do Universo utilizados na amostra» (Hill e Hill 2005: 48), foi tido como a forma mais sensata. Assim sendo, optou-se por especificar, com base em questões de ordem sobretudo pragmática, uma fracção de 0.07, representando a amostra, consequentemente, cerca de 7% (n=130) dos casos do universo (n=1713)³⁰, tendo esta proporção sido aplicada a três faixas etárias previamente definidas (jovens, dos 15 aos 29 anos; adultos, dos 30 aos 64 anos;

cabo, por altura do trabalho de campo, uma campanha de sensibilização junto dos idosos para que estes não abrissem a porta a desconhecidos, por forma a evitar, exactamente, futuras situações de risco.

²⁹ As únicas listagens que poderiam ter sido utilizadas dizem respeito aos cadernos eleitorais. Não obstante, estes cadernos oferecem algumas limitações. A título de exemplo, excluem os indivíduos com idade inferior a 18 anos (os quais foram tidos em conta para o presente estudo), para além da «fraca fiabilidade das listagens», onde ainda permanecem nomes de pessoas que já faleceram ou que já não residem ali (Costa, 2004: 83), como é o caso do elevado número de emigrantes na área de estudo seleccionada.

³⁰ Ver Anexo IV, Tabela 5 e 6, respectivamente.

idosos, a partir dos 65 anos, inclusive). Visto que estas três faixas não coincidem com as faixas etárias estipuladas no Censos 2001 (0-14, 15-24, 25-49, 50-64, ≥ 65), o que impossibilita determinar com precisão o número de indivíduos do género masculino e do género feminino dentro de cada uma das faixas etárias por nós estipulada, optou-se por abarcar uma fracção de amostragem idêntica para ambos os géneros³¹. Não obstante, verificou-se, na prática, uma ligeira diferença: foram inquiridos mais dois indivíduos do género feminino (n=59) do que do género masculino (n=57). Para além disso, face à grande dificuldade em encontrar jovens nestas aldeias, onde se assiste a uma acentuada desertificação e envelhecimento populacional, optou-se por outras estratégias de abordagem, como o agendamento prévio de entrevistas durante o fim-de-semana. No total, foi-nos possível entrevistar apenas 10 dos 24 jovens, totalizando a amostra 116 indivíduos (Tabela 2).

CONCELHO	FREGUESIA	GRUPOS ETÁRIOS						TOTAL (FREG.)
		15-29		30-64		≥65		
		H	M	H	M	H	M	
Celorico da Beira	Cadafaz	1	1	3	3	2	2	12
	Linhares da Beira	2	0	4	4	5	5	20
	Prados	0	0	3	3	3	3	12
	Vide-Entre-Vinhas	1	0	3	3	3	3	13
Gouveia	Figueiró da Serra	0	0	4	4	3	3	14
	Folgosinho	2	3	8	8	8	8	37
	Freixo da Serra	0	0	2	2	2	2	8
TOTAL (GRUPOS ETÁRIOS/GÉNERO)		6	4	27	27	26	26	116
		10 (HM)		54 (HM)		52 (HM)		

Tabela 2: Caracterização da amostra seleccionada.

2.3. ANÁLISE DOS DADOS

No que respeita à análise dos dados, que mais não é do que «the search for patterns in data and for ideas that help explain why those patterns are there in the first place» (Bernard, 2006: 452), foram levadas a cabo análises de tipo qualitativo e quantitativo para os dados recolhidos na primeira e segunda fases do trabalho de campo, respectivamente.

³¹ Tal implicou, nalguns casos, arredondar por excesso, passando os valores ímpares para pares.

No primeiro caso, recorreu-se à análise do conteúdo³² das entrevistas exploratórias realizadas, procurando-se encontrar categorias temáticas, algumas das quais serviram, inclusive, de guião aquando das entrevistas, como já foi referido anteriormente. Por forma a sistematizar as ideias, foi construída, posteriormente, uma tabela temática com os assuntos referidos (bem como subdivisões dentro de cada assunto) e com algumas afirmações ilustrativas dos informantes.

Quanto às análises de tipo quantitativo, recorreu-se sobretudo às análises descritivas (Hill e Hill, 2005: 192; Bernard, 2006: 549). Depois de codificadas as respostas, foram analisadas as distribuições de frequência (tabelas e gráficos de frequências), calculadas as percentagens e, nalguns casos, medidas de tendência central (média). Foi ainda utilizado o teste estatístico não-paramétrico *escalonamento multidimensional* (ASCAL) para analisar os agrupamentos livres realizados na terceira parte dos questionários (no geral e por idades e género). Em traços muito gerais, este teste cria, com base no cálculo das semelhanças e diferenças entre os vários itens, um "mapa mental" (Bernard, 2006: 684) ou perceptual, especialmente útil aquando da análise de dados cognitivos, como é o caso, demonstrando o seguinte:

If the similarity of the two items is very high, they [the respondents] place, with high probability, both items in the same pile. If the similarity is very low, they place the items, with high probability again, in different piles. (Schensul *et al.*, 1999: 134)

Com excepção deste último teste, realizado no programa SPSS (versão 16.0), todas as outras análises foram levadas a cabo no programa Excel (versão 12.0).

2.4. LIMITAÇÕES DO ESTUDO

No que respeita a possíveis limitações do estudo, importa referir três aspectos relacionados, de certa forma, com as próprias opções metodológicas previamente descritas: o tipo e tamanho da amostra seleccionada na segunda fase do trabalho, a recolha de dados e a necessidade de utilização de análises estatísticas de tipo não-paramétricas.

Começando pelo primeiro, o facto de se ter optado por uma amostra de tipo não-probabilístico não permite, como aconteceria com um método de amostragem probabilística, a

³² Convém sublinhar o facto de ter sido mencionado propositadamente análise *do* e não análise *de*. De facto, a análise realizada não assentou propriamente nos pressupostos que regem a análise de conteúdo enquanto técnica de análise textual propriamente dita, movida sobretudo pelo objectivo de testar hipóteses desde o início (Bernard, 2006: 505/7), aproximando-se mais daquilo que Bernard (*Idem*: 492) refere como o primeiro objectivo da «grounded theory»: identificar categorias e conceitos que emergem no texto. Não obstante, não foi seguida nenhuma técnica em concreto, até porque o objectivo primordial desta primeira fase do trabalho de campo consistiu essencialmente em fornecer os alicerces para a segunda fase.

extrapolação dos resultados para o universo (Costa, 2004; Hill e Hill, 2005), como já aqui foi referido, uma vez que, segundo Costa (2004: 108/109):

[Dada] a forma como [a amostra de tipo não-aleatória] foi concebida, não existe a possibilidade de se estipular à partida qual a probabilidade de cada elemento do Universo vir a poder fazer parte da mesma (...). Mesmo tratando-se de uma amostra por quotas, procurando-se criar uma réplica do Universo (pelo menos no que respeita a algumas características), a possibilidade de extrapolação para o todo é impossível (...).

Contudo, dados os constrangimentos já aqui referidos e mesmo estando cientes de que «quota samples are biased toward people you can find easily» (Bernard, 2006: 188), tal pareceu-nos a hipótese mais viável, até porque não foi nosso objectivo tornar a amostra seleccionada representativa da área global do PNSE, uma vez que cremos que é sempre importante ter em conta a especificidade e heterogeneidade do contexto local, ao invés de o ter como homogéneo. Para além disso, consideramos este estudo não como um fim em si, mas como um mero passo para um posterior aprofundamento do tema sobre o qual nos ocupámos no presente estudo. Quanto ao tamanho da amostra seleccionada, o qual poderá ser tido a priori como pouco significativo, é muitas vezes aconselhável utilizar universos menores, mas simultaneamente de maior exequibilidade (Costa, 2004: 82; Hill e Hill, 2005: 44), sobretudo num contexto onde se assiste a um profundo declínio populacional.

Quanto à recolha dos dados (incluindo aqui o instrumento de recolha e a recolha propriamente dita), «é certo que a elaboração de entrevistas face-a-face pode provocar enviesamentos vários decorrentes da interacção entrevistador/entrevistado» (Costa, 2004: 109). De facto, «it's impossible to eliminate reactivity and subjectivity³³ in interviewing» (Bernard, 2006: 223). Não obstante, e mesmo «correndo os riscos que advêm da *equação pessoal*» (Costa, 2004: 110), o recurso a entrevistas face-a-face foi a solução que nos pareceu mais vantajosa, sobretudo porque, para além de ser a única alternativa que se coaduna, como já aqui foi referido, com a apresentação de imagens, permitem ao entrevistador encorajar o inquirido a responder, clarificar certas questões quando se apercebe que o inquirido não compreendeu o teor do que lhe foi solicitado ou ainda aprofundar certos aspectos que forneçam uma resposta mais completa (Costa, 2004: 110; Espírito-Santo, 2007: 84).

³³ No que respeita à questão da subjectividade/objectividade no decurso do trabalho de campo no geral e, em particular, das entrevistas, é importante ter em conta o seguinte: «the goal is not for us, as humans, to become objective machines; it is for us to achieve objective - that is, accurate - knowledge by transcending our biases» (Bernard, 2006: 370).

Por último, resta abordar a utilização de análises estatísticas não-paramétricas. Tal utilização, apesar de não permitir uma extrapolação dos resultados para o todo, extrapolação essa que, como já aqui foi referido, não constituiu em si o objectivo do presente trabalho, foi a opção mais sensata, sobretudo devido às variáveis utilizadas (nominais e ordinais) (Hill e Hill, 2005: 195). Para além disso, caso a estatística paramétrica «tivesse sido levada a cabo, produziria dados sem qualquer fiabilidade, defraudando o rigor e a qualidade que gostaríamos de atingir» (*Ibidem*).

CAPÍTULO 3: RESULTADOS

Os resultados obtidos serão aqui apresentados em duas partes: uma respeitante aos dados recolhidos aquando da realização das entrevistas informais (n=18) na primeira fase do trabalho de campo e uma outra respeitante aos dados recolhidos aquando dos questionários administrados na segunda fase do mesmo (n=116). Salvo indicação em contrário, entre aspas («») encontram-se expressões ou afirmações utilizadas pelos informantes no decurso das entrevistas realizadas em ambas as fases, após as quais será indicado o género do informante (H e M, caso seja do sexo masculino ou feminino, respectivamente) e a idade.

3.1. ENTREVISTAS INFORMAIS (1ª FASE)

3.1.1. Agro-pastorícia

Um discurso predominante no que à temática da agricultura e da pastorícia diz respeito consiste na comparação entre o *antigamente* e o *hoje*, sobretudo em termos de abundância e valorização, chamemos-lhes assim.

Começando pela pastorícia, foi muitas vezes referido que «*dantes*» existiam muitos pastores e rebanhos, sendo os pastores com um grande número de ovelhas/cabras no rebanho (≥ 100) tidos como ricos, conforme nos foi relatado. Tal deve-se sobretudo ao facto de que «*tudo rendia dinheiro*», como um dos informantes referiu: a venda dos borregos, a lã, o queijo, o requeijão, etc. Em contrapartida, actualmente «*há muito menos pastores*», tendo-se assistido a uma quebra gradual desde a altura da grande vaga de emigração. Tal deve-se sobretudo ao facto de que hoje a pastorícia «*não rende*», sendo que «*dantes dava mais 25 ovelhas do que agora 100*» (H, 75 anos). Segundo alguns informantes, são dois os factores que subjazem a tal constatação. Por um lado, imposições nacionais, nomeadamente a chamada «*lei do queijo*»³⁴, a qual veio proibir a venda particular de queijos (uma importante fonte de rendimento) sem o «*selo próprio*». Tal lei implicaria, entre outros aspectos, a reconversão das cozinhas particulares, reconversão essa que requereria investimentos de tal forma avultados, sobretudo para os produtores «*mais pequenos*», que acaba por «*rende[r] mais vender o leite à fábrica*». Por outro lado, foi igualmente apontada a entrada de Portugal na CEE (actual UE), como é visível, a título de exemplo, na seguinte afirmação: «*Antes da CEE havia subsídios para fazer queijo. Dava para viver. Agora o governo proíbe tudo e não deixa os pastores governarem as ovelhas como querem. Em vez de andarmos para a frente, andamos para trás!*» (H, 67 anos).

³⁴ Apesar de não nos ter sido mencionada qualquer data, é possível que tal lei diga respeito ao Decreto-Regulamentar n.º 42/85, de 5 de Julho.

Como consequência de tudo isto, muitos dos antigos pastores que foram entrevistados nesta fase *«desistiram dessa vida»*. Alguns deixaram de ter rebanhos por completo, outros mantêm *«uma ou duas cabeças»*, outros uma dezena *«só para entreter e para fazer queijo para casa»*, mas todos concordam com o mesmo: *«isto agora não dá nada, não vale a pena»*, apesar de algum saudosismo sentido nas suas palavras.

Por último, os informantes apontam ainda para um certo desinteresse das gerações mais novas que ou emigram em busca de melhores condições ou se empregam noutros sectores, sobretudo na construção civil. Estas gerações são muitas vezes criticadas pelas gerações mais velhas, referindo que *«já não querem saber disto para nada»*, *«não querem cheirar a queijo»* (H, 72 anos).

Quanto à agricultura, que *«foi o que mudou mais nos últimos tempos»* (M, 81 anos), as seguintes afirmações poderão sintetizar as opiniões que foram sendo relatadas: *«Dantes dava para viver da agricultura. Agora quem vive? Não dá...»* (H, 75 anos) e *«Está cada vez pior, está na hora da morte»* (H, 67 anos). A principal causa que, segundo a população local, está na base de tal situação negativa prende-se com o facto de não existirem actualmente quaisquer benefícios nem incentivos à agricultura para venda por parte de pequenos agricultores: *«Dantes rendia muito mais. Agora não dão nada pelas culturas. Isto só dá é prejuízos!»* (H, 75 anos). Como exemplo, um informante referiu o seguinte: *«Agora dão 2€ por 20kg de batatas. Mesmo que paguem 5€/arroba, isso não paga nada!»* (H, 64 anos). Como causas, aponta-se, à semelhança do que foi referido anteriormente para a pastorícia, a entrada de Portugal na CEE (actual UE), que *«deu cabo de tudo»*, sobretudo devido à competição directa no *«mercado livre»*³⁵ e à má aplicação dos fundos a nível nacional, descurando-se muitas das vezes as questões agrícolas. Segundo os locais, tal questão foi responsável por um forte desinteresse da população local, grande parte da qual optou por emigrar, sendo que *«os que ficam»* cultivam *«só para a casa»* e *«para entreter»*. Um outro aspecto prende-se com o desinteresse das camadas mais jovens, um pouco como no caso da pastorícia: *«Quando morrermos isto acaba! Os jovens ainda põem as couves com a raiz para cima... Só querem pôr dinheiro na carteira!»* (H, 64 anos).

3.1.2. Caça

A caça é vista, curiosamente, de dois ângulos distintos e antagónicos. Temos, por um lado, os que a percebem negativamente como um *«vício»* (H, 52 anos) ou como algo errado, afirmando ser *«contra a caça»* (M, 64 anos). Por outro lado, temos os que a consideram um *«desporto lindo»* e que referem, por exemplo, o seguinte: *«Sou caçador há 40 anos. Quando deixar de caçar estou morto!»* (H, 64 anos). Não obstante estas duas posições, alguns aspectos são consensuais. Por um

³⁵ É referido, a título de exemplo, a venda de fruta espanhola mais barata em grandes superfícies, ficando a fruta portuguesa sem escoamento.

lado, os elevados investimentos que tal actividade requer («*Sai muito caro!*»), sobretudo em termos de licenças de uso e porte de armas, seguro dos cães, renovação das cartas, entrada nas «reservas», etc. Segundo alguns dos caçadores entrevistados, isto dá origem não só à diminuição do número de caçadores, o que acaba por ser «*mau para o Estado porque a caça dá muito ao Estado*» (H, 64 anos), mas também ao aumento do número de transgressões que as leis pretendem, todavia, evitar, como é o caso do não respeito pelos dias de caça ou da caça fora das reservas/zonas de caça. Por outro lado, muitos dos informantes afirmaram que, quer por observação directa, quer por observação indirecta, o número de animais para caçar, sobretudo coelhos (*Oryctolagus cuniculus*) e lebres (*Lepus capensis*), tem vindo a diminuir ao longo dos tempos.

3.1.3 Fauna local

Em termos da fauna local existente na área de estudo, importa aqui destacar as três espécies mais vezes referidas, sobretudo em termos de conflitos: o javali (*Sus scrofa*), o lobo (*Canis lupus signatus*) e a raposa (*Vulpes vulpes*). Começando pelo javali, a maioria dos informantes destacou as ameaças directas e indirectas para os humanos. Em termos de ameaças indirectas, foram referidos pela maioria dos informantes os inúmeros prejuízos económicos que causam na agricultura, como o demonstram as seguintes afirmações: «*destroem tudo*», «*estragam as culturas todas*» e «*dão muito mais prejuízos do que os lobos. Se vamos deitar milho, temos que vedar tudo senão eles focinham tudo!*» (H, 67 anos). Em termos de perigo directo, foi muitas vezes relatado um episódio recente de uma senhora numa aldeia perto da área de estudo (freguesia de S. Paio) que foi atacada por um «*porco-bravo*» ferido quando estava num campo de milho, tendo que levar «*uma centena de pontos*». Não obstante, e segundo nos foi relatado, «*dantes não havia... deitaram javalis na Serra há uns anos*» (M, 39 anos), pelo que estas ameaças acabam por ser como que recentes. O aparecimento do javali coincide com e é a causa do desaparecimento do lobo, na óptica local, tendo o javali «*destruído*» o lobo, sobretudo por ser «*mais forte*». Mas não é esta a única causa do desaparecimento do lobo. Os informantes referem ainda «*o que lhe deitaram [veneno]*» como um importante factor (sobretudo porque «*devoravam tudo de noite*» e «*as ovelhas tinham que ser arrecadadas para não serem comidas*»), assim como a falta de alimento, a qual os fez «*desistir*». Contudo, alguns informantes afirmaram que ainda existem lobos «*lá na Serra*», mas «*são raros*» e «*os pastores já não se queixam tanto*». A estes «*cães bravos com as orelhas mais pequenas e o rabo direito*» (H, 72 anos), que «*às vezes deitam para aqui mas morrem todos envenenados*», «*interessa-lhes mais matar do que comer*». Tal assemelha-se ao que foi referido para as raposas, as quais «*matam as galinhas todas e depois é que as comem*» (H, 67 anos), causando consideráveis prejuízos, sobretudo por serem extremamente abundantes na área de estudo («*há aos pontapés!*»). Contudo, esta espécie foi em tempos "rentável": «*Dantes ainda rendia algum dinheiro*.

Uma vez apanhei uma, atei-lhe o focinho e entreguei-a ao Venatório. Davam dinheiro por raposas mortas.» (H, 95 anos).

3.2. ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS (2ª FASE)

3.2.1. Caracterização da população da área de estudo

Tendo as características em termos de género e idade sido apresentadas no capítulo respeitante à metodologia por terem sido as variáveis tidas em conta aquando da determinação da amostra, podemos começar por sublinhar um aspecto interessante que os dados sugerem: a existência de uma considerável dinâmica migratória na zona abrangida pelo presente estudo. De facto, a maioria dos inquiridos ($n=72$, 62%), cuja média total de idades ronda os 67 anos, referiu não ter vivido sempre no actual local de residência. Desta dinâmica destacam-se dois movimentos migratórios que parecem ser predominantes na área: por um lado, a emigração ($n=44$, 61%), nomeadamente para França ($n/44=24$, 38%) e EUA ($n/44=11$, 17%), mais elevada do lado dos indivíduos do género masculino ($n/44=26$, 59%); por outro, o êxodo rural, com 26% dos inquiridos ($n=19$) a afirmar ter vivido numa outra cidade portuguesa, sobretudo Lisboa ($n/19=9$, 14%) e Guarda ($n/19=3$, 5%), sendo este movimento mais significativo entre as mulheres ($n/19=14$, 74%). Os restantes são oriundos de uma aldeia próxima ($n=4$, 6%) ou viveram em países do Ultramar aquando da tropa ($n=5$, 7%), tendo esta última hipótese sido referida apenas por indivíduos do género masculino.

No que respeita às habilitações literárias (Fig. 1), a grande maioria dos inquiridos ($n=62$, 54%), sobretudo os do género masculino ($n/62=46$, 74%), tem a primária completa. Seguem-se 22% ($n=25$) com a primária incompleta e 12% ($n=14$) que nunca frequentou a escola, verificando-se uma predominância dos inquiridos do género feminino em ambos os aspectos ($n=20$, 80% e $n=13$, 93%, respectivamente). Dos restantes, e por ordem decrescente, cerca de 4% concluiu o 9º ano ou equivalente ($n=5$), outros 4% tem o Ensino Superior ou equivalente ($n=5$), 3% o 12º ano ou equivalente ($n=4$) e 1% ($n=1$) tem o Ciclo Preparatório.

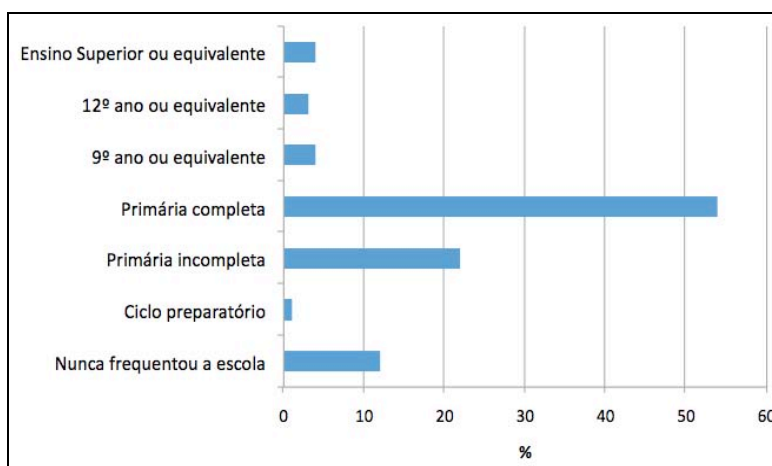


Fig. 1: Habilitações literárias dos inquiridos.

Em termos de profissão, os dados evidenciam uma grande heterogeneidade de categorias, para o que contribuiu o facto de esta variável não ter sido pré-codificada, como já aconteceu noutros estudos (ex.: Costa, 2004). Assim, optou-se por considerar, por um lado, a população activa e o respectivo sector de actividade (primário, secundário e terciário) e, por outro, a população inactiva (reformados, domésticos e desempregados). Os dados evidenciam que a grande maioria dos inquiridos ($n=76$, 66%) recai nesta última categoria, destacando-se os reformados ($n=48$, 42%), seguidos dos domésticos ($n=22$, 19%, exclusivamente do género feminino) e dos desempregados ($n=6$, 5%). No que respeita à população activa, não há um predomínio significativo de nenhum dos sectores, apesar do terciário ($n=19$, 16%) se destacar³⁶, nomeadamente do lado das mulheres ($n/19=11$, 58%), seguido do primário ($n=12$, 10%) e do secundário ($n=9$, 8%, apenas homens).

3.2.2. Actividades relacionadas com os recursos naturais

a) Agricultura, pecuária e pastorícia

Apesar de o sector primário não se destacar enquanto actividade económica, detendo, pelo menos aparentemente, como vimos, um fraco papel enquanto fonte de rendimento, a **agricultura** ainda se evidencia na área de estudo. De facto, a esmagadora maioria dos inquiridos de ambos os géneros ($n=85$, 73%), sobretudo com idades compreendidas entre os 30 e os 64 anos ($n/85=42$, 49%), afirmou praticar a agricultura, nomeadamente para consumo próprio ($n/85=81$, 95%), tendo apenas 4 inquiridos (5%) afirmado praticar tal actividade também para venda. Desses 85 que afirmaram praticar a agricultura, 66 (78%) nunca viram as suas culturas

³⁶ Apesar de um dos critérios para a escolha da área de estudo ter sido o predomínio do sector primário, como foi referido no capítulo consagrado à metodologia, importa ressaltar que, como veremos mais à frente, o número de pastores no activo é reduzido e a agricultura praticada é essencialmente «para sustento da casa». Para além disso, os inquiridos encontram-se, na sua maioria, aposentados, como já foi referido.

serem destruídas por um animal, apesar de ser quase unânime considerar o «*porco-bravo*» (javali, *Sus scrofa*) como a espécie mais prejudicial para a agricultura, nomeadamente para o cultivo do milho (*Zea mays* spp.) ($n/35=33$, 94%). Uma pequena fracção dos inquiridos referiu também os «*pássaros*» ($n=1$, 3%) e as ovelhas ($n=1$, 3%), como podemos verificar no seguinte gráfico:

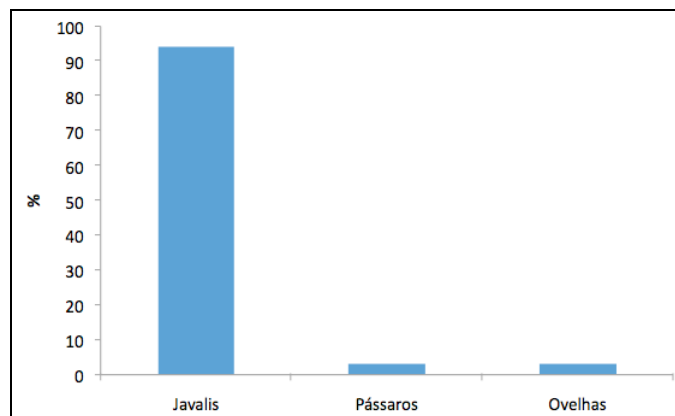


Fig. 2: Animais tidos como prejudiciais para a agricultura.

No que à **pecuária** diz respeito, 56 dos 116 informantes (48%) afirmou não ter nem nunca ter tido nenhum animal doméstico e 60 (52%) afirmou ter ou já ter tido algum, destacando-se as mulheres no primeiro caso ($n/56=36$) e os homens no segundo ($n/60=27$). Dos 60 que responderam positivamente, 36 (60%) afirmaram possuir apenas um tipo e 16 (27%) dois tipos. Em menor número, 7 (12%) inquiridos referiu possuir três tipos de animais domésticos e apenas 1 (1%) referiu quatro tipos. As aves de capoeira ($n/92=53$, 57%), seguidas do gado ovino ($n/92=12$, 13%) e dos coelhos ($n/92=10$, 12%), aparecem como os principais animais domésticos. Embora em menor número, foram igualmente referidos, por ordem decrescente, o gado asinino ($n/92=7$, 8%), o gado suíno ($n/92=5$, 5%), o gado caprino ($n/92=4$, 4%) e o gado bovino ($n/92=1$, 1%). Apesar de a maioria dos inquiridos que possui animais domésticos ($n/60=38$, 63%) afirmar que os respectivos animais domésticos nunca foram atacados por animais selvagens, uma percentagem igualmente significativa ($n/60=22$, 37%) confirmou tais ataques. Estes são protagonizados essencialmente por raposas (*Vulpes vulpes*) e genetas (*Genetta genetta*) ($n/23=11$, 48% e $n/23=5$, 22%, respectivamente), os quais são, aliás, apontados como predadores frequentes de aves de capoeira, sobretudo galinhas (*Gallus gallus domesticus*). Distinguem-se, contudo, no modo de predação, chamemos-lhe assim: «O janeto³⁷ bebe o sangue das galinhas e tira-lhes a cabeça! A raposa mata-as e leva-as!» Embora em menor número ($n/23=1$, 4%), o «milhafre³⁸» é igualmente tido como prejudicial para as aves de capoeira. O lobo

³⁷ Nome popular por que é conhecida a geneta (*Genetta genetta*).

³⁸ Termo generalista que trespassa, na taxonomia popular, alguns membros da Ordem *Falconiformes* (ex.: Themido, 1952; Bugalho, 1970; Soares, 2009).

(*Canis lupus signatus*) e o «cão-bravo» (*C. lupus familiaris*) são também apontados como eventualmente prejudiciais para os animais domésticos (Fig. 3), nomeadamente para o gado ovino (*Ovis aries*).

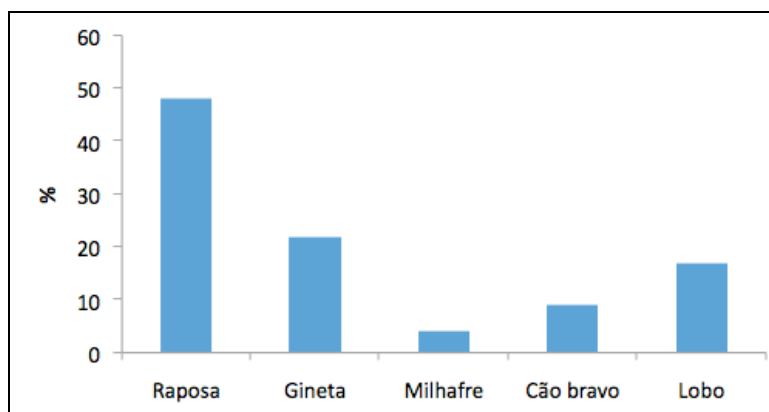


Fig. 3: Animais selvagens tidos como prejudiciais para a pecuária.

Em termos de **pastorícia**, a grande maioria dos inquiridos ($n=72$, 64%), sobretudo do género feminino ($n/72=43$) e com idades compreendidas entre os 30 e os 64 anos ($n/72=37$), referiu não ser nem nunca ter sido pastor; 28% ($n=32$), nomeadamente homens ($n/32=24$) com mais de 65 anos ($n/32=20$), afirmou ter sido; 5% ($n=8$) afirmou que um familiar próximo era; apenas 2% ($n=3$) referiu ser pastor actualmente (apenas do género masculino e com idade média de 61 anos); e 1% ($n=1$) afirmou que um familiar próximo é. No caso dos que responderam positivamente à questão «É/foi pastor ou algum familiar próximo é/foi?», apenas 25% ($n/44=11$) referiu a pastorícia como profissão, tendo a maioria ($n/44=33$, 75%) mencionado a mesma como uma actividade não profissional³⁹. Para além disso, 54% ($n/39=21$) afirmou que o rebanho nunca foi atacado, apesar de uma percentagem elevada das respostas terem sido positivas (46%, $n/39=18$). Como protagonistas de tais ataques, foi mencionado sobretudo o lobo ($n/39=17$, 43%), tendo apenas um inquirido (3%) apontado o «cão-bravo». Quanto aos que afirmaram ser actualmente pastores (ou um familiar próximo), quando inquiridos se saberiam o que fazer caso o rebanho fosse atacado, foram dadas três respostas: «*não sei*» ($n/4=2$), «*chamava a GNR*» ($n/4=1$) e «*La atrás deles! Mas tinha que ficar com os prejuízos*» ($n/4=1$).

No que respeita às expectativas dos inquiridos relativamente ao futuro da agricultura e da pastorícia na área de estudo, e à semelhança do que se verificou na primeira fase do trabalho de campo, a esmagadora maioria dos inquiridos ($n=103$, 89%) percepção esse mesmo futuro com algum pessimismo, como é visível na Fig. 4, considerando-o «*pobre*», «*de rastos*», «*mau*», «*em decadência total*», «*uma miséria*», «*podre*», «*praticamente morto*», «*em crise*», «*uma desgraça*», «*em vias de acabamento*», entre outros. Como justificações foram referidos sobretudo três aspectos. Por um

³⁹ Aqui, convém ressaltar que, segundo muitos informantes, era hábito frequente os mais novos ajudarem a «guardar as ovelhas» dos pais.

lado, o exemplo do que se passa na actualidade tende a ser projectado e engrandecido num futuro próximo: na óptica dessa maioria, tais actividades com fins comerciais não são valorizadas nem incentivadas, originando grandes prejuízos, pelo que daqui para a frente será ainda pior. Citando dois dos inquiridos: *«Isto está de rastos! Regride-se em vez de progredir! Dantes vendíamos tudo, agora só dão dinheiro a quem não trabalha e o pouco que se cultiva não tem valor no mercado... Rende mais ir ao Intermarché [hipermercado].»* e *«Isto está cada vez pior! Da maneira que isto está e que o país está, não sou nada esperançoso.»* Um segundo aspecto prende-se com o forte desinteresse por estes tipos de actividades, sobretudo entre as camadas mais jovens, desinteresse esse que poderá ser sintetizado nas seguintes afirmações: *«Já ninguém quer saber disto! Quando nós, os mais velhos, morrermos, a agricultura morre também.»* ou *«Os mais novos não querem cá ficar. Querem outros trabalhos que dêem mais dinheiro.»* Acerca desta questão dos mais jovens, é curioso salientar que apesar de na maior parte das vezes serem tecidas fortes críticas por parte das gerações mais velhas (a título de exemplo: *«Muitos preferem morrer à fome a semear batatas.»*), verifica-se igualmente uma certa solidariedade, chamemos-lhe assim, passível de ser lida entre as palavras de um dos inquiridos: *«Os jovens não querem, mas nós também não quisemos e fomos para França com a idade deles.»* Um terceiro e último aspecto está, de certa forma, relacionado com este segundo: o decréscimo e o envelhecimento populacional. De facto, e segundo alguns dos informantes, *«há cada vez menos pessoas»; «está tudo velho, o povo [aldeia] está deserto e o futuro dos novos não é aqui»; «Os velhos não podem cultivar, os jovens saem. Qualquer dia isto é só silvas.»*

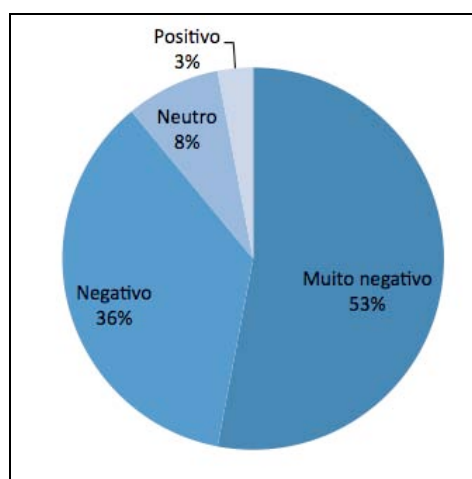


Fig. 4: Opinião dos inquiridos em relação ao futuro da agricultura e da pastorícia na área de estudo.

As opiniões mais negativas residem sobretudo entre as camadas mais velhas, situando-se as muito negativas entre os mais idosos ($n/61=30$) e as negativas entre os adultos ($n/42=22$). Curiosamente, as opiniões positivas dividem-se entre as camadas mais jovens ($n/4=2$) e os mais idosos ($n/4=2$), onde é referido o seguinte: *«alguns jovens interessam-se»; «Há uma fábrica de leite aqui perto que compra o leite e isso incentiva a ter rebanhos.»* Em termos de género não se verificam diferenças

significativas, apesar de existirem mais mulheres com opiniões neutras ($n/9=7$) e positivas ($n/4=3$), e mais homens com opiniões muito negativas ($n/61=32$) e negativas ($n/42=22$).

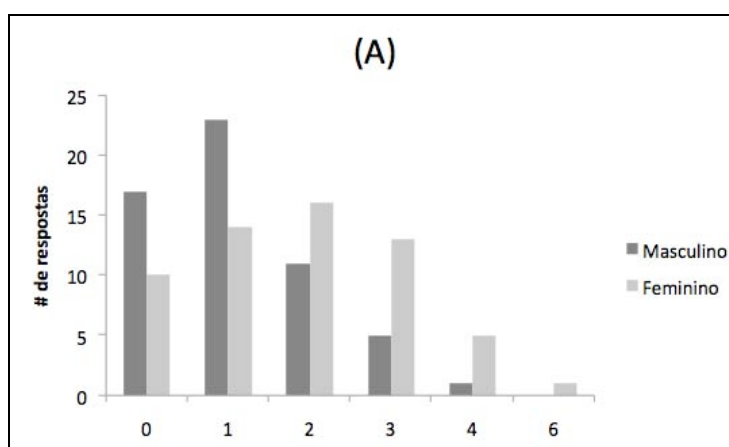
b) Caça

Dos 116 indivíduos integrados na amostra, apenas 11 (9%), todos do género masculino e com idades compreendidas entre os 30 e os 64 anos ($n/11=10$), salvo uma excepção com mais de 65 anos, afirmaram ser caçadores, sendo esta caça de carácter essencialmente desportivo. Três inquiridos (3%) referiram que um familiar próximo era pastor e os restantes 102 (88%) não são nem nunca foram caçadores. Quando indagados acerca de animais selvagens potencialmente prejudiciais para a caça, a raposa (*Vulpes vulpes*) foi a espécie mais vezes mencionada ($n/16=11$, 69%), seguida das rapinas (Ordem Falconiformes), com 31% ($n/16=5$).

3.2.3. Percepções sociais da fauna

3.2.3.1. Conhecimento das espécies

Dos 116 inquiridos, apenas 29 (25%) mostraram conhecer todas as espécies, tendo um número igualmente significativo afirmado desconhecer apenas uma ($n=36$, 31%). Para além disso, das doze apresentadas, o número máximo de espécies desconhecidas foi seis ($n=1$), indiciando os dados um conhecimento faunístico ligeiramente superior por parte dos indivíduos do género masculino (Fig. 5A). De facto, estes destacam-se na primeira e segunda categorias (0 e 1 espécies desconhecidas, respectivamente), enquanto que os inquiridos do género feminino se destacam nas restantes (2, 3, 4 e 6 espécies desconhecidas). No contexto do presente estudo, é ainda interessante referir que o grifo foi o apontado mais vezes ($n=82$, 47%) entre as espécies desconhecidas, seguido da geneta ($n=41$, 23%) e da águia-real ($n=33$, 19%), como é visível na Fig. 5B, sendo que todos afirmaram conhecer o lobo-ibérico.



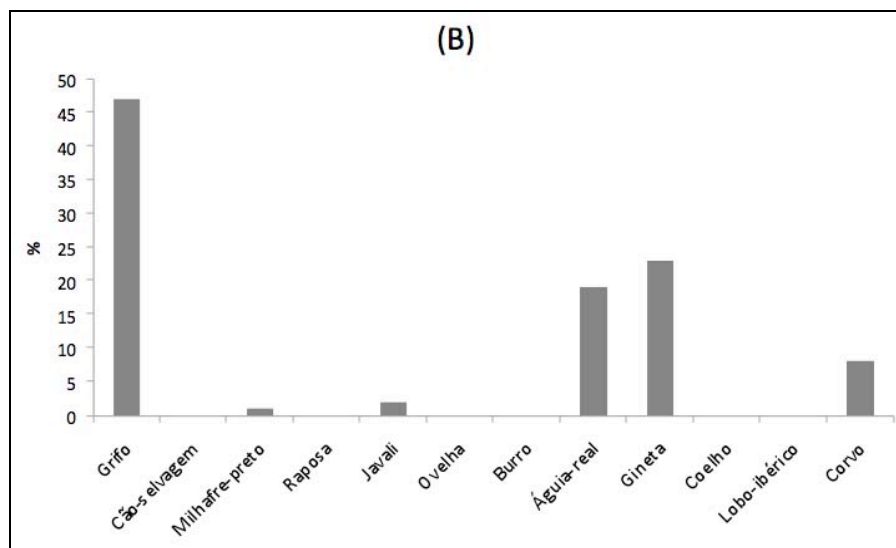


Fig. 5: Quantas (A) e quais (B) as espécies desconhecidas por parte dos inquiridos.

3.2.3.2. Agrupamentos livres

Em média, cada inquirido agrupou as doze espécies em três grupos, como aliás ressalta da análise vertical do escalonamento multidimensional (Fig. 6). Ao traduzir, como foi referido no capítulo consagrado à metodologia, o "mapa perceptual" das espécies, com base naquilo que é percepcionado, numa óptica local, como semelhante e diferente entre as mesmas, o que os dados sugerem é que, de facto, a percepção local pode ser traduzida em três grupos, em que as espécies dentro de cada grupo são tidas como semelhantes entre si e diferentes das restantes que estão nos outros dois.

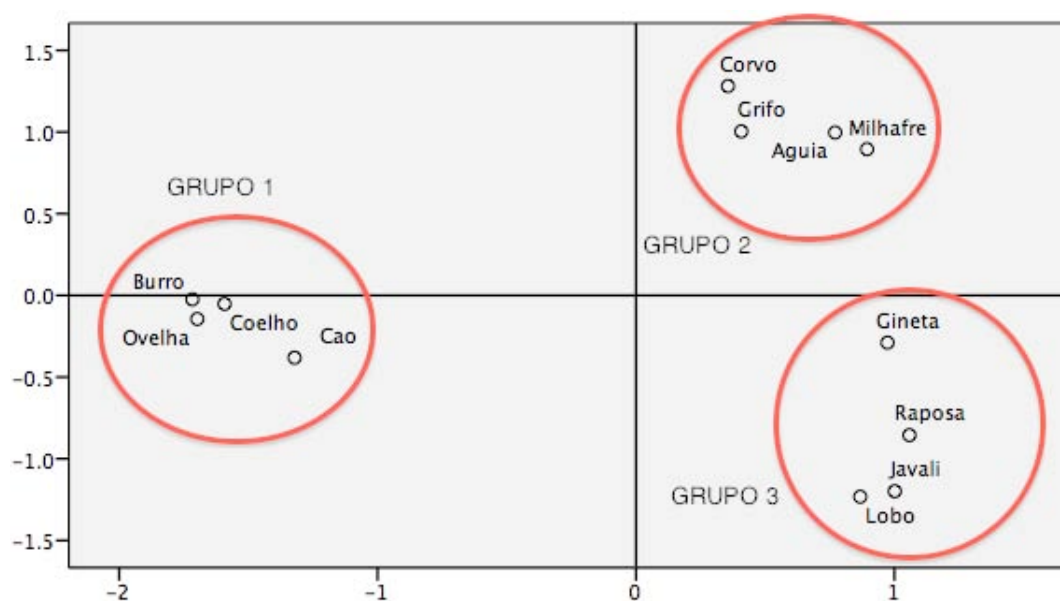


Fig. 6: Escalonamento multidimensional das doze espécies.

Temos, por um lado, um grupo no quadrante inferior do lado esquerdo (Grupo 1) constituído pelo burro, coelho-bravo, ovelha e cão assilvestrado. Por outro lado, o grupo no quadrante superior do lado direito (Grupo 2) é constituído pelo corvo, grifo, águia-real e milhafre-preto e, finalmente, destaca-se um último grupo no quadrante inferior do lado direito (Grupo 3) com as restantes espécies: a geneta, a raposa, o javali e o lobo-ibérico.

Quanto a diferenças em termos de género e idade, é interessante destacar alguns aspectos. Começando pela variável idade, o "mapa perceptual" dos grupos etários [30, 64] e ≥ 65 anos é muito semelhante ao da Fig. 6, enquanto que o "mapa" do grupo etário [15-19] é ligeiramente distinto (Fig. 7), com o grupo das aves, chamemos-lhe assim (G1, constituído pelo grifo, águia-real, milhafre-preto e corvo), claramente separado dos restantes quatro grupos.

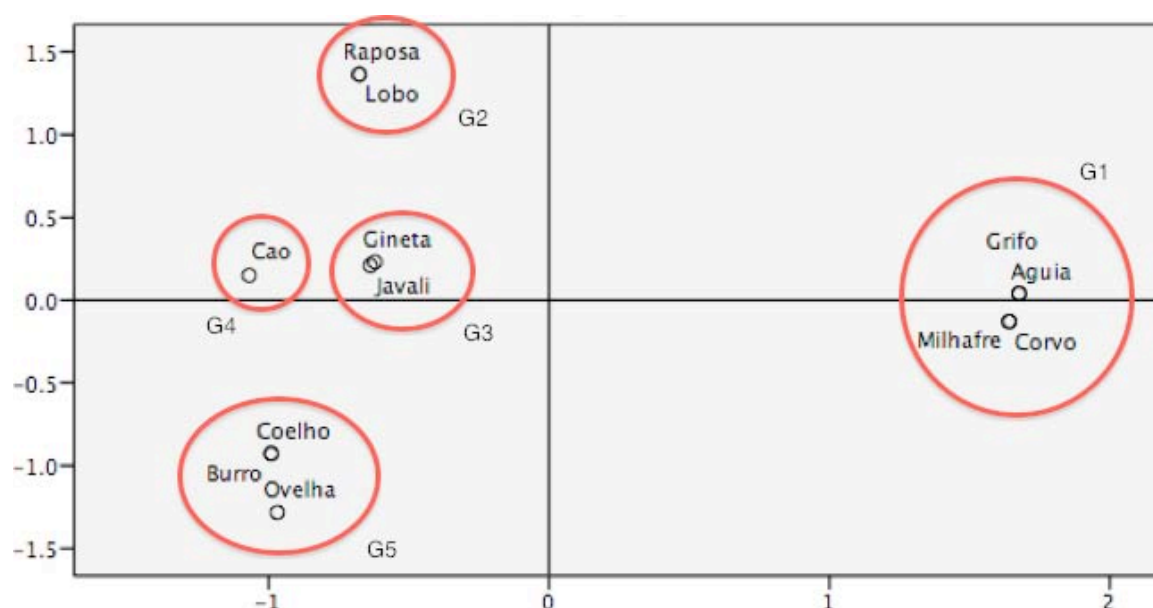


Fig. 7: Escalonamento multidimensional das doze espécies para o grupo etário [15, 29].

No que à variável género⁴⁰ diz respeito, os dados sugerem uma ligeira diferença em termos de "mapas perceptuais": entre os indivíduos do género masculino, destacam-se ainda mais os três grupos já evidenciados na Fig. 6, com as quatro espécies em cada grupo ainda mais próximas e com cada grupo em posições isoladas. Quanto ao género feminino, os grupos já não aparecem tão vinculados e duas das espécies ficam de fora, isolados (o cão e a geneta).

Detenhamo-nos, agora, sobre os critérios propriamente ditos, os quais foram agrupados e codificados do seguinte modo, por forma a facilitar a análise:

⁴⁰ Anexo V.

CRITÉRIO	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
Utilidade	Utilidade	Categorização das espécies com base nas suas funções e na sua utilidade para o ser humano (ex.: burro enquanto meio de transporte; cão pastor; etc.);
	Comestibilidade	Categorização das espécies com base no seu uso alimentar (também se incluem aqui as espécies tidas como cinegéticas);
Prejudiciais ou não	Prejudiciais ou não	Categorização das espécies com base no seu carácter prejudicial sobretudo para a agricultura, pastorícia, pecuária e caça;
Doméstico/Selvagem	Doméstico/Selvagem	Categorização das espécies com base na domesticação (incluem-se aqui os animais tidos como «mansos» e «bravos»);
	Habitat	Categorização das espécies com base no espaço físico que comumente ocupam (ex.: espécies que «são de casa»/domésticas, espécies que «andam nos prados»/selvagens);
Estética	Estética	Categorização das espécies com base em critérios estéticos;
Hábitos alimentares	Hábitos alimentares	Categorização das espécies com base nos tipos de alimentos que integram a sua dieta;
	Relação predador/presa	Categorização das espécies com base na relação estabelecida entre o(s) predador(es) e a(s) presa(s) (Ex.: «a raposa come coelhos»);
Locomoção	Locomoção	Categorização das espécies com base no tipo de locomoção (Ex.: «As aves andam no ar»);
Morfologia	Morfologia 1	Categorização das espécies com base nos seus elementos morfológicos («O cão e o lobo são parecidos»);
	Morfologia 2	Categorização das espécies com base nos tipos biológicos em que se incluem (ex.: «ave», «pássaro»);
Conhecimento	Conhecimento	Categorização das espécies com base no seu conhecimento ou desconhecimento;
Abundância	Abundância	Categorização das espécies com base na sua abundância ou na sua ausência;
Imaginário	Imaginário	Categorização das espécies com base na percepção de medo e no azar que possam causar;
Relação negativa	Relação negativa	Categorização das espécies com base na relação negativa entre duas ou mais espécies (ex.: «O javali é inimigo do lobo e da raposa. Onde há o primeiro, não há os outros»);
Conspicuidade	Conspicuidade	Categorização das espécies em termos de conspicuidade (ex.: os que chamam mais a atenção);
Composto	Composto	Categorização das espécies com base em dois critérios em simultâneo (ex.: critério <i>utilidade</i> e <i>hábitos alimentares</i> para definir a relação cão/ovelha/lobo, em que o primeiro defende a segunda da predação do último);
Outro	Outro	Categorização das espécies com base noutros critérios (ex.: «não fica bem com nada»; «dão alegria nas terras»).

Tabela 3: Critérios na base dos agrupamentos livres (adaptado de Frazão-Moreira, 2009).

Os dados sugerem que o critério mais vezes utilizado para o agrupamento livre das doze espécies apresentadas foi o critério por nós denominado como ‘*prejudiciais ou não*’ (n=66, 27%), seguido de ‘*doméstico/selvagem*’ (n=36, 15%), ‘*hábitos alimentares*’ (n=36, 15%), ‘*morfologia*’ (n=34, 14%), ‘*utilidade*’ (n=23, 9%), ‘*estética*’ (n=12, 5%) e ‘*abundância*’ (n=10, 4%), tendo os restantes sido apontados por menos de 10 inquiridos (<4%) (Fig. 8).

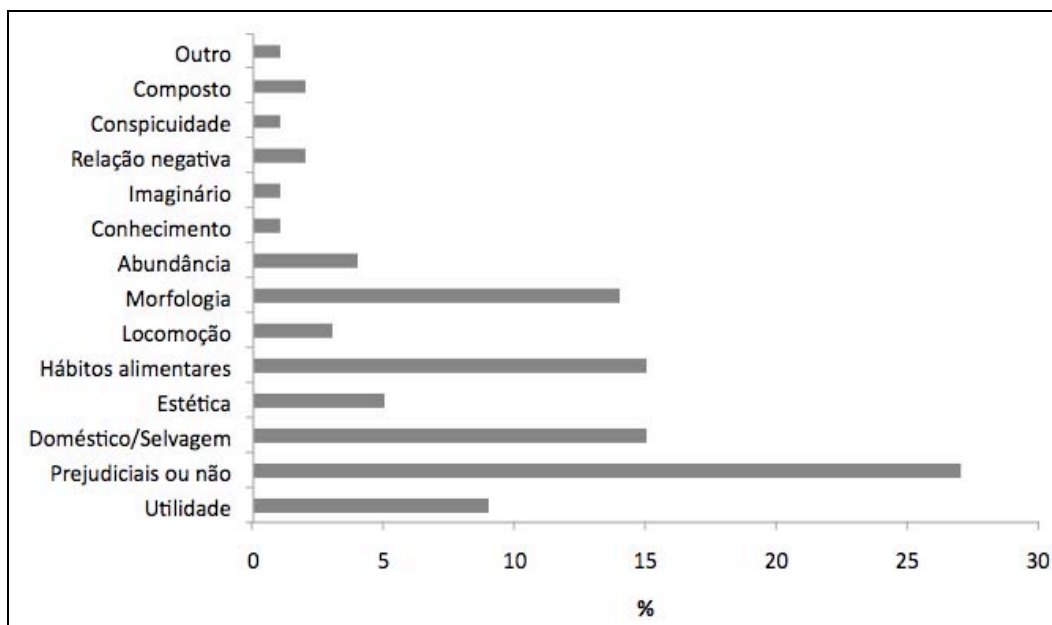


Fig. 8: Critérios utilizados para os agrupamentos livres.

Ora, se tais critérios forem reagrupados em critérios mais globais, destacam-se três. Em primeiro lugar, o *utilitarismo*, chamemos-lhe assim, onde podem ser enquadradas as espécies tidas como prejudiciais/não prejudiciais, domésticas/selvagens e úteis, ou seja, as espécies a quem é atribuído um valor instrumental⁴¹ positivo ou negativo, tendo como pano de fundo o próprio ser humano. Em última instância, tal critério pode ser tido, assim, como eminentemente antropocêntrico. Em segundo lugar, destaca-se o critério *ecológico*, correspondente à própria ecologia e características das espécies (em termos de hábitos alimentares, morfologia, abundância e locomoção) e, finalmente, destaca-se o critério *estético*. Curiosamente, os resultados evidenciam ainda a existência de uma certa relação entre estes três critérios. A título de exemplo, os animais que «*não fazem mal*» correspondem aos que são tidos como «*domésticos*» e «*bonitos*» e são os que os inquiridos parecem gostar mais. Em contrapartida, os animais de que gostam menos são geralmente tidos como os menos bonitos, os selvagens e os que «*causam muitos danos*». Como exemplo, um dos inquiridos justificou os seus dois agrupamentos da seguinte forma: «*Estes* [o cão, o «*milhãfre*», a ovelha, o burro, o coelho e o «*pássaro*»] *são os que eu gosto mais, são os mais mansos. Destes* [raposa, javali, geneta e lobo] *não gosto nada. São bravos e só causam danos*». Por seu turno, é atribuída a uma espécie a característica prejudicial muitas das vezes com base na variável 'hábitos alimentares' (quando tais hábitos entram em conflito com os humanos), como o atestam as seguintes afirmações: «*A raposa e o janeto* [geneta] *são ladrões, vão às galinhas*», «*O porco-bravo* [javalí] *e os pássaros* [o corvo, neste caso] *vão às culturas*».

⁴¹ Este termo é apresentado por Soulé (1985: 731) em oposição ao termo *valor intrínseco* ou *inerente*: «Species have value in themselves, a value neither conferred nor revocable, but springing from a species' long evolutionary heritage and potential or even from the mere fact of its existence.»

Para além disso, os dados sugerem ainda a existência de ligeiras diferenças em termos de género nos critérios que estiveram na base dos agrupamentos. Quando postos lado a lado, os resultados sugerem que os homens recorreram mais vezes do que as mulheres ao critério 'prejudiciais ou não' ($n/68=40$) e 'abundância' ($n/10=8$), tendo as mulheres, por seu turno, recorrido mais vezes do que os homens aos critérios 'doméstico/selvagem' ($n/40=24$) e 'estética' ($n/12=8$). Em termos de faixas etárias, não se verificam grandes diferenças, excepto o facto de os inquiridos com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos terem recorrido sobretudo ao critério 'morfologia' ($n/10=7$), enquanto que os restantes recorreram sobretudo ao critério 'prejudicial ou não' ($n/54=38$ na faixa etária dos 30 aos 64 anos e $n/52=28$ no caso dos com mais de 65 anos). Em ambos os casos, tais constatações poderão explicar as diferenças encontradas nos "mapas perceptuais" previamente referidos em termos de género e idades, respectivamente.

Finalmente, resta salientar que 55 inquiridos (47%) recorreram a um critério único e os restantes 61 (53%) a mais do que um critério. Os mais idosos foram os que recorreram mais vezes a apenas um critério ($n/55=26$, 47%) e os restantes recorreram mais vezes a dois ou mais critérios. Em termos de género, não se verificam, contudo, diferenças significativas: de facto, as mulheres, em comparação com os homens, foram as que agruparam mais vezes tanto com recurso a um critério ($n/55=28$) como a vários ($n/61=31$).

3.2.4. As três espécies no PNSE e a possível reintrodução

A) Grifo

Quando confrontados com o grifo, a grande maioria dos inquiridos ($n=83$, 71%), sobretudo do género feminino ($n/83=43$) e com idade superior a 30 anos ($n/83=80$), afirmou desconhecer a espécie (quer através da imagem, quer através do nome comum)⁴². Uma percentagem igualmente significativa ($n=22$, 20%) referiu que o grifo (ou «*abutre*», como é comumente conhecido) nunca existiu na zona do PNSE (Fig. 9), destacando-se aqui os inquiridos do género masculino ($n/22=14$), os que afirmaram não ter residido sempre na zona do PNSE ($n/22=16$) e os com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos ($n/22=6$), tendo esta sido a opção mais vezes mencionada pelos inquiridos que recaem nesta última categoria ($n/10=6$). Em menor número, 6 inquiridos (5%) referiram que esta espécie existe na área de estudo, 4 dos quais do género feminino e 5 dos quais com idade superior a 65 anos. Em termos

⁴² Aqui também foram incluídos os que, apesar de terem referido conhecer a espécie em causa, não a conheciam de facto, confundindo-a com outras espécies, sobretudo a avestruz (*Struthio camelus*), o peru (*Meleagris gallopavo*) e o pinguim (fam. *Spheniscidae*), entre outros. Tal verificou-se, aliás, num estudo anterior na área de estudo (Soares, 2009).

de abundância na zona, 2 inquiridos (33%) referiram desconhecer-la, a maioria ($n/6=3$, 50%) referiu que existem poucos e apenas 1 (17%) referiu que existem muitos. Finalmente, apenas 5 (4%) referiram que esta espécie já não existe na zona do PNSE. Destes, a maioria ($n/5=3$, 60%) não sabe precisar uma data, tendo os restantes ($n/5=2$, 40%) referido que já não existe há mais de 40 anos, aproximadamente. Um outro aspecto interessante diz respeito aos motivos que, na sua óptica, levaram a espécie a deixar de ocupar aquela zona: a maioria ($n=6$, 75%) não sabe o motivo, um inquirido referiu a falta de alimento e o outro inquirido que afirmou que a espécie em causa já não existe ali referiu que «*não se dão aqui*».

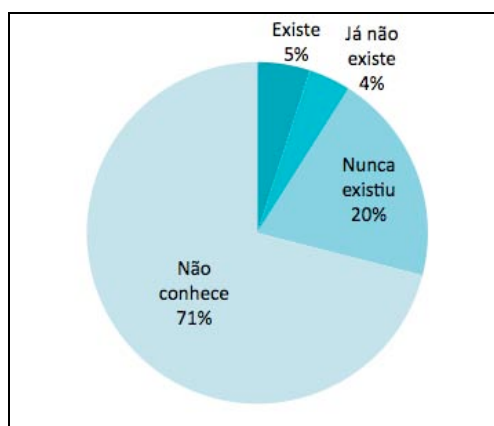


Fig. 9: O grifo existe no PNSE?

Em termos de conhecimento dos hábitos alimentares da espécie em causa, o mesmo número de inquiridos que afirmou desconhecer a espécie afirmou desconhecer, como seria de esperar, os respectivos hábitos alimentares ($n=83$, 71%). Pondo estes de parte, uma percentagem de certa forma significativa ($n=18$, 15%) referiu que esta espécie se alimentava sobretudo de animais mortos ou partes destes, tendo um episódio sido recordado por dois inquiridos mais idosos: «*Dantes, quando atiravam um burro ou uma cabrita morta para a mata, juntavam-se muitas aves grandes como esta para os comer.*» Os restantes apontaram, em menor número, «*outros bichos*» ($n=8$, 7%), fruta ($n=3$, 3%) e culturas ($n=2$, 2%) como a principal fonte alimentar do grifo, tendo 2 dos inquiridos (2%) referido que «*praticamente tudo*» era passível de integrar a dieta alimentar da espécie. Quanto a outros conhecimentos, foi referido por dois inquiridos que esta espécie anda geralmente em grupo e é migrante: como um dos informantes referiu, «*costumavam dizer que vêm sete léguas a voar, lá de África*».

No que à possível reintrodução desta espécie no PNSE diz respeito, e como podemos constatar na Fig. 10A, as opiniões parecem ser positivas, com 50 dos 116 entrevistados (43%), a maior parte dos quais com mais de 65 anos ($n/50=25$), para além dos que nem sempre viveram na zona do PNSE ($n/50=35$), a afirmar que gostariam de voltar a ver/ver mais indivíduos desta espécie (conforme tenham considerado que já não existe ou que existe na zona, respectivamente).

Dado o elevado grau de desconhecimento da espécie, como foi mencionado anteriormente, as opiniões de um número considerável de inquiridos ($n=22$, 19%), nomeadamente do género masculino ($n/22=12$, 55%) e com idades compreendidas entre os 30 e os 64 anos ($n/22=12$, 55%), mostraram estar dependentes dos potenciais danos causados pela espécie. Dito de outra forma, caso não se alimentem de produtos consumidos pela população local (nomeadamente os produtos agrícolas e o gado), tais opiniões seriam positivas; caso contrário surgiria uma espécie de conflito de interesses que tornaria tais opiniões negativas. Catorze dos 116 inquiridos (12%), sobretudo as mulheres ($n/14=8$, 57%) e os mais idosos ($n/14=10$, 71%), demonstraram uma certa indiferença face a essa potencial reintrodução e 30 (26%) opuseram-se-lhe, destacando-se aqui, uma vez mais, as mulheres ($n/30=16$, 53%). Como justificação dessas mesmas opiniões, é importante salientar dois critérios com um valor percentual mínimo de diferença (Fig. 10B): por um lado, opiniões ecológicas⁴³ positivas ($n=31$, 27%), como o exemplificam considerações como «*Fazem parte da natureza e a natureza está quase morta*», «*Há poucos bichos*», «*É bonito ver os pássaros a voar*» ou «*É bom porque come os animais mortos*», entre outras. Aqui destacam-se os inquiridos do género masculino ($n/31=18$, 58%) e os com idades compreendidas entre os 30 e os 64 anos. Por outro lado, salienta-se a falta de conhecimento ($n=30$, 26%), onde se inserem não só os que demonstraram opiniões dependentes dos prejuízos causados (ex.: «*Desde que não venham estragar nada...*») ou desconhecimento da espécie, mas também os que revelaram uma clara confusão com outras espécies de rapinas (ex.: «*Não é preciso mais! Já há muitos e às vezes vão aos pitos*»). Aqui destacam-se os indivíduos do género feminino ($n/30=17$, 57%) e os mais idosos ($n/30=15$, 50%). Não tão significativo como estas duas respostas mas igualmente importante, destacam-se dois outros critérios. Por um lado, a estética (curiosamente, tanto no sentido positivo («*É bonito*») como no negativo («*É feio*»), com 13 e 10 respostas, respectivamente, apesar de na primeira se destacarem as mulheres ($n/13=8$, 62%) e na segunda os homens ($n/10=6$, 60%)). Por outro lado, e expressa em afirmações como «*Já não me importo. Estou velha e já não vou cá ficar muito mais tempo*», a indiferença também ocupa um lugar de destaque, nomeadamente entre os inquiridos com mais de 65 anos ($n/11=9$, 82%). Em menor número, foram ainda referidos outros critérios, tais como: negativista ($n=5$), utilitário (no sentido positivo e negativo, $n=4$ e $n=3$, respectivamente), ecológico no sentido negativo ($n=2$) e ético por apenas um inquirido. Para além disso, 6 não alegaram qualquer motivo, 5 dos quais do género feminino.

⁴³ A definição dos termos utilizados para categorizar as opiniões face à possível reintrodução das espécies encontra-se no Anexo VI.

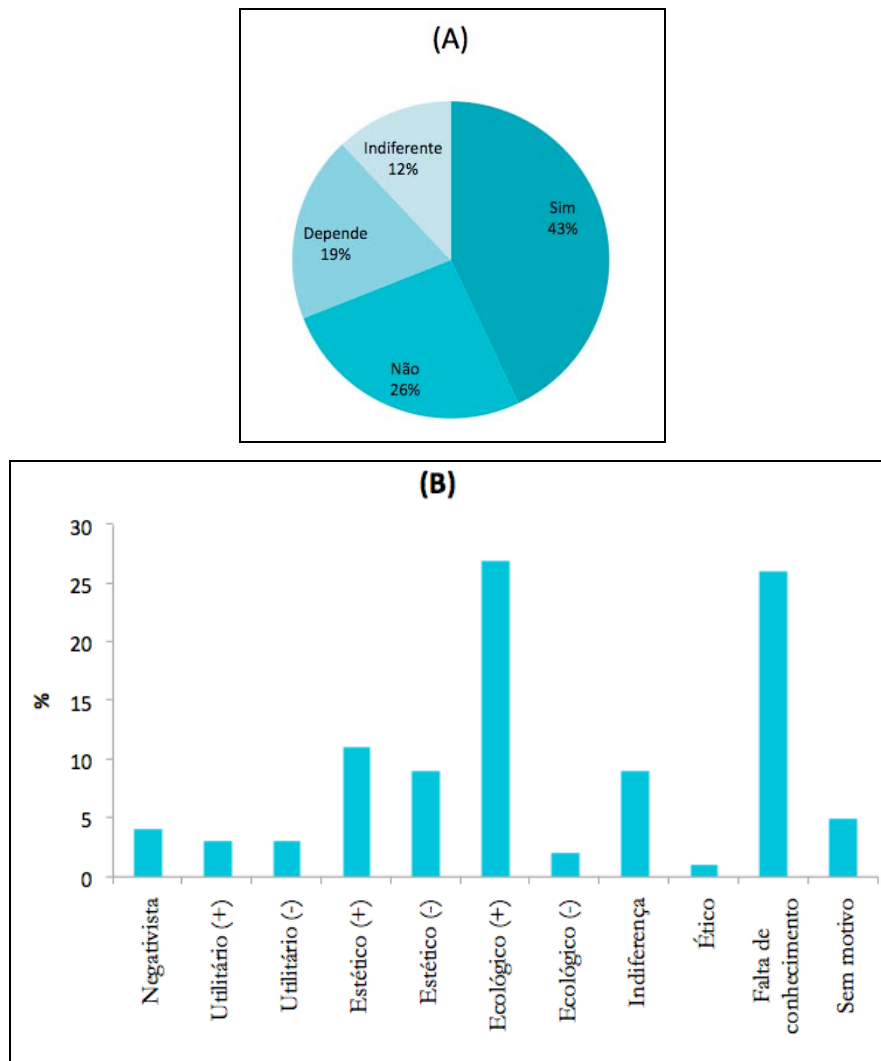


Fig. 10: Opiniões (A) dos inquiridos em relação à possível reintrodução do grifo e justificações apresentadas (B).

Por último, resta analisar a possível relação entre as opiniões face à provável reintrodução e aquilo que atrás denominámos como ‘actividades relacionadas com os recursos naturais’. Começando pela agricultura (Fig. 11A), os dados evidenciam a existência de uma ligeira relação entre a prática da mesma e as opiniões relativamente à possível reintrodução. Apesar de se verificar uma forte aproximação percentual, no caso dos que praticam a agricultura, entre as opiniões mais positivas ($n/85=32$, 38%) e as mais negativas ($n/85=23$, 27%), no caso dos que não a praticam verifica-se ao invés uma forte diferença percentual entre as primeiras ($n/31=18$, 58%) e as segundas ($n/31=7$, 23%). Por outro lado, as respostas mais positivas tendem a aumentar significativamente entre os agricultores e os não agricultores, ao mesmo tempo que se verifica uma ligeira diminuição nas respostas mais negativas entre os primeiros e os segundos ($n/85=27$, 23% e $n/31=7$, 23%, respectivamente). Em termos de respostas dependentes dos danos causados, estas tendem a diminuir consideravelmente entre os que praticam a agricultura ($n/85=21$, 25%) e os que não a praticam ($n/31=1$, 3%), verificando-se o inverso no caso das

opiniões indiferentes, tendentes a aumentar ligeiramente entre os agricultores ($n/85=11$, 9%) e os não agricultores ($n/31=5$, 16%). Ambas as situações acabam por ir ao encontro do que já aqui foi referido: o elevado grau de desconhecimento desta espécie e dos respectivos hábitos alimentares aumenta o receio de que se alimentem dos produtos agrícolas que ainda tendem a ser importantes a nível da economia doméstica. Convém, porém, ressaltar que a esmagadora maioria dos inquiridos é/foi agricultor, como referimos anteriormente, o que poderá condicionar, de certa forma, esta análise.

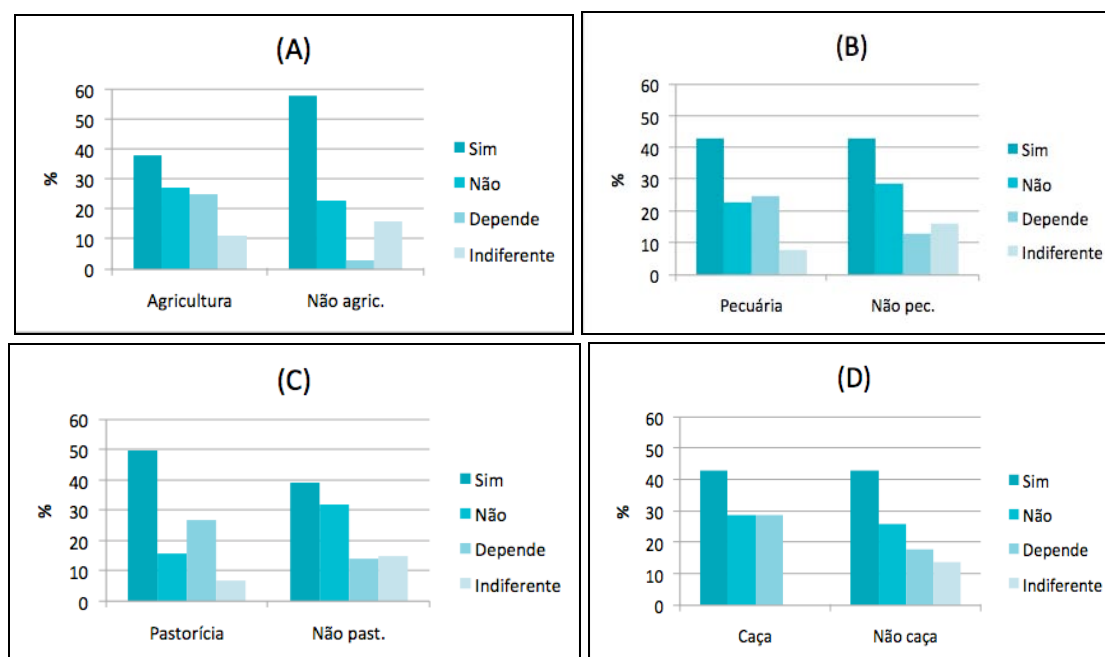


Fig. 11: A prática da agricultura (A), pecuária (B), pastorícia (C) e caça (D) e as opiniões dos inquiridos em relação à possível reintrodução do grifo

Tal relação também é passível de ser verificada, por seu turno, no caso da pastorícia (Fig. 11C). Também aqui se verifica, apesar da forte aproximação percentual, desta vez no caso dos que não são pastores, entre as opiniões mais positivas ($n/72=28$, 39%) e as mais negativas ($n/72=23$, 32%), uma forte diferença percentual entre as primeiras ($n/44=22$, 50%) e as segundas ($n/44=7$, 16%), no caso dos que são pastores. Consequentemente, as opiniões mais positivas estão do lado dos pastores. Ao contrário do caso da agricultura, aqui as opiniões mais positivas tendem a diminuir consideravelmente entre os pastores e os não pastores, ao mesmo tempo que se verifica um aumento significativo nas respostas mais negativas entre os primeiros e os segundos. Em termos de números de respostas “depende” e “indiferente”, verifica-se o mesmo do que no caso da agricultura, mantendo-se esta tendência nas outras duas actividades. Contudo, no caso destas duas outras actividades tidas em conta assiste-se a algo distinto, não se verificando uma relação directa entre a prática das mesmas e as opiniões face à possível reintrodução do grifo. Tanto no caso da pecuária (Fig. 11B) como no caso da caça (Fig. 11D),

não se verifica uma oscilação significativa entre as opiniões mais positivas e as mais negativas no caso dos que possuem animais domésticos ou são caçadores e os que não os possuem nem o são. Verifica-se, todavia, uma ligeira diferença percentual entre as opiniões positivas e negativas.

B) Águia-real

Ao contrário do que se verificou no caso anterior, a águia-real parece ser bastante conhecida na área de estudo, com apenas 28% dos inquiridos ($n=33$) a afirmar desconhecer-la (Fig. 12), nomeadamente os do género feminino ($n/33=23$) e com mais de 30 anos ($n/33=30$) e com 45% ($n=52$) a considerar que existe actualmente na zona, a maioria dos quais do género masculino ($n/52=28$) e com idades compreendidas entre os 30 e os 64 anos ($n/52=27$). Não obstante, é importante atentar a um aspecto importante aquando da análise destes resultados em específico, aspecto esse que já tinha sido verificado num estudo piloto na área de estudo (Soares, 2009). É que, de facto, mais do que demonstrar o conhecimento da águia-real propriamente dita, estes dados demonstram um conhecimento geral da ordem *Falconiformes* (Sharpe 1874), como o atesta o facto de esta espécie ser conhecida pela grande maioria dos inquiridos através do termo generalista «águia». *A contrario*, o facto de 18% dos inquiridos ($n=21$) ter afirmado que esta espécie nunca existiu no PNSE, ou o facto de 6% ($n=7$) ter afirmado que já não existe, pode evidenciar um certo conhecimento desta «águia-brava grande» ou, pelo menos, das próprias diferenças morfológicas dentro do grupo das aves de rapina diurnas. Centrando agora a análise nesta última percentagem, apesar de na grande maioria dos casos ($n/7=5$) não saberem precisar uma data específica, 2 dos inquiridos referiram que esta espécie já não existe há mais de 30/40 anos, sendo esta ausência da espécie atribuída sobretudo à falta de alimento ($n/36=4$), aos fogos ($n/36=4$) ou, em menor número ($n/36=2$), aos prémios pecuniários («*Dantes não eram protegidos, matavam muitos e entregavam-nos ao Venatório em troca de dinheiro! O meu pai matou uma vez uma destas há muitos anos, é muito grande!*»), apesar de a maioria ter respondido que não sabe ($n/36=26$). De ressaltar que esta questão é estendível ao próprio declínio da espécie no caso dos que consideram que a espécie existe, embora em número reduzido ($n/52=28$).

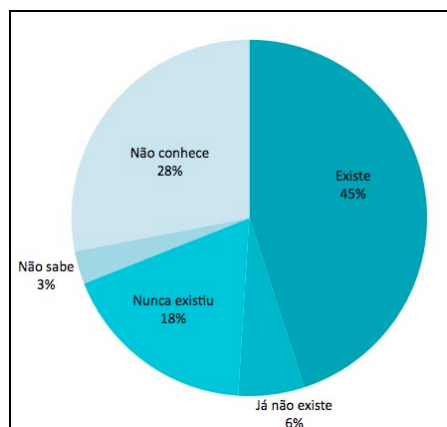


Fig. 12: A águia-real existe no PNSE?

Em termos de conhecimento desta espécie, e apesar de a maioria dos inquiridos ($n=55$, 47%) referir desconhecer os respectivos hábitos alimentares, é interessante começar por destacar que uma percentagem significativa ($n=44$, 38%) referiu que esta espécie é carnívora, por se alimentar essencialmente de «*outros bichos*», tendo alguns destes «*bichos*» sido especificados: galinhas ($n=4$), minhocas ($n=3$), insectos ($n=2$) e coelhos ($n=1$). Foram ainda referidos «*carnes mortas*» ($n=2$), fruta ($n=2$) e «*praticamente tudo*» ($n=3$). Segundo muitos dos informantes ($n=15$), esta espécie e «*as águias no geral*» vêm-se sobretudo na época da Primavera/Verão, altura em que regressam «*lá de longe*». Em termos de hábitos sociais, chamemos-lhes assim, desta espécie de «*quase um metro de asas*», não se verifica um consenso entre os informantes, referindo alguns ($n=3$) que se costumam ver em grupo, «*sobretudo quando há fogos, que é quando se põem a voar em círculos a ver se agarram alguma coisa*», e referindo outros ($n=3$) que costumam ser vistas sozinhas. Para além disso, foi referido ainda que o 'piar' desta ave e das rapinas no geral é muitas vezes associado a «*coisas ruins*», como mortes.

E quanto à possível reintrodução da águia-real no PNSE? Os dados sugerem, à semelhança do que se verificou no caso do grifo, que as opiniões são, também aqui, eminentemente positivas (Fig. 13A), com a maioria dos inquiridos ($n=71$, 61%) a responder favoravelmente, destacando-se aqui os do género masculino ($n/71=40$, 56%) e os que nem sempre viveram na zona do PNSE ($n/71=47$, 66%). Entre estes, os critérios mais vezes utilizados correspondem ao critério estético ($n/71=37$, 32%) e ao ecológico ($n/71=28$, 24%), ambas no sentido positivo, como o exemplifica a seguinte afirmação que se enquadra nesta última categoria: «*Quantos mais bichos houvesse, melhor! Assim era uma novidade, como antigamente! Agora só se vêem corvachos e passarinhos*». De salientar que as justificações de cariz ecológico (no sentido positivo do termo) foram mencionadas sobretudo por inquiridos do género masculino ($n/28=19$) e com idades compreendidas entre os 30 e os 64 anos ($n/28=14$), enquanto que no caso das justificações de cariz estético não se verificou uma diferença significativa entre os géneros

($n/37=18$ e $n/37=19$, homens e mulheres, respectivamente), apesar de se destacarem os inquiridos com mais de 65 anos ($n/37=18$). Por seu turno, 31% ($n=36$) referiu que não gostava de voltar a ver/ver mais esta espécie. Para tal, alegaram sobretudo justificações utilitárias ($n/36=16$, 14%) e ecológicas ($n/36=12$, 10%), no sentido negativo do termo, justificações essas muitas vezes coincidentes. A título de exemplo: «*Não são precisas mais! Já há que cheguem para causar danos.*» O primeiro tipo de justificação (utilitário no sentido negativo do termo) foi referido sobretudo por mulheres ($n/16=10$), o segundo por homens ($n/12=7$) e ambos pelos inquiridos na faixa etária [30, 64] ($n/16=9$ e $n/12=7$, respectivamente). Foram ainda referidos outros critérios, como é visível na Fig. 13B, sendo interessante destacar o facto de os homens terem respondido mais vezes do que as mulheres apenas em dois desses outros critérios: utilitário, no sentido positivo do termo ($n/4=3$), e ecológico, no sentido negativo ($n/12=7$).

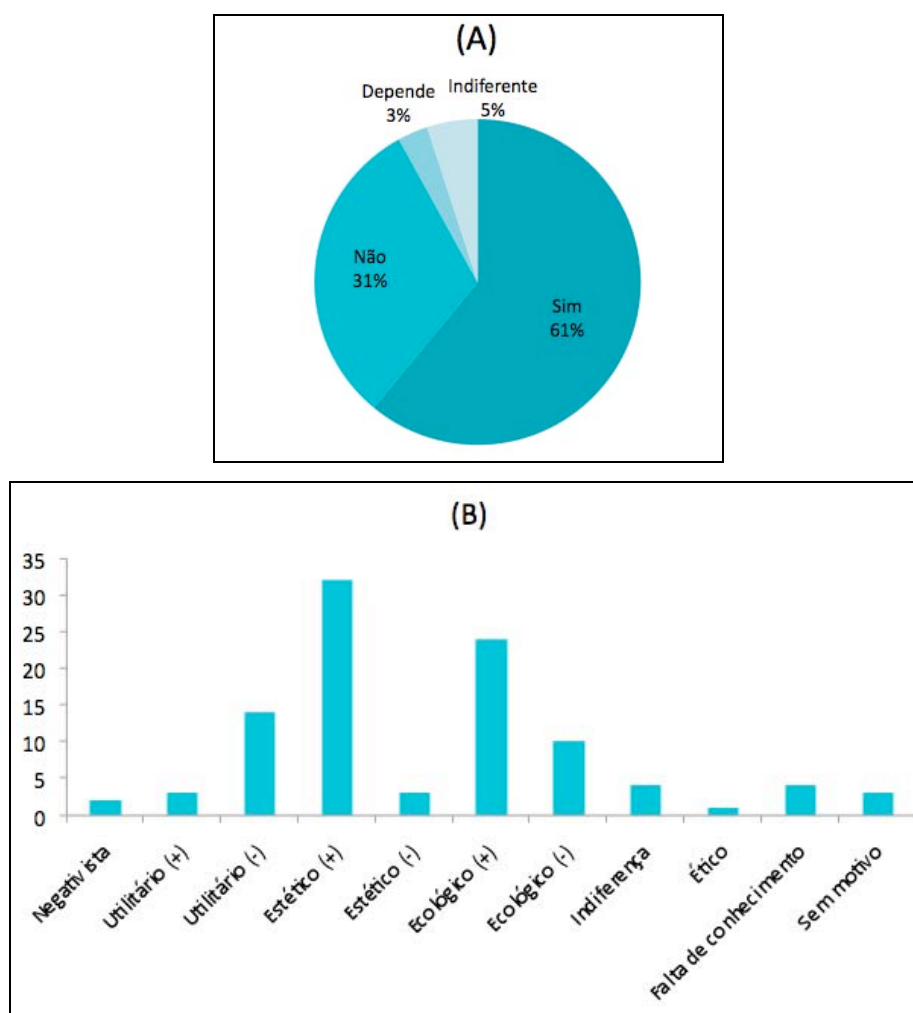


Fig. 13: Opiniões (A) dos inquiridos em relação à possível reintrodução da água-real e justificações apresentadas (B).

Quanto à relação entre as opiniões face à possível reintrodução e as ‘actividades relacionadas com os recursos naturais’, os dados sugerem que as opiniões tendem a estar dependentes da prática ou não de tais actividades (Fig. 14). Começando pela agricultura, onde

esta relação parece ser mais fraca (Fig. 14A), as opiniões mais positivas tendem a aumentar ligeiramente entre os que praticam a agricultura ($n/85=51$, 60%) e os que não praticam tal actividade ($n/31=20$, 65%). Em contrapartida, as opiniões mais negativas tendem a diminuir dos primeiros ($n/85=28$, 33%) para os segundos ($n/31=8$, 26%). Como se verificou no caso do grifo, também aqui se verifica entre os que praticam a agricultura e os que não a praticam um decréscimo nas respostas “depende” e um ligeiro aumento nas respostas “indiferente”, respectivamente. Apesar de este último aspecto não ser muito significativo nas outras três actividades, é precisamente entre essas actividades e as opiniões relativamente à reintrodução que a relação parece ser mais forte. No caso da pecuária (Fig. 14B), as opiniões mais favoráveis à reintrodução aumentam significativamente entre os que possuem animais domésticos ($n/60=32$, 53%) e os que não possuem nenhum ($n/56=39$, 70%). Em contrapartida, as opiniões pouco favoráveis tendem a diminuir no sentido inverso, verificando-se uma forte diferença percentual entre as opiniões favoráveis e não favoráveis no caso dos que não possuem animais domésticos. Quanto à caça (Fig. 14D), verifica-se também uma forte oscilação entre os caçadores e os não caçadores tanto do lado das opiniões mais favoráveis ($n/14=5$, 36% e $n/102=66$, 65%, respectivamente), como das pouco favoráveis ($n/14=9$, 64% e $n/102=27$, 27%, respectivamente), as quais evoluem em sentido contrário. Aqui, é ainda importante destacar que este é o único caso em que as opiniões mais negativas ($n/14=9$, 64%) se sobrepõem às positivas ($n/14=5$, 36%) entre os que praticam a actividade tida em conta (a caça, neste caso), o que poderá ser explicado pelo facto de esta espécie ser vista como potencial competidora e assim prejudicial para a caça. Finalmente, verifica-se a mesma tendência no caso da pastorícia (Fig. 14C), apesar de não ser tão significativo como nos dois últimos casos. Assiste-se, também aqui, a um decréscimo das opiniões mais positivas e a um aumento das mais negativas entre os pastores e os não pastores, respectivamente, sendo importante salientar ainda que das quatro actividades tidas em conta, a prática da pastorícia é a única onde se verificam atitudes positivas superiores aos que não a praticam ($n/44=30$, 68% e $n/72=41$, 57%, respectivamente).

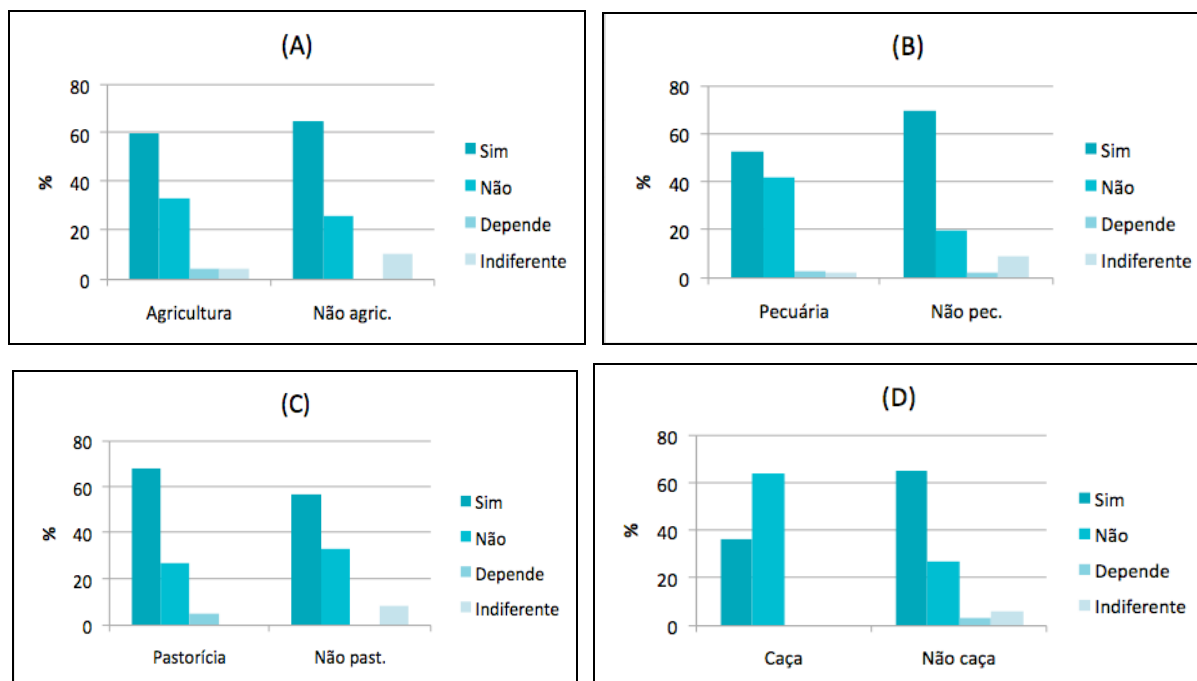


Fig. 14: A prática da agricultura (A), pecuária (B), pastorícia (C) e caça (C) e as opiniões dos inquiridos em relação à possível reintrodução da águia-real.

C) Lobo-ibérico

Ao contrário das duas espécies sobre as quais nos debruçámos anteriormente, o lobo-ibérico é conhecido por todos os inquiridos, a maioria dos quais ($n=79$, 68%) considera que já não existe na zona do PNSE (Fig. 15).

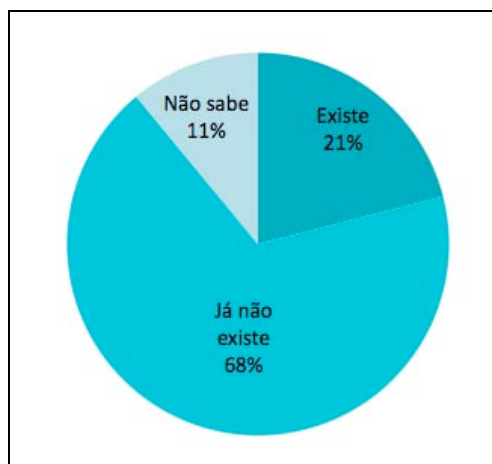


Fig. 15: O lobo-ibérico existe no PNSE?

Não há, contudo, uma data consensual para o seu 'desaparecimento' da zona, chamemos-lhe assim, tendo uma percentagem significativa ($n/79=39$, 49%) afirmado não saber. Quanto aos que apontaram uma data, ainda que aproximada, a tendência foi para referir os anos 1980 ($n/79=19$, 24%) e 1990 ($n/79=15$, 19%), tendo ainda sido referidos, embora em menor número, os anos 2000 ($n/79=4$, 5%) e os anos 1970 ($n/79=2$, 3%). Para além disso, 24 dos 116 inquiridos

(21%) considera que ainda existem lobos na zona, muitos dos quais foram *«deitados na Serra há uns anos pelos Serviços Florestais»*, apesar não só de não terem experienciado qualquer tipo de contacto directo (visual ou auditivo) com um lobo, mas também de já não se ouvirem tantas *«queixas» «como antigamente»* por parte dos pastores, os quais se *«queixam agora dos cães bravos»*. Tal é explicado por alguns com base na percepção de que existem muito menos lobos actualmente ($n/24=17$, 71%), sendo atribuído tanto a este declínio como à própria extinção, consoante os casos, quatro tipos de justificações, para além do típico *«não sei»* ($n/105=10$, 9%). Em primeiro lugar, destaca-se o facto de grande parte dos inquiridos ($n/105=38$, 36%) atribuir esse declínio/extinção ao ‘surgimento’ do javali (*Sus scrofa*): no seu entender, *«deitaram aí o porco-bravo, não há muito tempo, e ele deu cabo do lobo»*. Na base desta percepção de causa/efeito (aumento do número de javalis/declínio do número de lobos, respectivamente) encontra-se sobretudo a consideração de que o javali é *«mais forte»* do que o lobo, considerando alguns que se trata de uma relação de predador/presa em que o javali se enquadra na primeira categoria e o lobo na segunda. Um segundo factor na base do declínio/extinção lupina consiste, numa óptica local, na proliferação de fogos e consequente diminuição da *«floresta»* e *«matas»* ($n/105=32$, 31%). Em terceiro lugar, foi apontada a diminuição/falta de alimento disponível ($n/105=16$, 15%) como consequência da própria diminuição do número de rebanhos que, a par de outros *«bichos»*, constituem a principal fonte alimentar do lobo, tido, assim, como eminentemente carnívoro ($n/116=92$, 80%), numa óptica local. Para além disso, *«é como a raposa: mata enquanto houver para matar e depois é que come»*. Finalmente, foi ainda referido o próprio ser humano, responsável pela morte dos lobos *«com a espingarda»* ou *«deitando-lhes lá coisas[envenenamento]»* ($n/105=9$, 9%), sobretudo devido aos prejuízos que causavam na pastorícia. A título de exemplo, citemos duas afirmações: *«se mordessem uma cabrita a carne ficava com um sabor diferente e já não se vendia tão bem»* e *«não se podia deixar uma ovelha sozinha que lá vinha um lobo. Davam muitos prejuízos aos pastores e os pastores foram-se vingando»*. Aliás, e segundo alguns informantes, era prática comum fazer-se um peditório junto dos pastores com o lobo morto ou partes dele quando alguém matava um lobo. Como forma de agradecimento, os pastores *«davam uma moeda, era menos um!»*. Verifica-se ainda a existência de uma crença de certa forma generalizada entre os inquiridos: os lobos, que *«costumavam ser vistos aos dois e três juntos»* ($n=22$), *«atacavam pessoas de noite»* e, segundo outros, *«seguiram as pessoas de noite. Nem sempre atacavam, só se alguém caísse»*. Citações como estas e semelhantes demonstram, de facto, a existência de um conjunto de crenças negativas que perdura no imaginário colectivo, dando origem a histórias que ainda hoje são escutadas:

«Há muito tempo, aqui em Folgoso desapareceu um homem. Durante dias andaram à procura pela serra e só ao fim de algum tempo é que descobriram os ossos. Um lobo comen-o todo!»

«Os lobos dantes atacavam pessoas num cruzamento a caminho da quinta, fora do povo. Um uivava, vinham logo mais dois ou três. Matavam muitos dos nossos de noite... Eram os que iam de madrugada trabalhar e os que vinham das tabernas. As pessoas chegavam ao pé da quinta sem forças e sem conseguir falar. Sabe, menina, o lobo tira a fala, derivado do medo. E deixa os pêlos levantados. Graças a Deus já não os há»

Histórias deste tipo são frequentes na área de estudo e aumentam a animosidade face ao lobo, animosidade essa que acaba por se reflectir nas opiniões face à possível reintrodução (Fig. 16A). De facto, a grande maioria dos inquiridos ($n=86$, 74%) respondeu peremptoriamente que não gostava de voltar a ver/ver mais lobos na zona, sobretudo os inquiridos do género feminino ($n/86=48$, 54%) e os mais idosos ($n/86=45$, 52%). Pelo contrário, apenas 25% dos inquiridos ($n=29$) respondeu afirmativamente, destacando-se aqui os inquiridos do género masculino ($n/29=18$, 62%) e os com idades compreendidas entre os 30 e os 64 anos ($n/29=15$, 52%). Apenas um inquirido referiu que uma tal reintrodução seria indiferente, o que contrasta com os resultados obtidos nos outros dois casos, onde não se verifica a consensualidade verificada aqui.

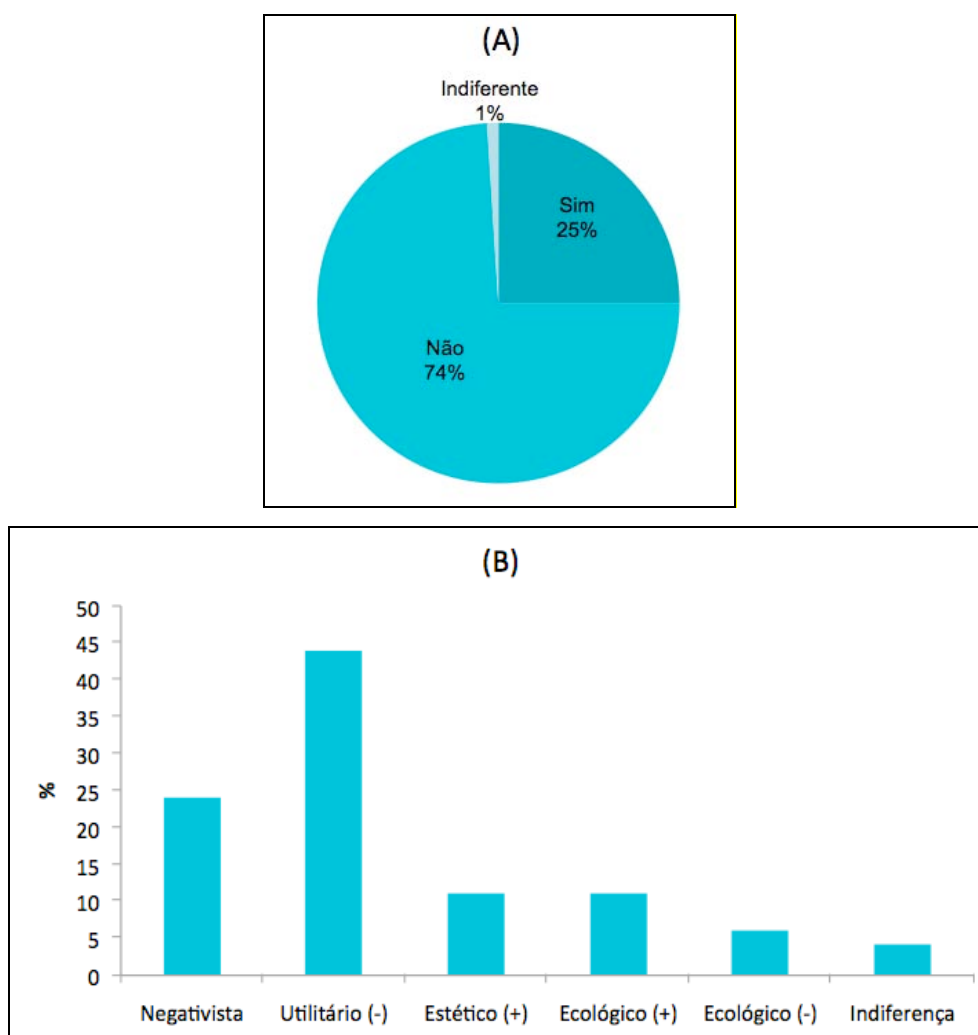


Fig. 16: Opiniões (A) dos inquiridos em relação à possível reintrodução do lobo-ibérico e justificações apresentadas (B).

Na base de tais opiniões relativamente à possível reintrodução desta espécie destacam-se dois tipos de critérios, referidos apenas pelos inquiridos que não a apoiam: o critério utilitário no sentido negativo do termo ($n=51$, 44%) e o critério negativista ($n=28$, 24%). No primeiro, onde se destacam ligeiramente os homens ($n/51=27$) e os idosos ($n/51=27$), foram referidas justificações com base sobretudo nos prejuízos que os lobos causavam e iriam voltar a causar, nesta perspectiva, como o exemplificam as seguintes afirmações: «*O lobo é raça excomungada! Só causa danos! (...) Ganhar alguma coisa com eles de volta? Só se perdia!*» ou «*Não fazem cá falta nenhuma! Vão às ovelhas, só trazem prejuízos...*» Quanto às opiniões mais negativistas, onde se evidenciam as mulheres ($n/28=22$), destacam-se sobretudo as opiniões mais ligadas a crenças, como por exemplo: «*Deixem-nos lá estar longe! Matavam muita gente. Tenho medo!*» Para além destes critérios, é importante salientar outros dois que, apesar de não terem sido referidos tantas vezes, foram apontados por mais de 10 inquiridos, todos coincidentes com os que expressaram opiniões mais positivas em relação à possível reintrodução. Por um lado, o critério ecológico no sentido positivo do termo ($n=13$, 11%), onde se evidenciam os adultos ($n/13=7$) e para o qual foram referidas justificações como as seguintes: «*Se havia ou ainda há é por algum motivo. Nosso Senhor quando dá também é para eles!*» ou «*O lobo é um animal. Quando as pessoas vêem um lobo ou uma raposa pensam logo nos prejuízos e matam-nos, mas não se lembram nem pensam que eles têm que viver e que também são bonitos!*» Por outro lado, e relacionado com o final desta última afirmação, o critério estético no sentido positivo do termo também se destaca ($n=12$, 11%), nomeadamente entre os homens ($n/12=8$). Como é visível na Fig. 16B, foram referidos apenas mais dois critérios para além destes quatro, o que contrasta em larga escala com as duas espécies previamente mencionadas, onde se destacam onze justificações diferentes (Figs. 10B e 13B). Tal poderá evidenciar um maior consenso no caso lupino, o único onde se evidenciam opiniões unanimemente mais negativas.

Finalmente, resta analisar a relação entre estas opiniões face à possível reintrodução do lobo e a agricultura (Fig. 17A), pecuária (Fig. 17B), pastorícia (Fig. 17C) e pecuária (Fig. 17D). Da análise da Fig. 17 ressaltam dois aspectos: as opiniões mais negativas destacam-se entre os que praticam a agricultura ($n/85=70$, 82%), os que foram/são pastores ($n/44=34$, 77%), os caçadores ($n/14=13$, 93%) e os que têm animais domésticos ($n/60=52$, 87%), enquanto que as opiniões mais positivas se encontram do lado dos que não praticam a agricultura ($n/31=14$, 45%), dos que não possuem qualquer animal doméstico ($n/56=21$, 38%), dos não pastores ($n/72=19$, 27%) e dos não caçadores ($n/102=28$, 28%). Em todas as actividades tidas em consideração verificamos um acentuado aumento das opiniões favoráveis à possível reintrodução entre os que as praticam e os que não as praticam e, pelo contrário, um acentuado declínio das opiniões desfavoráveis à possível reintrodução entre os primeiros e os segundos. Assim sendo, os dados sugerem que as

opiniões tendem a estar condicionadas em grande medida pela prática de tais actividades. Para além disso, é ainda importante ressaltar um outro aspecto interessante: no caso da actividade mais propícia aos prejuízos do lobo (pastorícia), os dados sugerem que não parece influenciar significativamente as opiniões. De facto, e como é visível na Fig. 17C, verifica-se apenas uma oscilação ligeira e pouco significativa entre os que são/foram pastores e os que não o são, tanto do lado das opiniões positivas ($n/44=10$, 23% e $n/72=19$, 27%, respectivamente) como das negativas ($n/44=34$, 77% e $n/72=52$, 72%, respectivamente).

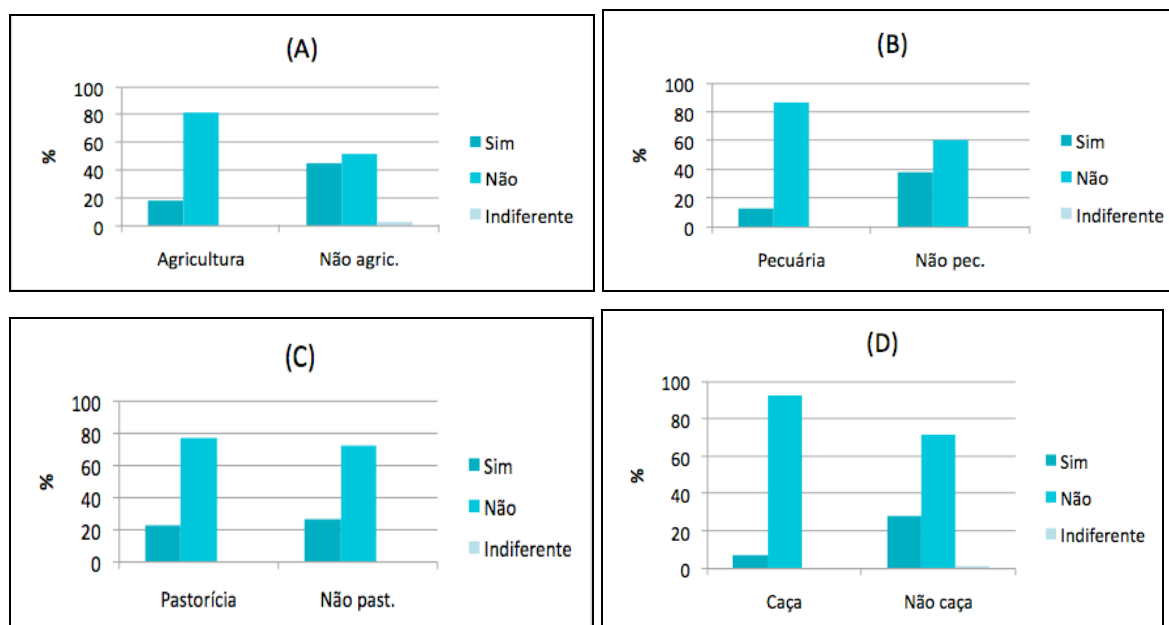


Fig. 17: A prática da agricultura (A), pecuária (B), pastorícia (C) e caça (C) e as opiniões dos inquiridos em relação à possível reintrodução do lobo-ibérico.

CAPÍTULO 4: DISCUSSÃO

Analisados os resultados obtidos, e partindo do pressuposto de que uma qualquer análise de cariz antropológico estaria incompleta sem uma visão holística e integradora das diversas dimensões do respectivo objecto e Universo de estudo, resta nesta última parte tentar articular o contexto social local com a possível reintrodução da águia-real, grifo e lobo-ibérico. Para tal, começaremos por abordar tanto a temática da agro-pastorícia numa óptica diacrónica, como a temática da mudança social que lhe subjaz, por forma a averiguar os possíveis impactos não só sobre a própria extinção/não nidificação das espécies, mas também sobre a viabilidade do seu retorno na área de estudo. Convém ressaltar, no entanto, que não abordaremos aqui as questões mais ligadas à própria ecologia e biologia das espécies, visto que tal se afasta em larga medida do nosso objectivo e até mesmo área disciplinar. Num segundo momento, serão analisadas as percepções sociais da fauna local, bem como as relações e os conflitos estabelecidos entre os humanos e os não-humanos, sendo que através desta análise se pretende situar as três espécies alvo de uma possível reintrodução e as próprias opiniões da comunidade local relativamente a essa mesma reintrodução, as quais serão analisadas no terceiro e último momento deste capítulo.

4.1. Um discurso de mudança

Um dos principais factores de ameaça que é transversal às três espécies aqui consideradas, e que poderá não só estar na base da sua extinção/não-nidificação na área do PNSE, como também comprometer a própria sobrevivência das espécies caso sejam reintroduzidas, diz directa e/ou indirectamente respeito ao abandono e às alterações nas práticas agro-pecuárias tradicionais, sobretudo por terem impactos a nível da disponibilidade alimentar. Como ficou referido no capítulo anterior, tal coincide com o que os inquiridos apontaram enquanto causas da extinção/diminuição do número de efectivos: para as três espécies foi apontada a «falta de alimento», tendo este sido, curiosamente, o único factor comum apontado para os três casos. Ora, no caso da águia-real, o abandono e alterações das práticas tradicionais conduzem a uma «diminuição das populações de presas» (Almeida *et al.*, 2006; ICN, 2006a), nomeadamente coelhos e lebres (Catanho, 2006: 58), enquanto que, no caso do grifo, a «diminuição do aproveitamento pecuário extensivo de ovinos, caprinos e bovinos e a rarefacção dos animais de carga e tracção devida à modernização agrícola resultam também em redução da disponibilidade alimentar» (Almeida *et al.*, 2006), estando esta espécie «inteiramente [dependente] das actividades humanas no espaço rural» (Catanho, 2006: 81; ICN, 2006a). No caso do lobo-ibérico:

A escassez de presas naturais, nomeadamente de corço e de veado, faz com que o lobo, na maioria da sua área de distribuição em Portugal, dependa sobretudo dos animais domésticos para se alimentar (...) [Essa] alteração na ecologia da espécie faz depender a sua conservação da manutenção da pecuária extensiva, o que se torna particularmente preocupante tendo em conta a regressão da criação de gado em regime extensivo, que se tem vindo a verificar em algumas áreas do país. (ICN, 2006b)

Dada a centralidade das práticas agro-pastoris para a fixação e sobrevivência das espécies, torna-se pertinente uma breve abordagem das mesmas na área de estudo nos últimos tempos.

Antes de mais, é importante começar por referir que a pastorícia e a agricultura praticadas na zona do PNSE e noutras zonas montanhosas estão «íntimamente ligadas» (Alves *et al.*, 2002: 12), tendo andado «sempre de mãos dadas» (Abrantes, 1995: 145) e representando «para o homem do campo a essência do seu ideal económico» (Ribeiro, 1940-1941: 238), como o demonstra um provérbio citado por Ribeiro (*Ibidem*): «cultiva e cria, viverás com alegria». Tais actividades moldaram desde muito cedo a paisagem da Serra da Estrela, à semelhança do que se verificou noutras regiões montanhosas a nível da Europa mediterrânica (Moreira e Russo, 2007), sobretudo por pressuporem uma intervenção humana (Jansen, 2002: 193; Pena, 2002: 119). Em conjunto, conduziram ao desaparecimento progressivo dos biótopos primários, dando origem a novos biótopos (semi-naturais), aos quais as espécies se foram adaptando. Tais espécies passaram, assim, a estar fortemente dependentes desses biótopos e, conseqüentemente, das práticas agro-pastoris que os sustentam (Jansen, 2002: 193). Não obstante, tem-se vindo a assistir nos últimos anos a um declínio dessas mesmas práticas e ao conseqüente abandono das terras nas regiões montanhosas no geral, quebrando com o equilíbrio ecossistémico. Na base desse declínio encontram-se, muito sumariamente, pressões e alterações sócio-económicas e/ou demográficas (Macdonald *et al.*, 2000; Moreira e Russo, 2007), muitas das vezes ligadas a políticas nacionais e/ou comunitárias (Moreira e Russo, 2007: 1462). Tais factos aportam consigo graves conseqüências:

During the past decades mountainous regions in the Mediterranean suffer from socio-economic marginalisation (...). The result is a drastic drop of the population and their agricultural activities. The situation in the Estrela is not an exception. Under the present circumstances the agro-pastoral system is doomed to collapse and eventually the traditional cultural landscape will largely vanish. (Jansen, 2002: 195)

Como tem sido regra não só nas zonas interiores do país, como também noutras *zonas rurais periféricas* espalhadas pelo mundo dito ocidental (Knight, 2006: 235), tem-se assistido na área de estudo a um acentuado decréscimo⁴⁴ e envelhecimento da população residente⁴⁵ sobretudo a partir da década de 1950/60, para o que contribuiu em larga escala uma substancial dinâmica migratória, quer a nível internacional (emigração), quer a nível nacional (êxodo rural) (Rodrigues, 1986; Mendes, 1999), como aliás é sugerido pelos dados recolhidos na área de estudo.

Tal dinâmica assenta, essencialmente, em questões conjunturais endógenas e/ou exógenas (aquilo que Knight (2006: 237) refere como factores «push» e «pull», respectivamente) «que afligem a vida nos meios rurais» (Anónimo, 1963) e conduziram ao «declínio do Portugal agrícola e rural» (Baptista, 1994: 911). Para este declínio, Baptista (*Idem*: 910/911) começa por apontar o período posterior à Segunda Guerra Mundial, altura em que se criaram «condições que levaram ao triunfo de uma concepção *industrialista* e, no final dos anos 50, defendia-se com clareza nas instituições do Estado Novo a necessidade de intervir nas estruturas agrárias para as adaptar ao esforço da industrialização». Não obstante, e como Baptista (1994: 913) acrescenta um pouco mais à frente:

A tibieza da intencionalidade da política agrária contrastou, no entanto, com as consequências da progressiva tendência para a abertura do país aos mercados externos e sobretudo da saída da população agrícola e rural, permitida pelos empregos criados com o processo de industrialização e, principalmente, pela emigração que se desencadeou, de forma maciça, nos anos 60. De 1960 para 1970 a população activa agrícola diminuiu 30%. A saída da população articulou-se com uma acentuada transformação tecnológica, através da qual as explorações agrícolas procuravam adaptar-se ao crescente alargamento do mercado, ao aumento dos salários agrícolas e à partida de muitos filhos das explorações familiares.

Em suma, «com o avanço da industrialização e da urbanização, a agricultura perdia peso relativo na economia do país» (*Idem*: 914), tendo ainda sido preponderante a «debandada que varreu os campos, desde os anos sessenta» (Baptista, 1996: 37), bem como uma «acentuada retracção da área cultivada e do número dos que nela trabalham» (*Idem*: 49):

A agricultura (...) atravessa uma das maiores crises de todos os tempos. A falta de braços faz-se sentir em todos, ou quase todos os lados. O trabalhador agrícola abandonou as suas belgas e partiu

⁴⁴ A título de exemplo, a freguesia de Linhares passou de 1150 habitantes em 1950 para 485 na década de 80 (Abrantes, 1995: 244).

⁴⁵ De facto, eram as «younger reproductive age bands» (Knight, 2006: 235) que migravam, «embaladas no canto das sereias» (M.F., 1969: 2), dando lugar a uma «profunda quebra no trabalho rural» (Rodrigues, 1986: 57), uma vez que «começaram a faltar homens válidos, quer nas actividades primárias, quer nos sectores que carecem de pessoal qualificado para se atender às necessidades da industrialização em marcha (...)» (M.F., 1969: 2).

para o estrangeiro, na mira de maiores proventos, encontrando muitos, em vez da ambicionada riqueza, a desilusão e miséria; mas, apesar disso, a onda migratória continua e continuará, pois essa tão humilde como honesta e honrada classe não vê compensado o seu esforço e labor. (...) o milho, o centeio, o feijão e até a batata continuam com preços irrisórios, sendo esses produtos os que mais se cultivam na maioria das freguesias do nosso concelho. Os 30\$00 (média) por 13 quilos de milho ou centeio não pagam de forma nenhuma o dispêndio do trabalhador⁴⁶, ou proprietário agrícola, muito especialmente quando essas culturas são feitas por processos antiquados. Por esse motivo, o pequeno proprietário desanimou, e onde outrora vicejou o milho, o loiro centeio, etc., vemos hoje ervas daninhas e silvas. Em nosso entender, só mecanizando a agricultura se conseguirá o desenvolvimento desejado. (Figueiredo, 1970: 2)

Como consequência desta conjuntura social, económica e até política, verificou-se, por um lado, o abandono das áreas agrícolas (Macdonald *et al.* 2000: 47; Alves *et al.*, 2002: 22; Moreira e Russo, 2007: 1462), «onde [agora] crescem silvas, giestas, fetos e salgueiros» (Gouveia, 1995: 69), e, por outro, uma drástica quebra do número de efectivos ovinos (Martinho, 1980: 79; Mendes, 1999: 59), como é visível na seguinte tabela:

Freguesias	Gado ovino					
	1934 (a)	1940	1955	1972	1978/80	1999 (d)
Cadafaz	-	767 (c)	557 (c)	505 (c)	473 (c)	509
Figueiró da Serra	936	846 (c)	1090 (c)	755 (c)	540 (c)	229
Folgosinho	3487	3353 (b)	5755 (b)	2378 (b)	1396 (b)	1059
Freixo da Serra	747	1096 (c)	624 (c)	284 (c)	304 (c)	353
Linhares	1735	1738 (b)	1088 (b)	1760 (b)	1554 (b)	1569
Prados	430	904 (b)	985 (b)	660 (b)	748 (b)	958
Vide entre Vinhas	681	829 (c)	539 (c)	830 (c)	1445 (c)	915
TOTAL	8016	9533	10638	7172	6460	5592

Tabela 4: Criação de gado ovino na área de estudo entre 1934 e 1999.

(Fontes: (a) Ribeiro, 1940-1941; (b) Martinho, 1978; (c) Martinho, 1980; (d) Alves *et al.*, 2002)

Seguido do gado caprino, o gado ovino constitui o gado predominante na zona norte da Serra da Estrela (Martinho, 1978: 106), desempenhando um papel fulcral na «vida pastoril» (Ribeiro, 1940-1941: 238) e em «toda a economia serrana» (Seleccções do Reader's Digest, 1982),

⁴⁶ Tal situação permanece nos dias de hoje, como a grande maioria dos inquiridos referiu.

tendo sido sempre a «grande riqueza destas terras» (Abrantes, 1995: 152), «o mais poderoso apoio das comunidades» (Simões, 1979: 57). Aliás, «menos pelo número de reses criadas do que pela persistência de um modo de vida fundado na exploração extensiva dos pastos e pela importância da oscilação transhumante (*sic*) [Fig. 18], cabe-lhe [à Serra da Estrela] incontestavelmente (*sic*)⁴⁷ o primeiro lugar [no conjunto do pastoreio português]» (Ribeiro, 1940-1941: 294).



Fig. 18: Parte de um rebanho transumante, de cerca de 1500 cabeças.
(Fonte: Ribeiro, 1940-1941)

Concretamente no que à área de estudo diz respeito, é ainda importante referir, a par da emigração e da atractividade das zonas mais industrializadas e urbanizadas, um outro aspecto sublinhado não só por Martinho aquando das suas minuciosas análises da evolução da pastorícia entre os anos 1940 e 1980 nas freguesias do PNSE (1978) e na região limítrofe (1980), como também por outros autores (ex.: Amaral, 1970: 8/9; Rodrigues, 1986: 57/8; Abrantes, 1995: 152; Cândido, 1997: 16), apesar de não ter sido referido pelos inquiridos: a florestação⁴⁸ da Serra da Estrela, nomeadamente dos baldios, extremamente importantes para a pastorícia (Amaral, 1970; Alves *et al.*, 2002: 40), «com a falta de esclarecimento e até alguma repressão⁴⁹ exercida sobre os pastores» (Martinho, 1978: 27). Este aspecto remonta, aliás, já à época anterior a 1940, segundo Ribeiro (1940-1941: 231):

⁴⁷ Aqui optou-se por manter a ortografia original, embora desactualizada, daí o recurso a (*sic*).

⁴⁸ Aplicação do Decreto de 11/3/58, «que submeteu ao povoamento florestal enormes extensões de terrenos aráveis (...), [tendo vastas áreas ficado] interditas à cultura de centeio e às pastagens de que os rebanhos se alimentavam, o que obrigava os pastores a mais prolongadas estadias com o gado fora dos limites da freguesia e do seu habitat natural, seguindo-se consequentemente o crescente abandono da pastorícia montícola» (Rodrigues, 1986: 57/8).

⁴⁹ A título de exemplo, Martinho (1978: 31/33) refere que «a repressão foi tão violenta que, logo que cortassem um simples ramo de pinho, eram punidos com multas violentíssimas. Houve até um caso (...) em que um pastor foi multado em 700\$00 pelo facto do gado ter entrado na "floresta" (...) [após] o vento ter aberto a porta do curral onde se encontravam as cabeças de gado. Enquanto o pastor andava a procurar as ovelhas deixou cair o chapéu no terreno florestado. Por esse facto também foi multado. Só recentemente (depois do 25 de Abril de 1974) é que foi permitido o pascigo do gado na "floresta" (...).

O nosso homem do campo é, por via de regra, inimigo da árvore que se não integra directamente na sua economia. Recentemente, parte dos baldios dos concelhos têm sido submetidos ao regime florestal, sempre com desconfiança, senão com hostilidade do camponês.

Um último factor determinante foi «a adesão, em 1986, de Portugal à Comunidade Europeia (CE), (...) [que veio alterar] substancialmente o referencial de apreciação do lugar da agricultura no sistema económico» (Baptista, 1994: 918), passando a agricultura a estar asfixiada «no confronto com as outras economias da CE» (*Idem*: 920). Tal foi, aliás, referido por alguns dos inquiridos na primeira fase do trabalho de campo, como foi mencionado no capítulo anterior.

Com o passar dos anos, as consequências de toda esta conjuntura foram-se intensificando, sendo a desertificação e envelhecimento de muitas das aldeias serranas os aspectos mais notórios, aliados a uma diminuição do peso do sector primário, embora não tão evidente a um olhar menos atento. De facto, os dados recolhidos sugerem precisamente isso: ao contrário dos tempos mais remotos, onde, como vimos, ainda «*dava para viver da agricultura*», «*agora já não rende*». Como Gouveia (1995: 57/8) refere:

Passaram os anos, mudaram-se os tempos! Tratar campos? Nem de graça! Só se aparecerem alguns terrenos perto da aldeia. A enxada já pouco faz. Está tudo mecanizado! Os braços do homem faltam. A maior parte deles emigrou para outras paragens ou para outros mundos e a gente nova não apareceu, nem aparece... É a vida! É a nossa história pessoal e grupal!

Apesar de a esmagadora maioria dos inquiridos afirmar praticar a agricultura, esta é a pequena escala e para «gasto da casa», afastando-se em larga medida da agricultura extensiva de outrora que era das únicas fontes de rendimentos. O mesmo se passa no caso da pastorícia (Fig. 19) que, como os dados sugerem, é praticada actualmente por muito poucos na zona, sendo hoje «uma sombra do que foi no passado» (ICN, 2001: 15), passado esse onde «por todas as aldeias da Serra e suas faldas se cria[va]m ovelhas» (Ribeiro, 1940-1941: 239) e se fabricava o queijo artesanal. Para tal aspecto em particular contribuiu, também, um «fenómeno social de degradação da figura do pastor e redução dos recursos humanos disponíveis para esta actividade crucial na Serra da Estrela», ao requerer a pastorícia uma total disponibilidade e ao ser uma actividade dura e com cada vez menos compensação financeira (Alves *et al.*, 2002: 40).



Fig. 19: Exemplo de um rebanho actual na área de estudo.
(Foto: F. Soares)

Salvo entre os reformados, ambas as actividades não são de forma alguma a actividade económica central, sendo que, quando existe, é em complemento de uma outra actividade (aquilo que Macdonald *et al.* (2000) referem como pluriactividade). Para além disso, Alves *et al.* (2002: 8) apontam um outro factor: a redução do número de explorações, exemplificando com uma quebra significativa entre 1989 e 1999 de cerca de 47%. A «economia pastoril» (Ribeiro, 1940-1941: 245) que em tempos foi próspera na zona está, em suma, em franco declínio, como o justificam, aliás, as opiniões dos inquiridos relativamente ao seu futuro na zona, opiniões essas que, como vimos, são eminentemente negativas (Fig. 4).

Face ao exposto, do balanço da evolução da agro-pastorícia na zona, aliado às constatações pessimistas da população relativamente ao seu futuro, poderemos depreender que este último se avizinha negativo e, de facto, «*em vias de acabamento*». Ora, dada a centralidade já aqui referida das práticas agro-pecuárias tradicionais para a sobrevivência das três espécies a reintroduzir, poderemos concluir que, para além do seu abandono ter contribuído em grande medida para o desaparecimento das mesmas na zona, o panorama actual não é muito favorável à sua fixação, a menos que algumas medidas sejam tomadas. Alves *et al.* (2002: 17) apontam, a título de exemplo, a manutenção dos regimes agro-pecuários extensivos:

A manutenção da agricultura extensiva tradicional permite conservar não só o mosaico paisagístico, mas também garantir a manutenção de habitats que suportam importantes comunidades faunísticas. (...) Algumas importantes espécies, nomeadamente super predadores, podem considerar-se de ocorrência extremamente irregular, carecendo de um aumento da disponibilidade de presas naturais. Este acréscimo de presas será altamente beneficiado pelo incremento da diversidade do meio que advém da manutenção dos processos agrícolas tradicionais.

Contudo, é ainda importante ter em consideração não apenas a sobrevivência das espécies, mas também os próprios impactos que a possível reintrodução poderá ter a nível da agricultura e pastorícia local, bem como as percepções locais face às espécies, percepções essas que poderão, aliás, comprometer a própria sobrevivência das espécies caso sejam descuradas aquando da possível reintrodução. Detenhamo-nos, então, sobre estas questões.

4.2. Utilitarismo e antropocentrismo

As percepções da fauna e as próprias relações estabelecidas entre as comunidades humanas e os elementos faunísticos tendem a variar em termos espaciais e até mesmo temporais (Musiani *et al.*, 2009: 2), sendo «negotiable, changing, and context-dependent» (Arluke e Sanders, 1996: 19), daí a importância de se atentar à especificidade do contexto local aquando da implementação de uma qualquer medida de conservação, como a reintrodução. Reportando-nos ao espaço rural do mundo dito ocidental, que é aquele onde se inscreve a nossa área de estudo, Marvin (2000: 205) refere que as relações aí estabelecidas entre humanos e não-humanos são «complex, proximate, wide-ranging and engaged», sendo tidas como eminentemente utilitárias e antropocêntricas (Knight, 2000; Einarsson, 1995). Como Knight (2006: 14) refere: «wildlife is defined as a *resource* to be exploited when it can contribute to human livelihoods, and defined as a *pest* to be eradicated when it harms or interferes with human livelihoods». Tal vai, por seu turno, ao encontro da seguinte constatação de Galhano-Alves (2004: 228) relativamente à área de Trás-os-Montes, Portugal:

(...) [At the European sphere,] animals and plants are defined as “*useful and useless*,” or “*good and bad*.”
(...) That traditional western representation of Nature is anthropocentric, dichotomic⁵⁰ and Manichean. And, fundamentally, it is non-systemic, because it does not view natural and cultivated vegetation, wild and domestic herbivores, wild carnivores and humans as complementary elements of the ecosystem. (...) In the case of European rural societies, their non-systemic representations of wildlife and Nature reflect their conflicted relationship with biodiversity.

Na base de tudo isto encontra-se aquilo que se convencionou chamar de taxonomia popular, por oposição à chamada taxonomia científica, sendo esta última pautada essencialmente por um sistema de classificações filogenéticas constituído por indivíduos histórica e genealogicamente relacionados entre si sem terem necessariamente de ser semelhantes do ponto de vista morfológico (Clark, 1988: 18). Neste tipo de classificação, «members of a taxon are

⁵⁰ Segundo Arluke e Sanders (1996: 170): «that societies perceive animals as good or bad indicates that social construction are inherently moral constructions, and in Western societies moral categories are, most typically, dualistic (...) Each social construct necessarily implies the existence of its opposite and depends on this opposite for its meaning.»

similar because they share a common heritage; they do not belong to the taxon because they are similar» (Mayr, citado em Clark, 1988: 20). Pelo contrário, os sistemas de classificação popular consistem numa «forma de entender e de ordenar cognitivamente um elemento material exterior ao homem» (Frazão-Moreira, 2009: 169) e incluem, segundo Clark (1988: 18), «all those creatures that have, or would have, a sufficient number of the taxon's defining characteristics, and each such taxon bears along with it the image of a perfect type». Há, então, como que uma tendência homogeneizadora neste tipo de categorização, tendência essa que pode ser sistematizada, a título de exemplo, na seguinte expressão: «If something looks just like a weed, it is one» (*Idem*: 17). Para além disso, e segundo este mesmo autor, este tipo de taxonomia assenta nos *usos* que fazemos das coisas e incorpora, de uma forma algo distorcida, um vasto conjunto de opiniões filosóficas antigas (*Idem*: 19). Rege-se, em suma, pelo critério da semelhança (como a semelhança morfológica, mas não só) e do utilitarismo.

Todos estes aspectos coincidem, precisamente, com o que os dados recolhidos sugerem e que, aliás, já tinha sido constatado num estudo preliminar (Soares, 2009): o critério mais vezes utilizado para o agrupamento livre das doze imagens foi, como vimos, aquele por nós denominado como utilitário/antropocêntrico, seguido do critério ecológico/morfológico. Começando por este último critério, importa salientar, no quadro geral da conservação da natureza, dois aspectos. Em primeiro lugar, a categorização de espécies com base num critério eminentemente morfológico (onde incluímos as semelhanças morfológicas e os tipos biológicos), contraposta, como vimos, ao que acontece a nível científico, chamemos-lhe assim, pode dar origem a que, a nível local, não sejam feitas distinções entre espécies que detêm diferentes estatutos de conservação e são alvo de medidas distintas. Para ilustrar tal questão, centremo-nos nas três aves de rapina que foram seleccionadas para o presente estudo. O milhafre-preto (*Milvus migras*) e a águia-real (*Aquila chrysaetos*) são ambas tidas a nível local como *rapinas*, como *águia*, como *milhafre*, como *gavião* ou como *corvatcho*⁵¹. A nível da taxonomia científica, apesar de pertencerem à mesma Superfamília (Accipitrinae), é feita não só uma distinção a nível de Género (*Milvus* e *Aquila*, respectivamente), como também uma atribuição de diferentes estatutos de conservação: o primeiro recai na categoria LC (pouco preocupante) e a segunda recai na categoria EN (em perigo). Assim, aquando de uma qualquer medida de conservação, há que ter em consideração este aspecto porque a espécie protegida (neste caso meramente ilustrativo, a águia-real) pode ser tida como igual a tantas outras que já poderão ser consideradas suficientemente abundantes e quiçá prejudiciais, como tentaremos dar conta um pouco mais à frente. O mesmo

⁵¹ Inicialmente atribuiu-se este termo aos membros da Família Corvidae, Género Corvus, mas posteriormente constatou-se que, a nível local, este termo diz respeito às aves de rapina no geral.

poderá ser extensível ao exemplo referido por Mertens *et al.* (2005) aquando da análise da viabilidade de reintrodução do grifo na Roménia. De acordo com os autores, verifica-se entre os habitantes locais uma dificuldade em distinguir os *abutres* das *águias*, o que conduz à crença de que os primeiros são, também eles, prejudiciais para o gado, crença essa que poderá constituir, aliás, uma ameaça para os próprios *abutres*. Tal foi, curiosamente, verificável na área de estudo, apesar de ter sido mencionado por poucos inquiridos, até porque os *abutres* parecem ser desconhecidos pela maioria dos inquiridos. Em segundo lugar, o próprio conhecimento empírico das espécies, sobretudo ao nível dos hábitos alimentares, parece deter um papel importante na categorização, estando ligado, como vimos, ao próprio carácter prejudicial, sobre o qual nos deteremos de seguida.

No que ao segundo critério diz respeito (utilitário/antropocêntrico), é importante começar por referir que a taxonomia popular específica deste contexto, apesar de extensível a outros contextos geográfica e/ou culturalmente próximos, origina uma *escala sociozoológica* que, regida pelo princípio da hierarquia vigente no mundo dito ocidental desde Aristóteles, postula a ordenação da natureza numa escala vertical, no topo da qual se encontra o ser humano (Arluke e Sanders, 1996: 168). Contrastando, uma vez mais, com a taxonomia científica, tal escala pode ser definida do seguinte modo:

(...) Sociozoologic systems rank (...) [animals] according to *how well they seem to 'fit in' and play the roles they are expected to play in society*. (...) On such a scale, *good animals* [pets, tools, i.e. animals in labs or on farms] have high moral status because they willingly accept their *subordinate* place in society, with some able to enjoy their niche while others only dutifully comply with it. (...) However, *bad animals* [freaks that confuse their place, vermin that stray from their place, or demons that reject their place] have a low moral status because their subordinate place is unclear or because they no longer remain quietly *out of sight* and *distant* from people. Since these creatures are perceived as both symbolic and real threats to the social order, they may be killed. (*Idem*: 169/170. Sublinhados nossos)

Com base nesta definição, e dado que dentro deste critério utilitário se enquadram dualismos como prejudiciais:não prejudiciais, domésticos:selvagens, úteis:inúteis, entre outros, os dados sugerem a existência de dois grupos: um correspondente ao dos "bons animais" e um outro aos "maus animais". Assim, temos no primeiro grupo os animais não-humanos *subordinados* (Arluke e Sanders, 1996) e que constituem um *recurso* (Knight, 2006), sendo constituído pelos animais tidos localmente como domésticos, não prejudiciais, úteis e, por extensão, os mais bonitos (relembre-se que o critério estético tende a coincidir com o critério utilitário). Tal grupo é representado, na óptica local, por quatro das doze espécies consideradas para a presente

investigação (cf. Fig. 6, grupo 1): a ovelha «*cornuda*» ou «*mocho*» (conforme tenha ou não chifres, respectivamente, sendo a primeira "categoria" constituída pela raça Bordaleira), o "recurso" outrora mais valioso na área de estudo, como já aqui foi referido; o burro, tido entre os inquiridos como importante «*meio de transporte*» (Fig. 20), apesar de estar, na sua óptica, em franco declínio; o coelho, o qual é um animal doméstico comestível, para além de ser uma espécie cinegética; e, finalmente, o cão, importante «*companheiro*» e ajudante do pastor.



Fig. 20: A utilização do burro para serviços de carga e transporte.
(Fonte: Câmara Municipal de Celorico da Beira, s.d.)

Em contrapartida, temos do outro lado o grupo dos "maus animais", ou seja, os animais tidos como *pragas* (Knight, 2006), selvagens, prejudiciais e, conseqüentemente, inúteis, sendo este grupo formado pelas restantes espécies (aves, carnívoros e ungulados selvagens). Ora, a atribuição de características predominantemente negativas a estas espécies conduz-nos à temática dos conflitos que surgem entre as comunidades humanas e os animais selvagens. Tal acontece sobretudo em contexto rural, onde são maiores as probabilidades de estes últimos prejudicarem as propriedades e culturas agrícolas (*crop-raiding*) ou ameaçarem a segurança humana ou as actividades recreativas (como a caça) «by feeding (killing, browsing, grazing), digging and burrowing» (Sillero-Zubiri *et al.*, 2007: 255). Ocorrendo, segundo a IUCN (2004), quando as necessidades e o comportamento dos animais selvagens têm impactos negativos nos objectivos dos humanos ou quando tais objectivos têm impactos negativos nos animais selvagens, tais conflitos podem ser definidos do seguinte modo:

People-wildlife conflicts are relations of rivalry or antagonism between human beings and wild animals which typically arise from territorial proximity and involve reliance on the same resources or a threat to human wellbeing or safety. People-wildlife conflicts thus include both competition

and predation: *competition* for food between humans and other animal species and wild animals *predation* on people. In the first case, the conflict is indirect in character (over a third [plant or animal] species) and between two species which (with respect to the object of competition) share the same trophic level. In the second case, the conflict takes the form of a direct antagonism between species at different levels of the food chain. (...) 'horizontal' competition and 'vertical' predation [respectively]. (Knight, 2000: 3)

No caso das espécies tidas em consideração são dois os principais conflitos despoletados, ambos inseridos no conceito supra-referido de *competição horizontal*: um com animais carnívoros (no caso da pecuária, pastorícia e caça) e outro com herbívoros (no quadro geral da agricultura). Em primeiro lugar, a predação de animais domésticos (*farm animals*) ou de espécies cinegéticas está muitas vezes na base de conflitos com os carnívoros, como é referido por Sillero-Zubiri *et al.* (2007: 257): «wherever people exploit natural populations, rear livestock, game or fish outdoors, predation is a perennial and controversial complaint». Os resultados obtidos acentuam, aliás, essa questão: de facto, os mamíferos carnívoros (lobo, geneta, raposa) e as aves de rapina (águia-real, milhafre-preto) são tidas como as mais prejudiciais para a pecuária, pastorícia e caça, podendo a seguinte afirmação, apesar de focada no caso concreto da raposa, ilustrar o motivo que está por detrás de tal consideração:

It is not that foxes directly threaten human life as other predators do, but that they pose a threat to that which belongs to humans - reared game and livestock. The fox kills animals that should only be killed by humans. (Marvin, 2000: 205)

Começando pelos **mamíferos carnívoros**, é importante destacar dois tipos de predação que, por sua vez, constituem dois tipos de conflitos: a predação de animais domésticos (neste caso concreto, as aves de capoeira pela raposa e geneta e o gado ovino pelo lobo) e a predação de espécies cinegéticas (nomeadamente a predação de coelhos por raposas e genetas). Uma vez que nos iremos focar no lobo num sub-capítulo mais à frente, detenhamo-nos sobre as outras duas espécies, cujo maior prejuízo na área de estudo parece ser a predação de aves de capoeira, nomeadamente galinhas, as quais constituem, de acordo com os dados recolhidos, as espécies de animais domésticos mais frequentes actualmente na área de estudo.

No que ao *janeto*⁵² diz respeito, as referências relativamente à predação de galinhas não são abundantes, exceptuando-se um ou outro apontamento disperso, como a seguinte afirmação retirada de um texto sobre a geneta: «[They] have adapted to cultivated areas and human settlements, where they have developed a taste for poultry» (African Wildlife Foundation, 2010).

⁵² Nome popular pelo qual é conhecido a geneta.

Em termos da relevância das aves na dieta alimentar da geneta, e não obstante o facto de Lopes (2008: 31) referir que «as suas presas são principalmente aves», tal relevância não foi encontrada na revisão bibliográfica elaborada por Virgós *et al.* (1999) acerca da ecologia trófica da geneta na zona do Mediterrâneo (não incluindo na sua análise, contudo, Portugal). Estes autores depararam-se, em traços muito gerais, com dois padrões da dieta alimentar da geneta: nalgumas áreas, nomeadamente as localizadas mais a Norte, os micromamíferos são as presas predominantes, sendo que noutras áreas, nomeadamente mais a Sul, os artrópodes, a par de outros grupos, tendem a desempenhar um papel mais importante do que os micromamíferos em termos de frequência de ocorrência (*Idem*: 121). Contudo, e para estes mesmos autores:

(...) the diversity in the Genet diet is a reflection of the food availability, diversity of prey and competition level in each area, although small mammals due to general abundance (despite geographical location or altitude) and probable profitability (in size terms) are the preferred prey in the most part of locations. (*Idem*: 122)

No que respeita ao modo de predação referido por alguns dos inquiridos («bebe o sangue das galinhas e tira-lhes a cabeça»), não foram encontradas referências noutros estudos, excepto a seguinte constatação: «Genets have the reputation of being wasteful killers, often eating just the head or breast of their prey.» (African Wildlife Foundation, 2010). Contudo, é importante ter em atenção que o que foi referido para o *janeto* ou *guato bravo* pode não estar relacionado directamente com a espécie *Genetta genetta*, mas sim com outros membros morfologicamente semelhantes da ordem Carnívora (como o Gato-bravo, *Felis silvestris*, ou o Sacarrabos, *Herpestes ichneumon*), ilustrando, uma vez mais, a tendência homogeneizadora da taxonomia popular.

Pelo contrário, as referências à «péssima reputação» (Lopes, 2008: 31) da raposa são abundantes, sendo tida na área de estudo como a espécie mais prejudicial tanto para a pecuária como para a caça, como o confirma a seguinte afirmação: «[a raposa] é considerada localmente como factor impeditivo da recuperação dos efectivos de perdiz e coelho, efeito esse certamente exagerado face a outras condicionantes mais importantes» (ICN, 2001: 53). No caso da predação de aves de capoeira, podemos citar, a título de exemplo, duas notícias dos anos 60 encontradas no jornal *Notícias de Gouveia*:

Nestes últimos dias diversas capoeiras têm sido assaltadas pelas raposas. (...) [Numa Quinta, um senhor] conseguiu apanhar um raposo quando se preparava para sair, e segurando-o pelas patas, liquidou-o. (C., 1969).

Na quinta da Bela Vista, subúrbios desta localidade [Melo], (...) há uma capoeira bem repleta e que, pelos vistos, era o encanto de uma raposa ladina. E tão habituada estava a passear por

aqueles encantadores sítios e a deliciar-se com tão saborosa e variada "petisqueira" que, mesmo em pleno meio-dia, lá andava a fazer a sua costumada ronda aos galináceos bem anafados, mesmo na frente do referido proprietário e dos seus trabalhadores. Parecia, até, que levava muito a sério a sua função de guarda, não dando atenção a ninguém. E tanto a sério levava que deixou aproximar-se o (...) proprietário sem mesmo o temer, visto que se julgava em sua casa. (...) E só depois de uma violenta paulada na cabeça é que pensou no seu falso papel de guarda. Era, porém, já tarde, visto a pancada ter sido bem medida (...) Verificou-se que a raposa havia comido (só nesse dia) um lindo ganso, um frango e uma galinha, deixando outro na agonia... E a mortandade seria ainda maior se não fosse o desembaraço e a mão certa daquele proprietário. (Anónimo, 1963: 2)

Curiosamente, num estudo levado a cabo na zona do PNSE acerca da dieta alimentar da raposa (Pires, 2001), as aves não parecem deter um peso significativo nessa dieta, ao contrário dos micromamíferos, lagomorfos, frutos e insectos. O facto de os lagomorfos estarem incluídos na sua dieta está na base, aliás, da consideração por parte de muitos inquiridos de que é prejudicial para a caça e existem em número excessivo, como aliás é referido por Pires (2001). Não obstante, e segundo este mesmo autor, o coelho-bravo constitui um importante recurso alimentar para a raposa mas não é essencial à sua sobrevivência, uma vez que «nos locais onde o lagomorfo é residual, ou inexistente, a raposa pode substituí-lo pelo aumento do consumo de outras presas» (*Idem*: 64).

Para além disso, a raposa tem sido abordada, inclusive, numa perspectiva antropológica, estando presente em inúmeras lendas e contos populares que acentuam o seu carácter "matreiro" e antropomórfico. A título de exemplo, podemos citar a seguinte lenda apresentada por Braga (1987: 249) e intitulada *A raposa no galinheiro*:

De uma vez uma raposa apanhou um buraquinho no galinheiro, entrou para dentro fazendo-se muito esguia, e depois que se viu lá, comeu galinhas à farta. Quando foi para sair estava com a barriga muito cheia, e por mais que fez não pôde passar pelo buraco. Viu-se perdida, porque já vinha amanhecendo. Por fim teve uma lembrança: fingiu-se morta. De manhã veio o lavrador e viu-a:

- Cá está ela. E que estrago me fez!

Vai para lhe dar pancadas e matá-la, mas vê-a hirta, com a língua atravessada nos dentes e os olhos envidraçados:

- Poupaste-me o trabalho; morreste arrebetada. Foi bom.

E pegando-lhe pelas pernas atira-a para o meio da horta para a enterrar. A raposa assim que se viu fora do galinheiro, pernas para que te quero! botou a fugir pelos campos fora e fez do rabo bandeira. O lavrador deu a cardada ao dianho, e jurou que nunca mais se fiaria em raposas.

Não obstante, e como tal se afasta um pouco do objectivo do presente estudo, abordaremos muito superficialmente esta questão, cientes de que muitos outros aspectos poderiam ser referidos:

The problematic character and image of the fox in European culture have developed over many centuries in folk-tales, popular lyric traditions and literature (...) According to this image, the fox is a sly, amoral, wily, cowardly and self-seeking creature, but was also viewed as a not unsympathetic rogue that survives by cunning. It was regarded as a pest because it killed poultry and lambs and thus impinged on human livelihoods. Because of the manner of this intrusion into the human world, it was also perceived as crafty, dissimulating, and a ruthless killer. (Marvin, 2000: 190/1).

Apesar de os «milhafres» terem sido mencionados como potenciais predadores de galinhas, os maiores conflitos protagonizados pelas **aves de rapina** parecem ser, numa óptica local, com os caçadores, o que é, aliás, coincidente com outros estudos. Como Galvão *et al.* (1943-1945: 139) referem: «são, em grande número, destruidoras de caça e, por consequência, animais nocivos que os caçadores e as leis de protecção às espécies com valor económico perseguem», sendo ainda hoje «vistas como competidoras vorazes que destroem e não permitem o desenvolvimento dos efectivos populacionais de espécies cinegéticas» (Brandão e Cruz, 2005). Como explicação do carácter nocivo atribuído às aves de rapina, Bugalho (1970: 14) refere o seguinte:

Nocivos, porquê? Porque para viver necessitam das presas que o Homem deseja só para si. Daqui resultou uma luta tão feroz como injustificada que, nalgumas regiões da terra, levou à destruição completa ou parcial de valiosos predadores, entre os quais várias aves de rapina. Desde o princípio deste século foram os caçadores os principais responsáveis pelas campanhas de destruição de tais aves, por todos os meios, desde as armadilhas até às armas de fogo, porque as encararam apenas como consumidores de caça e criação, ou seja, suas concorrentes.

Contudo, e apesar de incluírem, de facto, espécies cinegéticas na sua alimentação, «estas representam, em geral, uma pequena percentagem do total da sua dieta onde paralelamente se podem encontrar insectos vários, répteis, aves e mamíferos, quantas vezes prejudiciais à caça» (*Ibidem*). Como Sacarrão (1980: 121) refere:

Os prejuízos que [os rapináceos diurnos] causam na caça são muitas vezes exagerados, e um conhecimento científico da alimentação e dos seus hábitos permitiu concluir pela utilidade destas aves na sua função, por exemplo, de travão à multiplicação de outras espécies (insectos e ratos, por exemplo) que, quando abundantes, se tornam francamente nocivas. A destruição indiscriminada dos rapináceos, como se pratica ainda entre nós, atinge, naturalmente, sem

distinção, todas as espécies, constituindo além do mais um sério perigo para aquelas que se encontram já gravemente ameaçadas.

Aliás, num estudo baseado nos conflitos entre o controlo de predadores e a conservação de aves de rapina na Europa no contexto das interações predador-presa, Valkama *et al.* (2004: 193) concluem, através da comparação das dietas de 52 espécies de aves de rapina europeias, que «20 preyed on small game (lagomorphs and gamebirds), but there was much variation among species, and also between areas within the range of any given species. (...) A high percentage of gamebirds in the diet of a predator does not necessarily mean that this predator will have a negative impact on gamebird population densities.»

Um segundo tipo de conflitos, desta vez com os **herbívoros**, diz respeito à destruição das colheitas (*crop raiding*) (Sillero-Zubiri *et al.*, 2007), sendo este um dos tipos de conflito mais comuns (Schley e Roper, 2003: 43). Na área de estudo, os resultados sugerem a existência de dois grupos problemáticos de «lápares devastadores das culturas» (Guerra, 1955: 1): os ungulados selvagens (javali) e algumas aves granívoras⁵³ (os «pássaros», segundo a terminologia local). Destacam-se, não obstante, os primeiros, «pouco apreciado(s) pelos agricultores» (Castro, 2001: 68), sendo que «wherever it occurs, the wild pig or wild boar is a serious crop pest. Human conflict with wild pigs is found throughout the world.» (Knight, 2006: 51). No caso concreto da nossa área de estudo, o maior prejuízo causado por esta espécie omnívora parece ser, segundo grande parte dos informantes, a destruição dos campos de milho (*Zea mays*), sobretudo na altura do Verão, o que coincide, aliás, não só com os resultados de um estudo levado a cabo na área do PNSE (Castro, 2001), como também com o que se passa noutras áreas (ex.: Schley e Roper, 2003; Galhano-Alves, 2004; Massei e Genov, 2004). Schley e Roper (2003: 52) destacam, porém, que «in consuming crops, wild boars also trample them, and this may constitute the more important source of crop loss», para o que contribui ainda o seu grande porte e as suas elevadas taxas reprodutivas, podendo aumentar anualmente o tamanho populacional em mais de 150% (Massei e Genov, 2004: 137). Como Abrantes (1993: 123/4) refere: «os estragos provocados na agricultura são bastante avultados, porque, ao passarem, é mais o que estragam do que o que comem», ou, segundo muitos dos inquiridos, «*focinham tudo!*» À semelhança do lobo, estão previstas na legislação portuguesa formas de minimizar, de certa forma, os conflitos. Por um lado, «o Estado, através da Direcção Geral dos Recursos Florestais⁵⁴, é obrigado a indemnizar os danos causados pelas espécies cinegéticas nas florestas, na agricultura e na pecuária, desde que

⁵³ Apesar de não termos considerado nenhum exemplar, constatou-se que muitos dos informantes considerava que o corvo (e, nalguns casos, o grifo) era um "pássaro", recaindo nesta categoria.

⁵⁴ Actual Autoridade Florestal Nacional (AFN).

não tenha autorizado medidas de correcção ou efectuado directamente as mesmas» e desde que «as culturas ou plantações prejudicadas (...) [estejam] devidamente licenciadas» (nº 1 e 3, respectivamente, do artigo 115º do Decreto-Lei nº 202/2004, de 18 de Abril, com redacção do Decreto-Lei nº 201/2005, de 24 de Novembro). Por outro lado, «podem ser concedidas durante todo o ano (...) credenciais para a realização de esperas de modo a prevenir ou minimizar os prejuízos causados» (Castro, 2001: 16), de acordo com o artigo 113º do Decreto-Lei nº 202/2004, de 18 de Abril, com redacção do Decreto-Lei nº 201/2005, de 24 de Novembro (Fig. 21). Esta última medida foi a única referida pelos inquiridos.

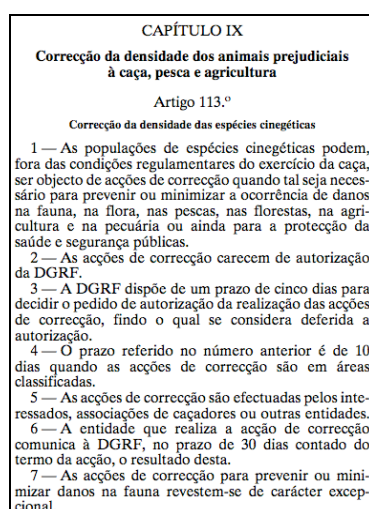


Fig. 21: Decreto-Lei nº 201/2005, de 24 de Novembro.

À primeira vista, o facto de tanto os mamíferos carnívoros como as aves de rapina e o javali serem considerados animais *maus* parece assentar meramente em parâmetros utilitários. Não obstante, Knight (2000, 2006) salienta a necessidade de olhar para a componente simbólica que medeia, no seu entender, grande parte da experiência humana da natureza, incluindo os animais selvagens (Knight, 2000: 13). Apesar de o utilitarismo ser um importante sustentáculo das percepções faunísticas, na sua óptica estas não podem ser reduzidas a um simples «cálculo utilitário» (*Ibidem*), uma vez que «in its materialistic concern with the function of animals as a source of food and other products for human beings, utilitarianism is unable to account fully for the complexity of human-animal relations» (Knight, 2006: 14). Tanto no caso dos predadores, como no caso das espécies tidas como destruidoras das culturas agrícolas (*crop raiders*), Knight (2000: 15), relembrando os modelos estruturalistas do simbolismo animal (mais concretamente, o conceito estruturalista de *animais anómalos*⁵⁵), define o seu comportamento como «perceived spatial boundary-crossing behaviours». Sem nos determos demasiado sobre esta questão que se afasta em larga escala dos nossos objectivos mas que simultaneamente fornece novas pistas de

⁵⁵ De acordo com Douglas (2008: 47): «an anomaly is an element which does not fit a given set or series.»

análise, é interessante referir que, nesta óptica, e concretamente em relação aos *crop raiders*, estes ultrapassam simbolicamente fronteiras espaciais bem definidas, nomeadamente «the borderline between nature and culture [that] marks a perceived division of spatial content in our senses of place. An elephant in the forest does not cause any conflict but an elephant in the field may launch a conflict» (Johansson, 2008: 13). À semelhança do exemplo oferecido por Knight (2000: 15) acerca dos roedores no Reino Unido, os *crop raiders* acabam por ser «beasts of the field which invade the human domain of the house», ou, retomando um conceito de Mary Douglas (2008), animais *out of place*. Com base neste pressuposto, Johansson (2008: 51) refere o seguinte:

(...) wild animals which cross the borderline between nature and culture or the domesticated and the wild enter into space controlled by humans and temporarily break up the order, norms and structures of that space. A wild animal *out of place* suddenly becomes an object in the landscape which does not match with local inhabitants' perception of that place and a conflict arises. (...) the inhabitants whose domesticated space the wild animals enter may regard an animal out of place as an object which can metaphorically be similar to dirt, as mentioned by Douglas (...), which must be removed in order to restore the order of that place.

Apesar de extremamente interessante, esta é, contudo, apenas uma abordagem possível, sendo importante ter presente que, apesar de nalguns casos existirem de facto barreiras físicas (como vedações), estas fronteiras são eminentemente cognitivas e, acima de tudo, construções culturais baseadas no dualismo natureza/cultura que, como vimos no capítulo introdutório, estruturam as percepções ditas ocidentais. Não obstante, e hoje mais do que nunca, tal dualismo acaba por perder algum sentido porque praticamente não existem áreas ditas naturais que não tenham sido intervencionadas pelo próprio ser humano, seja directa ou indirectamente.

Um outro aspecto do simbolismo negativo associado aos "animais maus" consiste, segundo Knight (2000: 15), no seguinte: «Whether 'anomalous' or not, wildlife pests are frequently the object of negative symbolism and liable to be attributed an immoral character». No caso concreto das espécies tidas em consideração no presente estudo, tal é evidente no caso dos predadores de aves de capoeira: «*A raposa e o janeto são ladrões, vão às galinhas!*». Todos estes aspectos poderão estar, em suma, na base da consideração supra-citada de Arluke e Sanders (1996: 170) acerca das ameaças reais e simbólicas que os "animais maus" constituem, já que «there may be a symbolic rather than simply a utilitarian basis to such negative representations» (Knight, 2006: 15):

Wild boars, monkeys, and bears feed on human crops and adversely affect human livelihoods, but in their forays into villages they also breach important human boundaries. When wild animals

from the forest invade farms, graveyards, and houses in the village, they threaten the spatial order of remote rural areas. (*Idem*: 237/8)⁵⁶

Que impactos poderão ter todas estas percepções sociais da fauna a nível da possível reintrodução das três espécies em torno da qual gravita o presente estudo? Dada a prevalência do critério utilitário/simbólico, e uma vez que as três espécies poderão recair, na óptica local, no conceito de "animais maus" com os quais poderão surgir conflitos, importa ter em conta todas estas questões para avaliar os impactos desses conflitos (e o que lhes subjaz) não só a nível da extinção/não nidificação das espécies, mas também, e sobretudo, a nível da possível implicação na reintrodução. É importante salientar, neste contexto, que o envenenamento e a perseguição constituem das principais ameaças à conservação das três espécies (Almeida *et al.*, 2006; ICN, 2006 a, 2006b), directamente no caso da águia-real e do lobo-ibérico, tidas como espécies *nocivas*, como vimos, e indirectamente no caso do grifo: «a utilização de iscos envenenados para eliminar predadores de espécies pecuárias (como por exemplo a raposa e lobo), é o principal factor de ameaça pelo facto de o grifo ser uma espécie gregária e muito dependente da disponibilidade de cadáveres» (ICN, 2006a). Curiosamente, tal aspecto foi apenas considerado pelos inquiridos para a águia-real.

4.3. *Do we want them back?*⁵⁷

4.3.1. Grifo

Como vimos, as opiniões relativamente à possível reintrodução do grifo parecem ser positivas, como aliás se verifica num estudo semelhante levado a cabo na Roménia (Mertens *et al.*, 2005), estudo esse onde, porém, se verifica uma percentagem muito inferior de opiniões negativas em comparação com a percentagem obtida no presente estudo. Não obstante, mais importante do que esses dois pólos (positivo e negativo, respectivamente) parecem ser as opiniões dependentes dos prejuízos que causariam caso fossem reintroduzidos, assentes essencialmente no elevado grau de desconhecimento do grifo por parte da grande maioria dos inquiridos.

Neste contexto, é importante ter em consideração dois aspectos. Em primeiro lugar, e relembando o que já aqui foi referido relativamente não só ao peso do utilitarismo nas

⁵⁶ Importa referir que Knight (2006) se foca essencialmente no contexto nipónico, um pouco distinto do contexto europeu. O autor atribui essas diferenças essencialmente à dieta alimentar e ao próprio peso da agricultura em ambas as culturas. No primeiro contexto, evidencia-se uma dieta essencialmente à base de grãos, complementada com peixe e vegetais, tendendo os animais domésticos a ocupar historicamente um lugar minoritário na agricultura nipónica. Pelo contrário, no segundo contexto, onde predomina uma forte tradição agro-pecuária, a dieta é essencialmente à base de carne e laticínios (*Idem*: 8).

⁵⁷ Expressão retirada de Breitenmoser (1998: 283).

percepções sociais e relações entre humanos e não-humanos, mas também relativamente à forte conexão, na óptica local, entre os hábitos alimentares e os possíveis prejuízos causados, importa ter em consideração precisamente esse carácter utilitário (e simbólico) e o próprio desconhecimento dos hábitos alimentares da espécie por parte da grande maioria (relembremos que apenas 18 dos 116 inquiridos afirmaram correctamente que se tratava de uma espécie necrófaga). Em segundo lugar, as opiniões parecem estar, de certa forma, relacionadas com o próprio grau de conhecimento das espécies, à semelhança do que se verificou noutros estudos (ex.: Mertens *et al.*, 2005). O mesmo se pode aplicar às respostas negativas, visto que nos deparámos com uma situação semelhante, embora em menor magnitude, à referida por Mertens *et al.* (2005) relativamente à dificuldade de distinção entre os abutres e as restantes aves de rapina diurnas.

Verifica-se, assim, que neste caso concreto a viabilidade da reintrodução a nível das opiniões locais é bastante favorável. Não obstante, e citando Mertens *et al.* (2005):

[It] is strongly recommendable that whatever steps are done for reintroducing vultures (...), the attitudes of the local inhabitants are constantly monitored, that an in-depth information campaign about vultures and other raptors is made and that the local communities are permanently informed about the steps that are being taken.

4.3.2. Águia-real

O facto de não terem existido até à data estudos específicos acerca da componente social de uma reintrodução de águia-real não nos permite estabelecer qualquer paralelismo com os dados obtidos. Não obstante, os resultados vão ao encontro daquilo que já aqui referimos acerca das percepções sociais e dos conflitos estabelecidos entre humanos e não-humanos. Sendo a águia-real uma ave de rapina e sendo aqui tida como uma *águia* como tantas outras, pode ser enquadrada, assim, no conceito de "maus animais". Curiosamente, as opiniões negativistas relativamente a uma possível reintrodução são inferiores às opiniões positivas que aqui se evidenciam. Apesar de terem sido referidos os prejuízos que as aves de rapina tendem a causar e que estão na base dos conflitos com as populações humanas locais, as questões estéticas e ecológicas tendem a prevalecer, curiosamente, e, no caso das primeiras, parecem não coincidir com as questões utilitárias, neste caso específico.

Não obstante o facto de à primeira vista a opinião geral parecer favorável, importa ter em consideração os potenciais conflitos que poderão emergir com alguns sub-grupos aquando de uma possível reintrodução. Tal acontece, como vimos, por ser uma ave eminentemente carnívora (como, aliás, foi referido correctamente pela maioria dos inquiridos) que acaba por competir

directamente com os caçadores por recursos alimentares, nomeadamente lagomorfos e aves cinegéticas (*gamebirds*). Contudo, a verdade é que a sua presença numa área de caça pode ser benéfica uma vez que, ao ser provavelmente a única ave de rapina europeia a incluir na sua dieta uma percentagem de outros predadores cinegéticos, mata ou afasta outras espécies de predadores, podendo reduzir a pressão de predação sobre as espécies cinegéticas (Valkama *et al.*, 2004: 184), o que nos conduz ao possível valor ecológico da espécie:

Os cientistas provaram há muito (...) ser o prejuízo provocado no capital cinegético por uma ave de rapina ao apresar peças de caça sãs, muito menor que, os benefícios resultantes da sua presença. Além de uma função imprescindível na cadeia alimentar, os rapaces comportam-se ainda como verdadeiros *saneadores*, visto que eliminam sobretudo os indivíduos doentes ou enfraquecidos evitando a propagação de doenças, e ainda o de *seleccionadores*, porque destruindo os indivíduos débeis contribuem para a melhoria das populações por eles controladas. (Bugalho, 1970: 14)

Importa, antes de mais, encontrar possíveis soluções para potenciais conflitos emergentes para garantir não só a sobrevivência das espécies, mas também a ausência de danos causados que se poderão traduzir em conflitos, conflitos esses que, aliás, estão na base da perseguição directa que é tida como uma das principais ameaças à sobrevivência desta espécie.

4.3.3. Lobo-ibérico

Das três espécies, as opiniões relativamente à possível reintrodução do lobo-ibérico parecem ser as mais unânimes, negativas e controversas, sobretudo devido ao facto de esta espécie ser um «elemento importante da cultura rural [desde a] Idade Média» (Álvares, 2006: 6), carregada de simbolismo eminentemente negativo.

Antes de analisarmos tais aspectos em profundidade, convém salientar que o lobo é a única espécie que parece ser conhecida por todos e, apesar de a sua extinção da área ter sido referida pela grande maioria, alguns inquiridos referiram que ainda existe no PNSE. Para além disso, muitos dos inquiridos mencionaram até tentativas de reintrodução por parte dos Serviços Florestais, como aliás é referido por Abrantes (1993: 130). Tal está em conformidade, precisamente, com o *mito moderno* com que Espírito-Santo (2007: 228) se deparou no decorrer do seu estudo acerca das dimensões humanas da conservação lupina nos distritos de Castelo Branco, Guarda, Viseu e Aveiro, apesar de no nosso caso concreto parecer existir algum consenso relativamente aos que são tidos responsáveis pela reintrodução:

Today, a new myth concerning the release of captive wolves into the wild has been causing anger among various sectors of the population. (...) No one seems to agree on who is responsible for such

"reintroductions". It seems that each one believes in what is most convenient. In Portugal, such reintroductions have never happened, but nobody shows any willingness to accept the correct information.

Apesar de muitos dos inquiridos não terem precisado uma data para a extinção do lobo no PNSE, entre os que o fizeram destaca-se um período entre duas décadas, a década de 1980 e 1990, o que corresponde às estimativas apontadas por certos estudos científicos (Cândido, 1997: 14; Cândido e Petrucci-Fonseca, 2000: 214; ICN, 2001: 53; Pires, 2003; A. Costa, *comunicação pessoal*; J. Coimbra, *comunicação pessoal*). Em termos de causas de extinção, estudos sobre a situação do lobo na zona da Serra da Estrela (Cândido, 1997; Cândido e Petrucci-Fonseca, 2000) apontam sobretudo a drástica redução no efectivo pecuário e a perturbação humana, cuja manifestação «mais directa, e talvez a mais gravosa, será a perseguição com vista à eliminação dos indivíduos» (Cândido, 1997: 19). Não obstante, essa não é, a nível local, a causa mais apontada, tendo sido a menos referida pelos inquiridos. Pelo contrário, crê-se que o javali foi o responsável pelo desaparecimento do lobo da região, tendo uma tal crença sido mencionada noutros estudos (ICN, 2001). Apesar de alguns inquiridos terem demonstrado, à semelhança do referido por Galhano-Alves (1999, 2004), uma «visão invertida das cadeias tróficas (...) [acreditando] que o javali, e não o lobo, ocupa o topo da cadeia alimentar» (Galhano-Alves, 2004: 226), aquilo que se parece destacar neste caso concreto é uma relação de causa/efeito: o desaparecimento do lobo coincidiu, na óptica local, com o incremento do javali que, segundo foi referido por muitos dos inquiridos, foi introduzido recentemente na área de estudo. Acerca desta última constatação não se encontraram evidências concretas (excepto, talvez, uma breve referência por Abrantes, 1993), até porque o javali aparece mencionado algumas vezes como existindo na zona já antes da década de 1980 (ex.: Wachsmann, 1949: 72; Guerrinha, 1983: 42; Selecções do Reader's Digest, 1982: 182), altura em que, como vimos, o lobo parece ter desaparecido, de facto, do PNSE. Não obstante, a verdade é que, subjacente a esta relação de causa/efeito, poderá estar o conhecimento empírico de que, de facto, o número de javalis parece ter incrementado ao mesmo tempo que o número de lobos diminuiu e, assim, é atribuída a responsabilidade ao javali. Não obstante, aquilo que parece ter acontecido é precisamente o contrário: a ausência do lobo, seu predador, poderá ter conduzido ao incremento do número de javalis, a par de outros factores, como o declínio populacional no espaço rural ou as alterações já aqui mencionadas nas práticas agrícolas (Meriggi e Lovari, 1996: 1562; Massei e Genov, 2004: 135). Segundo Knight (2006: 235/6):

As a result of agricultural contraction, there is an increase in fallowlands and wild vegetation. With the withdrawal of an agrarian human presence, the regime of human disturbances of plant growth is arrested and natural succession resumes. Within decades, farmland and grassland give way to

secondary forest and its fauna. In this way, the decline in the human population of remote areas comes to be associated with an increase in the populations of wild mammals. (...) [H]uman space gives way to wild space (...).

As outras duas causas apontadas pelos inquiridos (não só o aumento dos fogos e o consequente decréscimo da «*floresta*», mas também a falta de alimentos) coincidem com as principais ameaças com que esta espécie se tem de deparar (Alves *et al.*, 2006; ICN, 2006b). Contudo, convém ter em atenção que a falta de alimentos referida pelos inquiridos diz respeito ao gado ovino e caprino e não às presas naturais, apesar de tal demonstrar um certo conhecimento dos hábitos alimentares da espécie. Ao contrário das outras duas espécies, os hábitos alimentares do lobo parecem ser os mais conhecidos (cerca de 80% afirmou tratar-se de uma espécie carnívora), sendo que este maior conhecimento da espécie parece condicionar as opiniões relativamente à reintrodução, demonstrando a ténue fronteira entre conhecimento e opiniões/atitude. Neste caso concreto, um maior conhecimento tende a corresponder a atitudes mais negativas, como aliás é mencionado noutro estudo (Ericsson e Heberlein, 2003: 154).

No que respeita às opiniões propriamente ditas relativamente a uma possível reintrodução, estas são, como já aqui foi mencionado, eminentemente negativas, assentando meramente em questões utilitárias e simbólicas que tornam esta espécie um bom exemplo daquilo que já aqui foi referido acerca dos "maus animais". As questões utilitárias apontadas dizem eminentemente respeito aos dois tipos de «manifestações culturais da relação do homem rural com o lobo» referidas por Álvares (2006: 6): «as que resultam da figura do lobo como uma ameaça real (...) [e] as que resultam da figura do lobo como ser mítico e sobrenatural» (*Ibidem*), estando estas últimas relacionadas com crenças negativas. Quanto às primeiras, é importante referir que, segundo Petrucci-Fonseca (1990: 330), «os aspectos que mais marcam a relação Homem-lobo são o pavor dos ataques do canídeo aos seres humanos e os prejuízos causados nos animais domésticos», tendo estes últimos sido os mais referidos pelos inquiridos enquanto justificação para a não reintrodução do lobo. São, aliás, muito frequentes referências espalhadas na bibliografia aos prejuízos na área de estudo causados no gado ovino e caprino por parte do lobo, onde este é tido como «nocivo» (Machado, 1980: 127), «fera» (Vasconcelos, 1936: 124), «temível carnívoro» (Sacarrão, 1980: 154), «animal lento, manhoso e covarde» (Wachsmann, 1949: 30), «inimigo a abater» (Abrantes, 1993: 123), «faminto ou traíçoeiro» (Sombrio, 1948), «o maior flagelo do homem da montanha» (Anjos, 1947), entre outros. Para além disso, abundam ainda referências ao papel preponderante do cão na defesa dos rebanhos (ex.: Martinho, 1978; Simões, 1979; Martinho, 1980; Guerrinha, 1983; Lisboa, 1997) e à utilização de coleiras «de ferro crivadas de puas» (Guerrinha, 1983: 43), já que «um cão de pastor quer-se bem armado por mor dos

lobos, que não são pra festas» (Lisboa, 1997: 118). Assim, poder-se-á esperar que a reintrodução conduza ao reaparecimento ou aumento destes conflitos (Linnell *et al.*, 1999: 698), até porque foram abandonadas muitas das técnicas de protecção do gado a partir do momento em que o lobo desapareceu (Boitani e Ciucci, 2009: 31). Assim, a prevenção e redução destes conflitos é tido como um dos pré-requisitos para o sucesso da conservação do lobo (Linnell *et al.*, 1999: 698) e para assegurar a coexistência entre humanos e lobos (Boitani e Ciucci, 2009: 37), já que «the amount of damage to livestock caused by wolves influences wolf survival» (Blanco e Cortés, 2009: 63) e pode constituir uma importante barreira social à sua sobrevivência, caso sejam reintroduzidos (*Idem.* 51). Quanto aos ataques aos seres humanos referidos por alguns dos inquiridos e presentes nalguns relatos, «conhecem[-se] muito poucos casos de seres humanos atacados por lobos» (Petrucchi-Fonseca, 1990: 6). Segundo Wilson (2004: 216):

[A] healthy wolf population is unlikely to pose any significant threat to people but the weight of folklore, tradition and anecdote portraying the wolf as dangerous would make winning wide public acceptance for this species difficult.

Contudo, nem todas as opiniões são negativas, apesar de, curiosamente, não ter sido referido por nenhum dos inquiridos o potencial papel da predação lupina enquanto reguladora das populações de javalis (Galhano-Alves, 2004: 225/226) ou, nas palavras de Knight (2006) para o contexto nipónico, um animal benigno e aliado dos agricultores na protecção das culturas agrícolas. Assim, um esclarecimento desta situação junto da população local poderá constituir um importante papel numa melhoria das opiniões relativamente à reintrodução, apesar de ser importante ter em conta que «(...) predation on domestic animals may remain high if livestock is locally abundant, even where large populations of wild prey occur» (Meriggi e Lovari, 1996: 1562).

4.3.4. Opiniões e variáveis sociais

Um último aspecto a ter em consideração diz respeito aos factores sócio-económicos que poderão influenciar as atitudes e opiniões em relação à possível reintrodução, sendo que a consideração destes mesmos factores «may increase the probability of success of recovery efforts (...) and survivorship of a species» (Morzillo *et al.*, 2010: 1300). Segundo estes mesmos autores (*Idem.* 1309): «Some residents never will support recovery, but learning more about the conditions that determine reasons for opposition or uncertainty may prove valuable for conservation planning.»

Reading e Kellert (1993: 571) apontam as características das espécies (em termos filogenéticos, morfológicos, etc.) e os valores que lhes são atribuídos como importantes factores, sendo que, em última instância, tais considerações assentam sobretudo em critérios demográficos e geográficos, no seu entender. Começamos pelos dois primeiros factores que parecem condicionar, de certa forma, as opiniões dos inquiridos neste estudo, sobretudo os valores que são atribuídos às espécies. Assim, e como vimos, as opiniões mais positivas tendem a estar relacionadas com a atribuição de valores ecológicos e utilitários (no sentido positivo do termo) à espécie em causa, como o exemplifica o caso do grifo e da águia-real. Neste último caso concreto, apesar dos conflitos que poderão emergir, como vimos, este aspecto não parece condicionar as opiniões face à possível reintrodução. Pelo contrário, as opiniões mais negativas estão relacionadas com os valores utilitários no sentido negativo do termo, valores esses que estão relacionados, por seu turno, com os prejuízos causados e os conflitos daí resultantes, visível sobretudo no caso do lobo. No que respeita às características das espécies, a taxonomia popular e o consequente posicionamento das espécies em causa na escala socio-zoológica parecem ser determinantes para as opiniões dos inquiridos, estando relacionados com os valores atribuídos às espécies e com os próprios hábitos alimentares.

Quanto aos factores sócio-demográficos que, segundo os autores supra-citados, estão na base das atitudes e opiniões relativamente à reintrodução, os dados sugerem, de facto, a existência de uma certa relação entre alguns factores e as opiniões, destacando-se o género, a idade e a prática de actividades relacionadas com os recursos naturais. Em termos de género, e ao contrário do referido, por exemplo, por Williams *et al.* (2002), as opiniões mais negativas parecem estar do lado das mulheres, pelo menos no caso do grifo e do lobo e, em contrapartida, as opiniões mais positivas tendem a estar do lado dos inquiridos do género masculino. Em termos de idade, não se verifica uma clara relação com as opiniões, apesar de os mesmos autores referirem que as atitudes tendem a ser mais negativas à medida que a idade aumenta, verificando-se tal aspecto, por exemplo, no estudo levado a cabo por Morzillo *et al.* (2010). A prática da agricultura, pecuária, pastorícia e caça parece, por seu turno, influenciar em grande medida as opiniões, podendo tal ser explicado pelos valores atribuídos à espécie. Salvo no caso do grifo, em que a pecuária e a caça não parecem determinar as opiniões, nos outros dois verificou-se uma clara relação, pelo que importa ter em consideração tais sub-grupos, por exemplo, em acções de informação e esclarecimento da população local prévias à possível reintrodução, por forma a minimizar possíveis conflitos e oposições no decorrer da reintrodução.

CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática sobre a qual nos temos vindo a debruçar nas páginas precedentes tende a ocupar um lugar como que marginal não só a nível da conservação, mas também, e sobretudo, a nível da própria história da antropologia. Não obstante, tanto a maior abertura em termos temáticos e interdisciplinares, como a atenção concedida ao aqui e agora que regem a antropologia contemporânea, acabaram por alargar a "fronteira antropológica", chamemos-lhe assim, para outros campos, sendo a conservação da natureza um exemplo disso mesmo.

Um dos contributos mais importantes que a antropologia pode facultar à conservação da natureza consiste, em traços muito gerais, na sua contextualização local (Orlove e Brush, 1996; Knight, 2000), na sua inscrição no eixo da sincronia e da diacronia, tendo sido este o pilar estruturante deste estudo acerca da viabilidade social e das possíveis implicações da reintrodução das três espécies tidas em consideração (águia-real, grifo e lobo-ibérico) no contexto social local. Como Brosius (2006: 683) refere:

In planning for conservation, (...) anthropologists believe it is vital that conservation practitioners understand not only the human impact on the environment but also how that environment is constructed, represented, claimed, and contested.

Tendo por base esta afirmação, é importante fazer aqui uma breve resenha dos principais tópicos abordados até aqui, resenha essa centrada, então, nos impactos antrópicos no ambiente⁵⁸ e na própria construção/representação do ambiente que acabam por os sustentar.

No caso dos primeiros, é sabido que actualmente a acção humana é a maior ameaça, directa e/ou indirecta, à sobrevivência de muitas das espécies que estão actualmente em perigo (Gaston, 2005), sendo as três espécies consideradas para o presente estudo um exemplo disso mesmo. Aqui, foram relacionadas duas das principais ameaças não só com a extinção das espécies da área de estudo, mas também com a sua possível reintrodução: por um lado, o abandono e alterações nas práticas agro-pecuárias tradicionais, e, por outro, a perseguição movida pelo ser humano. No que respeita às práticas agro-pecuárias tradicionais, extremamente importantes para as espécies em causa devido aos impactos a nível da disponibilidade alimentar, constatou-se nas páginas precedentes que, devido a diversos factores, o contexto social local/regional tem sofrido ao longo dos tempos um processo de forte mudança social, um pouco à semelhança do que aconteceu um pouco por todo o interior do país. Destacam-se, neste contexto, o decréscimo e envelhecimento populacional, resultantes da emigração massiva desde cerca dos anos 1960, bem

⁵⁸ Por ambiente entenda-se «aquilo que rodeia» (Ingold, 1997)

como a diminuição do peso do sector primário na economia local. Tal foi, aliás, sugerido pelos dados recolhidos, onde a agricultura e a pastorícia, outrora preponderantes na economia regional, acabam por desempenhar um papel diminuto, sendo essencialmente uma actividade económica acessória e a pequena escala. Assim, e dada a centralidade destas práticas para as espécies tidas em consideração, tal panorama acaba por comprometer a própria reintrodução, até porque, segundo a grande maioria dos inquiridos, o futuro da agro-pastorícia avizinha-se extremamente negativo, a menos que sejam tomadas algumas medidas que contrariem tal tendência. Apesar de não terem sido discutidas com as entidades competentes, no decurso do presente estudo, possíveis medidas e soluções, uma vez que tal se afasta dos objectivos que lhe subjazem, poderia ser interessante deixar para discussão posterior alguns tópicos, nomeadamente relacionados com dois aspectos. Por um lado, prevenir o abandono das terras (Macdonald *et al.*, 2000), através do desenvolvimento, a título de exemplo, de medidas atractivas conducentes a uma possível fixação, tais como a valorização dos produtos locais enquanto produtos turísticos ou uma melhor aplicação dos apoios comunitários junto dos agricultores locais, aplicação essa tida localmente, como já aqui foi referido, como uma das principais causas do enfraquecimento económico da agricultura e sobretudo da pastorícia. Por outro lado, eventuais medidas poderão passar também por revitalizar o sector primário, desenvolver medidas para gerir a terra abandonada (Macdonald *et al.*, 2000: 65) ou desenvolver políticas agro-ambientais preventivas (Moreira e Russo, 2007: 1471), já que:

A manutenção da agricultura extensiva tradicional permite conservar não só o mosaico paisagístico mas também garantir a manutenção de habitats que suportam importantes comunidades faunísticas. (...) Algumas importantes espécies, nomeadamente super predadores, podem considerar-se de ocorrência extremamente irregular, carecendo de um aumento da disponibilidade de presas naturais. Este acréscimo de presas será altamente beneficiado pelo incremento da diversidade do meio que advém da manutenção dos processos agrícolas tradicionais. (Alves *et al.*, 2002: 17)

Voltando à afirmação supra-citada de Brosius, a questão das percepções/representações sociais também mereceu destaque no presente estudo, tendo sustentado em grande medida a avaliação aqui feita acerca da viabilidade social da possível reintrodução. Em traços muito gerais, verificou-se que a representação ambiental, nomeadamente a representação e percepção social dos elementos faunísticos, é baseada sobretudo em critérios utilitários, estéticos e ecológicos/morfológicos, critérios esses contrastantes com os critérios filogenéticos que regem a taxonomia científica. Os dados sugerem ainda que as percepções sociais são sustentadas, em grande medida, por uma «escala sociozoológica» (Arluke e Sanders, 1996) pautada essencialmente

pelo dualismo bom/mau, o qual pode ser, aliás, extensível a outros dualismos como doméstico/selvagem, não-prejudicial/prejudicial, bonito/feio, respectivamente, conforme foi sugerido pelos resultados obtidos. Aplicando esta escala às três espécies que poderão vir a ser reintroduzidas, é importante ter em consideração que estas recaem, numa óptica local, na categoria "maus animais", sendo tidas como espécies *nocivas*, sobretudo por entrarem em conflito com os interesses das comunidades humanas locais. De facto, e como vimos, tanto o lobo como a águia-real são predadores de animais domésticos (gado ovino e caprino no primeiro caso, aves de capoeira no segundo), sendo que a águia-real é ainda tida como predadora de espécies cinegéticas. Tais conflitos originam uma forte animosidade entre a população local, sendo materializáveis desde tempos remotos no recurso, por exemplo, ao abate ilegal ou ao envenenamento, os quais poderão ter contribuído, aliás, para a extinção local das espécies. Curiosamente, apenas as opiniões relativas à reintrodução do lobo parecem ser desfavoráveis. Ora, uma vez que tais conflitos poderão (re)emergir aquando da possível reintrodução, é importante encontrar algumas medidas preventivas de mitigação dos mesmos, por forma a garantir não só o sucesso da própria reintrodução, mas também a própria "segurança" das comunidades locais. Em termos de medidas sugeridas por outros autores, no caso da águia-real é sugerida, por exemplo, a realização de campanhas «de sensibilização e educação ambiental da população rural relativamente às aves de rapina» e o estabelecimento de «sistemas eficazes de monitorização da população nas áreas problemáticas» (ICN, 2006a). Quanto ao lobo, o exemplo mais referido a nível bibliográfico, tal poderá passar, por um lado, por «assegurar a aplicação, pelo Estado, dos procedimentos administrativos necessários ao pagamento atempado dos prejuízos atribuídos ao lobo, por forma a cumprir as obrigações estipuladas na Lei nº 90/88 de 13 de Agosto – Protecção do Lobo-ibérico» (ICN, 2006b), bem como rever essa mesma lei, já que:

A inexistência de legislação adequada que regule o pagamento de prejuízos causados pelo lobo, contemplando nomeadamente os diferentes sistemas de pastoreio existentes na área de distribuição do lobo, e respectivas medidas de segurança a exigir aos criadores de gado para a atribuição de indemnizações, contribui significativamente para que as populações rurais se sintam lesadas pela conservação do lobo. (...) se por um lado [os requisitos mínimos de segurança dos efectivos pecuários exigidos aos criadores de gado para que sejam indemnizados por prejuízos atribuídos ao lobo] são impossíveis de cumprir em alguns casos, tornando o processo injusto, por outro são ineficazes no que respeita a assegurar uma protecção efectiva dos animais domésticos face a ataques de lobo. (*Ibidem*)

Um outro aspecto diz respeito à implementação de «medidas que minimizem o impacto do lobo sobre a pecuária» (*Ibidem*), sendo os métodos de protecção do gado tidos como «uma forma

eficaz de reduzir os conflitos com os predadores» (Ribeiro, [s.d.]: 1). Entre eles podem ser destacados a utilização de cães de gado para proteger os rebanhos contra os predadores (Ribeiro, [s.d.]; Petrucci-Fonseca *et al.*, 2000; ICN, 2006b) ou a colocação de cercas eléctricas (Ribeiro, [s.d.]; Treves e Karanth, 2003; ICN, 2006b), entre outros. Relativamente à questão dos cães de gado, é ainda importante referir um projecto que tem vindo a ser aplicado desde 1996 pelo Grupo Lobo com o intuito de contribuir para a conservação do lobo: recuperar a utilização das raças nacionais de cães de gado para a protecção dos rebanhos (Grupo Lobo, 2009a), sendo a raça autóctone da área de estudo o Cão da Serra da Estrela, na variante pêlo comprido e curto (Fig. 22).



Fig. 22: Exemplar de Cão da Serra da Estrela, variante pêlo curto.
(Fonte: Grupo Lobo, 2009b)

Aliás, o incentivo à utilização destes cães como meio de defesa dos rebanhos contra os lobos, para além de ser importante já que muitas das técnicas tradicionais de defesa tenderam a ser abandonadas (Boitani e Ciucci, 2009: 31), como consequência do desaparecimento do lobo da área de estudo, poderá dar «novo fôlego à recuperação de raças portuguesas de cães especificamente criados para essa função. O Serra da Estrela perdeu já muito do seu vigor, e poderá perder igualmente muitas das suas qualidades, se não for recuperado o seu uso tradicional» (Cândido, 1997: 37/38). De acordo com Petrucci-Fonseca *et al.* (2000: 137):

O desinteresse pelos cães de gado e em consequência a diminuição do número de exemplares de cada raça terá proporcionado o aparecimento de dois efeitos negativos. Um dos efeitos consiste na miscigenação com outras raças provocando alterações ou perda das características definidas no estalão. Por outro lado o aumento de endocruzamentos, exercido pelos canicultores, favorece o decréscimo da variabilidade genética. A depressão consanguínea constitui uma séria ameaça de extinção para populações com efectivos reduzidos (...), com diversas consequências negativas potenciais, como sejam, menor fecundidade, maior mortalidade e menor crescimento (...)

Muitas outras questões ilustrativas poderiam ter sido aqui mencionadas, mas importa referir que qualquer medida a tomar deverá passar, contudo, por uma discussão com entidades responsáveis, informantes especializados e a população local no geral, não podendo/devendo ser descuradas as próprias especificidades do contexto local.

No que respeita ao grifo, importa sublinhar dois aspectos. Em primeiro lugar, o facto de ser uma espécie necrófaga acaba por tornar esta espécie indirectamente vítima dos conflitos supra-citados relativamente aos predadores, uma vez que poderá ingerir carcaças envenenadas destinadas a esses ou outros predadores. Como exemplo, poderemos referir o seguinte:

O caso de envenenamento mais impressionante de que há registos em Portugal ocorreu em Idanha-a-Nova a 8 de Novembro de 2003. Nesse caso foi colocado veneno em cadáveres de ovelhas, possivelmente para eliminar cães assilvestrados que estariam a atacar rebanhos na região. No entanto, os iscos envenenados foram ingeridos por várias aves necrófagas que existem no local, e o resultado foi a morte de 33 Grifos (*Gyps fulvus*), 3 Abutres-pretos (*Aegypius monachus*) e 3 Milhafres-reais (*Milvus milvus*). (Programa Antídoto-Portugal, 2010).

Em segundo lugar, e apesar deste hábito alimentar característico dos *abutres*, a verdade é que esta espécie e a própria ecologia parecem ser fortemente desconhecidos localmente, pelo que, apesar das opiniões positivas relativamente a uma possível reintrodução, verificaram-se não só opiniões negativas com base sobretudo na confusão com outras espécies de rapinas, como também opiniões neutras, fortemente relacionadas com os próprios prejuízos que eventualmente poderá causar, verificando-se aqui uma estreita conexão entre (des)conhecimento e opiniões. Assim, e apesar de ser importante uma investigação complementar, uma solução poderá passar pela «erradicação do uso de venenos» (ICN, 2006a) ou pelo esclarecimento da população local acerca da própria espécie e da sua ecologia, desmistificando certas concepções locais algo erradas e aumentando, possivelmente, a aceitação local das espécies.

Ainda relativamente à estreita relação entre o (des)conhecimento e as opiniões, importa salientar um outro aspecto, desta vez relacionado com o lobo. Como vimos, a ausência do lobo na área de estudo é atribuída localmente ao javali, o animal tido como o mais prejudicial na área de estudo, a par da raposa, sendo aparentemente desconhecida (ou invertida) a relação de predador-presa entre o lobo e o javali. Ao contrário do que se verifica noutras áreas (geográficas e culturais), como é o caso do Japão (Knight, 2006), o lobo não é aqui percepcionado como potencial regulador da população de javalis, sendo que, segundo Cândido (1997: 35), «havendo disponibilidade de presas silvestres e verdadeiro cuidado com os rebanhos o lobo irá dividir a sua atenção pelos dois tipos de presas reduzindo, ou mesmo anulando, o seu impacto negativo sobre

o gado doméstico.» Tal questão, quando explicitada junto da população local, poderá quicê diminuir de certa forma o negativismo das opiniões, já que:

If the attitude of local people is unfavourable an education and interpretive programme emphasizing the benefits to them of the re-introduction, or other inducement, should be used to improve their attitude before re-introduction takes place. (IUCN, 1987: 8)

Para além disso, os programas de educação e sensibilização das comunidades locais poderão ainda contribuir para a mitigação já aqui referida dos conflitos, uma vez que, segundo Gaywood *et al.* (2008: 390): «If a reintroduction project is to succeed, it must take account of the views of local people, and address concerns and opportunities in the planning and operation of the project.» Aliás, tanto aquando de opiniões mais positivas (aqui, no caso do grifo e águia-real), como também, e sobretudo, aquando de opiniões mais negativas (o caso do lobo), é muitas vezes sugerido o desenvolvimento de tais programas com base precisamente num estudo prévio das percepções e conhecimento da fauna, por forma a garantir um apoio local a longo prazo (IUCN, 1987; Reading *et al.*, 1991; IUCN, 1998; Zink e Frey, 2008), sendo aquilo que Reading *et al.* (1991: 3) definem como «public relations campaigns» tidas como a melhor ferramenta para melhorar a aceitação das espécies (Zink e Frey, 2008: 144).

Para concluir, resta abordar os contributos deste estudo pioneiro em contexto nacional a três níveis: ao nível prático, ao nível da antropologia e ao nível da própria conservação da natureza no geral. Começando pelo nível prático, relativo ao contributo do presente estudo para o próprio projecto de possível reintrodução das três espécies no PNSE, podemos considerar que se reveste de um carácter importante como base para futuros projectos prévios à própria reintrodução, tanto na área das ciências naturais, como na área das ciências sociais, por forma a verificar a viabilidade da mesma a um nível global. No primeiro caso, é importante desenvolver, conforme preconizado nas directrizes da IUCN (1998: 7-9), projectos de cariz biológico/ecológico, tais como estudos da viabilidade a nível do habitat e da própria população a reintroduzir, estudos sobre o estatuto e biologia das espécies em estado selvagem para determinar as suas necessidades e requisitos, determinar e avaliar o local de reintrodução, entre outros. No caso das ciências sociais, e em particular da antropologia, poderá ser interessante aprofundar certos aspectos, tais como os seguintes, de forma alguma exaustivos:

- Estudos mais aprofundados e centrados eminentemente nos impactos da possível reintrodução a nível dos diferentes sub-grupos (como agricultores, pastores, caçadores), bem como as respectivas percepções e opiniões;

- O alargamento do Universo de estudo a outras áreas do PNSE, bem como áreas circunvizinhas, podendo ser até interessante aceder às diferenças perceptivas entre residentes em freguesias rurais, semi-urbanas e urbanas, como foi levado a cabo noutros estudos (ex.: Reading e Kellert, 1993; Espírito-Santo, 2007);

- Alargar o Universo a pessoas com menos de 15 anos, nomeadamente em contexto escolar, por forma a aceder aos respectivos conhecimentos e atitudes face às espécies e, a partir daí, desenvolver projectos adequados de educação ambiental que permitam facilitar a coexistência futura das mesmas com as espécies, caso estas sejam reintroduzidas;

- Aceder aos discursos e às perspectivas dos conservacionistas, chamemos-lhes assim, que nalguns estudos são apontadas como opostos aos das comunidades locais, baseados no *ecocentrismo* e *romantismo* (Einarsson, 2004). Dado que, caso esta medida de conservação seja concretizada a longo termo, estas divergências em termos de percepções e interesses de diferentes actores poderá dar origem a conflitos sociais, seria importante ter em conta não só as perspectivas das comunidades locais, como também de quem as irá aplicar directamente e, a partir do confronto e discussão entre ambas, integrar ambas em busca de possíveis soluções e possíveis cedências de cada parte. Neste caso concreto, o antropólogo poderá desempenhar ainda um papel importante enquanto mediador (Orlove e Brush, 1996);

- Etc.

Convém, no entanto, não descurar o facto de que, caso estes estudos prévios revelem a viabilidade da reintrodução, as directrizes supra-citadas (IUCN, 1998) preconizam ainda o desenvolvimento de estudos durante e posteriores à possível reintrodução, sendo ainda importante ter presente que o planeamento da mesma deve incluir a participação das comunidades locais.

No que respeita ao segundo nível previamente referido, ou seja, o contributo deste estudo para a própria antropologia contemporânea, podemos salientar que, para além de ter beneficiado do carácter aberto e diversificado que a caracterizam, pode ele próprio ser tido como um pequeno contributo para acentuar essa mesma diversificação disciplinar e a importância da antropologia em diversas áreas mais aplicáveis, chamemos-lhes assim. Paralelamente, a antropologia pode reclamar para si um lugar próprio dentro dessas mesmas áreas aplicáveis, nomeadamente a conservação da natureza, onde tem ocupado um lugar quase inexistente, pelo menos a nível nacional.

Finalmente, e no que respeita ao terceiro e último nível, ou seja, o da própria conservação da natureza, este estudo ilustra (ou pelo menos pretende ilustrar) a fronteira extremamente ténue

que se estabelece entre a antropologia (ou as próprias ciências sociais no geral) e outras áreas disciplinares directamente ligadas à conservação e gestão faunísticas, bem como a importância dos estudos interdisciplinares nesta área. Segundo Mascia (2006):

Conservation social scientists can make particularly critical contributions to conservation policy and practice in three areas. First, *where* should the conservation community focus its efforts? Conservation biologists obviously have done tremendous work to determine the distribution and abundance of rare and threatened species and ecosystems; conservation social scientists can enhance these efforts (...). Second, *how* should the conservation community design and implement its conservation interventions? A diverse array of conservation strategies exist, but conservation social scientists can help to identify what strategies will work best in a given context, help make existing strategies more effective (...), and identify and develop novel, complementary strategies (...). The third broad area where conservation social science can contribute is to help answer the question, "*What are the impacts* of our conservation interventions?" Documenting and rigorously evaluating the social and biological impacts (positive and negative) of our conservation interventions can help the conservation community learn from experience, replicate success, and initiate the science-based reforms necessary for socially and ecologically sustainable biodiversity conservation.

Contudo, e apesar de este estudo poder ser tido como um passo na afirmação não só do papel da antropologia e das ciências sociais no geral, mas também da interdisciplinaridade nesta área, persistem ainda algumas barreiras à sua integração, as quais poderão justificar, de certa forma, os escassos estudos desenvolvidos nesta área. Neste contexto, são muitas vezes apontadas algumas soluções para ultrapassar tais barreiras, como é o caso da procura de «novas linguagens» (Brosius, 2006: 685), da definição de interesses e problemáticas comuns, da construção de discursos e práticas em conjunto (Büscher e Wolmer, 2007: 11/12) ou ainda «(...) "business as usual" for social scientists - critiquing without providing solutions - cannot persist, while conservationists cannot go back to isolationism (...)» (Büscher e Wolmer, 2007: 8), entre outros. Em específico, Brosius (2006: 685) considera o seguinte:

Rather than standing on the outside, we [anthropologists] need to work with conservation practitioners and offer our analyses in ways that subject our own critiques to examination. (...) Anthropologists and conservation biologists alike would also do well to remember that, whatever issues divide them, both have one important thing in common: (...) we are both committed to standing against the forces that are producing a more homogenous world.

Servindo como um mero exemplo, através deste estudo pretendeu-se demonstrar a importância de um diálogo comum, de uma colaboração e de um posicionamento exterior a

fronteiras disciplinares estanques e institucionalizadas (como a fronteira entre a antropologia e as próprias ciências ambientais), por forma a atingir um objectivo comum, apesar de eventuais diferenças estruturais: a conservação da natureza e um desenvolvimento que se quer sustentável. Como William Blake (1757-1827) um dia referiu, apesar de ter sido noutro contexto: «Great things are done when men and mountains meet!»

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANTES, L. (1993). *A vila de Folgoso - na história, na etnografia, na actualidade*. Folgoso: L. Abrantes.
- ABRANTES, L. (1995). *Linhares: antiga e nobre vila da Beira, museu de arte da Serra da Estrela: monografia de arte, história e etnografia*. Folgoso: L. Abrantes.
- ABU-LUGHOD, L. (1991). Writing against culture. In R. Fox (ed.), *Recapturing Anthropology. Working in the present* (pp. 137-162). Santa Fe: School of American Research Press.
- AFRICAN WILDLIFE FOUNDATION (2010). *Genet*. [Online] Disponível em <http://www.awf.org/content/wildlife/detail/genet> (acedido em Agosto de 2010).
- ALMEIDA, P. R.; ALMEIDA, J.; ALMEIDA, N. F.; CABRAL, M. J.; DELLINGER, T.; OLIVEIRA, M. E.; PALMEIRIM, J.; QUEIROZ, A. J.; ROGADO, L. e SANTOS-REIS, M. (eds.) (2006). *Livro vermelho dos vertebrados de Portugal*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- ÁLVARES, F. (2006). Espécies emblemáticas & desenvolvimento rural: o potencial do lobo-ibérico e da sua identidade na cultura popular. *Jornadas de debate sobre biodiversidade e mundo rural: perspectivas e estratégias de conservação da fauna selvagem*. Porto: ALDEIA/NEBUP.
- ALVES, A. L.; SEQUEIRA, H. e TOMÁS, L. (eds.) (2002). *Plano zonal agro-ambiental do Parque Natural da Serra da Estrela*. [S.l.]: DGDR e ICNB.
- AMARAL, A. M. (1970). Os pastores da Serra da Estrela. Etnografia, foro, privilégios, transumância. Separata da revista *Beira Alta*. Viseu: [s.n.]
- ANJOS, A. (1947, 11 de Maio). Lobos! *Notícias de Gouveia*, nº 1482.
- ANJOS, A. (1951, 25 de Fevereiro). Os Lobos. *Notícias de Gouveia*, nº 1671.
- ANÓNIMO (1963, 3 de Fevereiro). Problemas da vida rural. *Notícias de Gouveia*, 2256: pp. 1.
- ANÓNIMO (1963, 26 de Maio). Histórias de raposas. *Notícias de Gouveia*, nº 2271: pp. 2.
- APGVN (2010). *Lontras regressaram ao rio Febros, junto ao Parque Biológico de Gaia* [Online] Disponível em: <http://apgvn.blogspot.com/2010/05/lontras-regressaram-ao-rio-febros-junto.html> (acedido em Maio de 2010).
- ARAÚJO, A.; NEVES, R. e RUFINO, R. (1994). Situação da população nidificante de Grifo, *Gyps fulvus*, em Portugal em 1989: evolução demográfica e ameaças. *Actas da 1ª Conferência Nacional sobre Aves de Rapina* (pp. 207-221). Vila Nova de Gaia: Parque Biológico Municipal.
- ARLUKE, A. e SANDERS, C. (1996). *Regarding animals*. Philadelphia: Temple University Press.

- BAPTISTA, F. O. (1994). A agricultura e a questão da terra - do Estado Novo à Comunidade Europeia. *Análise Social*, **XXIX** (128): 907-921.
- BAPTISTA, F. O. (1996). Declínio de um tempo longo. In J. P. Brito, F. O. Baptista e B. Pereira (eds.) *O voo do arado* (pp: 35-75). Lisboa: Museu Nacional de Etnologia/IPM/MC.
- BECK, B. B. (2001). A vision for reintroduction. *AZA Communiqué*: 20-21.
- BERNARD, H. R. (2006). *Research methods in Anthropology: qualitative and quantitative approaches*. Lanham: Altamira Press.
- BLANCO, J. C. e CORTÉS, Y. (2009). Ecological and social constraints of wolf recovery in Spain. In M. Musiani, L. Boitani e P. C. Paquet (eds.), *A new era for wolves and people: wolf recovery, human attitudes, and policy* (pp. 41-66). Alberta: University of Calgary Press.
- BOITANI, L. e CIUCCI, P. (2009). Wolf management across Europe: Species conservation without borders. In M. Musiani, L. Boitani e P. C. Paquet (eds.), *A new era for wolves and people: wolf recovery, human attitudes, and policy* (pp. 15-39). Alberta: University of Calgary Press.
- BORGATTI, S. P. (1999). Elicitation techniques for cultural domain analysis. In J. J. Schensul, M. D. LeCompte, B. K. Nastasi e S. P. Borgatti (eds.), *Enhanced ethnographic methods: audiovisual techniques, focused group interviews, and elicitation techniques* (pp: 115-151). Walnut Creek: AltaMira Press.
- BRAGA, T. (1987 [1914-1915]). *Contos tradicionais do povo português*. Vol. II. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- BRANDÃO, R. e CRUZ, C. M. (2005). A perseguição aos predadores – breve introdução histórica e perspectivas futuras. *Boletim Santo Huberto* [Online] Disponível em: <http://www.antidoto-portugal.org/portal/PT/64/DID/7/default.aspx> (acedido em Abril de 2009).
- BREITENMOSER, U. (1998). Large predators in the Alps: the fall and rise of man's competitors. *Biological Conservation*, **83**(3): 279-289.
- BROSIUS, J. P. (2006). Common ground between Anthropology and Conservation Biology. *Conservation Biology*, **20**(3): 683-685.
- BROWN, K. (2002). Innovations for conservation and development. *The Geographical Journal*, **168**(1): 6-17.
- BUGALHO, J. (1970). *Aves de rapina de Portugal*. Lisboa: Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas.

- BÜSCHER, B. e WOLMER, W. (2007). Introduction: the politics of engagement between Biodiversity Conservation and the Social Sciences. *Conservation and Society*, **5**(1): 1-21.
- C. (1969). Capoeiras assaltadas. *Notícias de Gouveia*, nº 2561: pp. 3.
- CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA (ed.) (s.d.). O dia-a-dia das gentes de Linhares da Beira. In *Linhares da Beira*. Celorico da Beira: Câmara Municipal de Celorico da Beira, Aldeias Históricas de Portugal, PPDR e Programa de Recuperação de Aldeias Históricas.
- CÂNDIDO, A. (1997). *O lobo da Serra da Estrela: passado, presente e futuro*. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa [Relatório de estágio para obtenção de licenciatura].
- CÂNDIDO, A. T. e PETRUCCI-FONSECA, F. R. (2000). O lobo da Serra da Estrela: passado, presente e futuro. *Galemys*, **12**: 209-222.
- CASANOVA, C.; SOUSA, C. e COSTA, S. (2008). Percepções dos Nalú e dos Balanta sobre o ambiente em meio rural na Guiné-Bissau - terão os não humanos que ser os últimos "outros" na Sociologia? *VI Congresso Português de Sociologia - Mundos Sociais: saberes e práticas*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. [Online] Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/479.pdf> (acedido em Janeiro de 2010).
- CASTRO, E. V. (1996). Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, **2**(2): 115-144.
- CASTRO, J. (2001). *Estudo da população de javali (Sus scrofa Linnaeus, 1758) no Parque Natural da Serra da Estrela*. Manteigas: PNSE.
- CATANHO, H. (2006). *Fauna ameaçada - Cores em extinção*. [S.l.]: Tribuna Médica Press.
- CHARDONNET, P.; DESCLERS, B.; FISCHER, J.; GERHOLD, R.; JORI, F. e LAMARQUE, F. (2002). The value of wildlife. *Rev. sci. tech. Off. int. Epiz.*, **21**(1): 15-51.
- CISE (2009). *A fauna da Serra da Estrela*. [Online] Disponível em: <http://www.cise-seia.org.pt/homer.php?familia=Serra da Estrela> (acedido em Maio de 2009).
- CLARK, S. (1988). Is humanity a natural kind? In T. Ingold (ed.), *What is an animal?* (pp. 17-34). London: Unwin Hyman.
- COSTA, S. (2004). *Sociologia do relacionamento Humanos/ Outros Animais: percepções sociais da superioridade humana*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas [Tese de Mestrado].
- DAHDOUH-GUEBAS, F.; COLLIN, S.; LO SEEN, D.; RÖNNBÄCK, P.; DEPOMMIER, D.; RAVISHANKAR, T. e KOEDAM, N. (2006). Analysing ethnobotanical and fishery-related importance of mangroves of the East-Godavari Delta (Andhra Pradesh, India) for conservation and

- management purposes. *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, **2**: 24 [Online] Disponível em <http://www.ethnobiomed.com/content/2/1/24> (acedido em Abril de 2009).
- DAVIES, H. T. e DU TOIT, J. T. (2004). Anthropogenic factors affecting Wild Dog *Lycaon pictus* reintroductions: a case study in Zimbabwe. *Oryx*, **38**(1): 32-39.
- DECRETO-LEI nº 557/76, de 16 de Julho. *Diário da República* nº 165 - I Série. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- DECRETO-LEI nº 167/79, de 4 de Junho. *Diário da República* nº 128 - I Série. Lisboa: Ministério da Habitação e Obras Públicas. Secretaria de Estado do Ordenamento Físico, Recursos Hídricos e Ambiente.
- DECRETO-LEI nº 202/2004, de 18 de Agosto. *Diário da República* nº 194 - I Série-A. Lisboa: Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.
- DECRETO-LEI nº 201/2005, de 24 de Novembro. *Diário da República* nº 226 - I Série-A. Lisboa: Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.
- DECRETO-REGULAMENTAR nº42/85, de 5 de Julho. *Diário da República* nº 2152 - I Série. Lisboa: Ministério da Agricultura.
- DECRETO-REGULAMENTAR nº 50/97, de 20 de Novembro. *Diário da República* nº 269 - I Série-B. Lisboa:
- DECRETO-REGULAMENTAR nº 83/2007, de 10 de Outubro. *Diário da República* nº 195 - I Série. Lisboa: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.
- DELGADO, A. (2010). *Esquilos e fogo controlado - em busca das pinhas roídas pelo Esquilo-vermelho*. [Online] Disponível em <http://natura-link.sapo.pt/article.aspx?menuid=15&cid=2059&bl=1> (acedido em Maio de 2010).
- DESCOLA, P. (1996). Constructing natures: symbolic ecology and social practice. In P. Descola e G. Pálsson (eds.), *Nature and Society: Anthropological perspectives* (pp. 82-102). Londres: Routledge.
- DESCOLA, P. (2005). Rapport à soi, rapport à l'autre. In *Par-Delà Nature et Culture* (pp. 163-180). Paris: Gallimard.
- DESCOLA, P. (2008). *Who owns nature?* [Online] Disponível em <http://www.laviedesidees.fr/Who-owns-nature.html> (acedido em Janeiro de 2008).
- DOUGLAS, M. (2008 [1966]). *Purity and danger: an analysis of concept of pollution and taboo*. London: Routledge.

- DREW, J. A. e HENNE, A. P. (2006). Conservation Biology and Traditional Ecological Knowledge: integrating academic disciplines for better conservation practice. *Ecology and Society*, **11**(2): 34 [Online] Disponível em <http://www.ecologyandsociety.org/vol11/iss2/art34> (acedido em Julho de 2009).
- EINARSSON, N. (1995). All animals are equal but some are cetaceans: conservation and culture conflict. In K. Milton (ed.), *Environmentalism: the view from anthropology* (pp. 73-84). Londres: Routledge.
- EQUIPA ATLAS (2008). *Atlas das aves nidificantes em Portugal (1999-2005)*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- ERICSSON, G. e HEBERLEIN, T. A. (2003). Attitudes of hunters, locals, and the general public in Sweden now that the wolves are back. *Biological Conservation*, **111**: 149-159.
- ESPÍRITO-SANTO, C. (2007). *Human Dimensions in Iberian wolf management in Portugal: attitudes and beliefs of interest groups and the public toward a fragmented wolf population*. Canada: Memorial University of Newfoundland. [Tese de Mestrado].
- EUR-LEX (2009). *Directiva 92/43/CEE do Conselho, de 21 de Maio de 1992, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens*. [Online] Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:31992L0043:PT:HTML> (acedido em Setembro de 2009).
- FIGUEIREDO, J. (1970, 11 de Julho). Falando da agricultura. *Notícias de Gouveia*, nº 2613: pp. 2.
- FOX, H. E.; CHRISTIAN, C.; NORDBY, J. C.; PERGAMS, O. R. W.; PETERSON, G. D. e PYKE, C. R. (2006). Perceived barriers to integrating Social Science and Conservation. *Conservation Biology* **20**(6): 1817-1820.
- FRAZÃO-MOREIRA, A. (2009). *Plantas e "Pecadores": percepções da natureza em África*. Lisboa: Livros Horizonte.
- GALHANO-ALVES, J. P. (1999). Of large carnivores and humans. *Down to Earth*, **8**(4): 27-31.
- GALHANO-ALVES, J. P. (2004). Man and wild boar: a study in Montesinho Natural Park, Portugal. *Galemys*, **16**: 223-230.
- GALVÃO, H.; CRUZ, F. e MONTÊS, A. (1943-1945). *A caça no Império Português*. Volume 5. Porto: Primeiro de Janeiro.
- GASTON, K. J. (2005). Biodiversity and extinction: species and people. *Progress in Physical Geography*, **29**(2): 239-247.

- GAYWOOD, M.; BATTY, D. e GALBRAITH, C. (2008). Reintroducing the European Beaver in Britain. *British Wildlife*: 381-391.
- GEDIR, J. V.; EVEREST, T. e MOEHRENSCHLAGER, A. (2004). Evaluating the potential for species reintroductions in Canada. In T. D. Hooper (ed.), *Proceedings of the Species at Risk 2004 Pathways to Recovery Conference* (pp. 1-28). Victoria B.C.
- GOUVEIA, J. M. S. (1995). *Freixo da Serra: passado, presente e futuro*. Gouveia: [s.n.].
- GRAY, J. (2008). *Sobre humanos e outros animais*. Alfragide: Lua de Papel.
- GRUPO LOBO (2009a). *O projecto cães de gado*. [Online] Disponível em: <http://lobo.fc.ul.pt/caodegado/main.html> (acedido em Dezembro de 2009).
- GRUPO LOBO (2009b). *Os nossos cães: Cão da Serra da Estrela de pêlo curto* [Online] Disponível em: <http://lobo.fc.ul.pt/caodegado/serra-estrela.html> (acedido em Dezembro de 2009).
- GUERRA, S. (1955, 16 de Outubro). A vida na nossa serra: a caça. *Notícias de Gouveia*, nº 1899: p. 1.
- GUERRINHA, J. (1983). *Conhecer Gouveia. Serra da Estrela*. Gouveia: J. Guerrinha.
- HACKEL, J. D. (1999). Community conservation and the future of Africa's wildlife. *Conservation Biology*, **13**(4): 726-734.
- HAENN, N. e WILK, R. R. (2006). Conserving Biodiversity. In N. Haenn and R. R. Wilk (eds.), *The Environment in Anthropology: a reader in ecology, culture and sustainable living* (p. 203). New York: New York University Press.
- HILL, M. e HILL, A. (2005). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- ICN (2001). *Revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela* [Online] Disponível em: <http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/O+ICNB/Ordenamento+e+Gestão/Planos+de+Ordenamento+das+Áreas+Protegidas+%28POAP%29/Poap+-+PNSE.htm> (acedido em Outubro de 2009)
- ICN (2006a). Fichas de caracterização ecológica e de gestão – Fauna, Aves. *Plano Sectorial da Rede Natura 2000: discussão pública* [Online] Disponível em: <http://www.icn.pt/psrn2000/aves.htm> (acedido em Setembro de 2009).
- ICN (2006b). Fichas de caracterização ecológica e de gestão – Fauna, Mamíferos. *Plano Sectorial da Rede Natura 2000: discussão pública*. [Online] Disponível em: <http://www.icn.pt/psrn2000/mamiferos.htm> (acedido em Setembro de 2009).

- ICNB (2009a). *Áreas protegidas*. [Online] Disponível em: <http://portal.icnb.pt/ICNPportal/vPT2007/O+ICNB/Áreas+Protegidas/> (acedido em Junho de 2009).
- ICNB (2009b). *Mapa e caracterização*. [Online] Disponível em: <http://portal.icnb.pt/ICNPportal/vPT2007-AP-SerraEstrela/O+Parque/Mapa+e+Caracterização/> (acedido em Junho de 2009).
- INE (2002). *Censos 2001: resultados definitivos*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INGOLD, T. (1996). Hunting and gathering as ways of perceiving the environment.” In R. Ellen e K. Fukui (eds.), *Redefining Nature. Ecology, Culture and Domestication* (pp. 117-150). Oxford: Berg.
- INGOLD, T. (1997[1992]). Culture and the perception of the environment. In E. Croll e D. Parkin (eds.) *Bush base: forest farm. Culture, environment and development* (pp. 38-56). Londres: Routledge.
- INGOLD, T. (2000). *The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill*. Londres: Routledge.
- IUCN (1987). *The IUCN position statement on translocation of living organisms. Introductions, re-introductions and restocking*. Gland: IUCN.
- IUCN (1998). *Guidelines for re-introduction*. Prepared by the IUCN/SSC Re-introduction Specialist Group. Gland and Cambridge: IUCN.
- IUCN (2004). Preventing and mitigating human-wildlife conflicts: World Parks Congress Recommendation. *Human Dimensions of Wildlife*, **9**: 259-260.
- JANSEN, J. (2002). *Geobotanical guide of the Serra da Estrela*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza.
- JOHANSSON, T. (2008). *Beasts on fields. Human-wildlife conflicts in nature-culture borderlands*. Helsínquia: Department of Geography, Faculty of Science, University of Helsinki.
- KELEMEN, M. A. e MERTENS, A. (s.d.). *Viability study for the reintroduction of Griffon Vulture in Retezat National Park, Romania*. [Online] Disponível em http://www.milvus.ro/images/PDF/Viability_study_for_vulture_reintroduction.pdf (acedido em Abril de 2009).
- KELLERT, S. (2001). Attitudes, knowledge and behaviour toward wildlife among the Industrial Superpowers. In A. Manning e J. Serpell (eds.), *Animals and Human Society - Changing perspectives* (pp. 166-187). Nova Iorque: Routledge.

- KING, N.; BIGGS, H. e LOON, R. (2007). Seeking common ground: how natural and social scientists might jointly create an overlapping worldview for sustainable livelihoods: a South African perspective. *Conservation and Society*, **5**(1): 88-114.
- KNIGHT, J. (2000). Introduction. In J. Knight (ed.), *Natural enemies: people-wildlife conflicts in anthropological perspective* (pp. 1-35). Londres: Routledge.
- KNIGHT, J. (2006). *Waiting for wolves in Japan: an anthropological study of people-wildlife relations*. Honolulu: University of Hawai'i Press.
- KOTTAK, C. P. (1999). The new Ecological Anthropology. *American Anthropologist*, **101**(1): 23-35.
- LATOUR, B. (2004 [1999]). *Politics of nature: how to bring the sciences into democracy*. London: Harvard University Press.
- LEI n° 90/88, de 13 de Agosto. *Diário da República* n° 187 - I Série. Lisboa: Assembleia da República.
- LESPARRE, D. e CRESPO, E. (2008). *A herpetofauna do Parque Natural da Serra da Estrela*. Seia: Município de Seia.
- LINNELL, J. C. D.; ODDEN, J.; SMITH, M. E.; AANES, R. e SWENSON, J. E. (1999). Large carnivores that kill livestock: do «problem animals» really exist? *Wildl. Soc. Bull.*, **27**: 698- 705.
- LISBOA, I. (1997 [1958]). *Crónicas da serra*. Lisboa: Editorial Presença.
- LOPES, T. (2008). Mamíferos. *Adufe*, **12**: 28-31.
- LPN (2010). Projecto LIFE Lince Moura/Barrancos: resultados [Online] Disponível em http://projectos.lpn.pt/link.php?id_projecto=14&layout=1&lang=1&id=21 (acedido em Janeiro de 2010).
- M. F. (1969, 25 de Outubro). Emigração e suas motivações. *Notícias de Gouveia*, n° 2579: pp. 1-2.
- MACDONALD, D.; CRABTREE, J. R.; WIESINGER, G.; DAX, T.; STAMOU, N.; FLEURY, P.; FUTIERREZ-LAZPITA, J. e GIBON, A. (2000). Agricultural abandonment in mountain areas of Europe: environmental consequences and policy response. *Journal of Environmental Management*, **59**: 47-69.
- MACDONALD, F. (2007). *Parks, people, and power: the social effects of protecting the Ngel Nyaki Forest Reserve in Eastern Nigeria*. Christchurch: University of Canterbury. [Tese de Mestrado].
- MACHADO, CAP. M. (1980). O Lobo. In C. E. Costa (ed.), *A Caça em Portugal*. Volume 2 (pp. 127-132). Lisboa: Editorial Estampa.

- MARTINHO, A. T. (1978). *O pastoreio e o Queijo da Serra*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico.
- MARTINHO, A. T. (1980). *O Queijo da Serra*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.
- MARVIN, G. (2000). The problem of foxes: legitimate and illegitimate killing in the English countryside. In J. Knight (ed.), *Natural enemies: People-wildlife conflicts in anthropological perspective* (pp. 189-211). Londres: Routledge.
- MARZLUFF, J. M. (2006). [Review of the book *Waiting for wolves in Japan: An anthropological study of people-wildlife relations*, by J. Knight]. *Journal of Ecological Anthropology*, **10**: 78-80.
- MASCIA, M. B. (2006). Conservation Social Science: what's in the black box? *Society for Conservation Biology Newsletter*, **13**(2) [Online] Disponível em: <http://www.conbio.org/Publications/Newsletter/Archives/2006-5-May/v13n2004.cfm> - A3 (accedido em Janeiro de 2010).
- MASCIA, M. B.; BROSIUS, P.; DOBSON, T. A.; FORBES, B. C.; HOROWITZ, L.; MCKEAN, M. A.; e TURNER, N. J. (2003). Conservation and the Social Sciences. *Conservation Biology*, **17**(3): 649-650.
- MASSEI, G. e GENOV, P. V. (2004). The environmental impact of wild boar. *Galemys*, **16** (nº especial): 135-145.
- MEE, A. (2008). Re-introduction of the White-tailed sea eagle to County Kerry, Republic of Ireland. In P. S. Soorae (ed.), *Global re-introduction perspectives: re-introduction case-studies from around the globe* (pp. 153-155). IUCN/SSC Re-introduction Specialist Group, Abu Dhabi, UAE.
- MENDES, J. M. (1999). *Figueiró da Serra: apontamentos sobre a sua história*. [S.l.: s.n.]
- MERIGGI, A. e LOVARI, S. (1996). A review of wolf predation in Southern Europe: does the wolf prefer wild prey to livestock? *Journal of Applied Ecology*, **33**: 1561-1571.
- MERTENS, A.; KELEMEN, M. e HODOR, C. (2005). *Vultures in Romania. Report on the assessment of public attitudes towards vultures and the potential reintroduction of Griffon vultures (Gyps fulvus)*. Tirgu Mures: Milvus Group [Online] Disponível em http://milvus.ro/images/PDF/Appendix_IV_Report_opinion_poll.pdf (accedido em Abril de 2009).
- MEXICAN WOLF SSP (2009). *Reintroduction or recolonization: is there a difference?* [Online] Disponível em: <http://www.mexicanwolves.heritageparkzoo.org/recovery/ReintroductionOrRecolonization.php> (accedido em Setembro de 2009).

- MILLER, B.; RALLS, K.; READING, R. P.; SCOTT, J. M. e ESTES, J. (1999). Biological and technical considerations of carnivore translocation: a review. *Animal Conservation*, **2**: 59–68.
- MOREIRA, F. e RUSSO, D. (2007). Modelling the impact of agricultural abandonment and wildfires on vertebrate diversity in Mediterranean Europe. *Landscape Ecology*, **22**: 1461-1476.
- MORZILLO, A. T.; MERTIG, A. G.; HOLLISTER, J. W.; GARNER, N. e LIU, J. (2010). Socioeconomic factors affecting local support for Black Bear recovery strategies. *Environmental Management*, **45**(6): 1299-1311.
- MUSIANI, M.; BOITANI, L. e PAQUET, P. C. (2009). Introduction - Newly recovering wolf populations produce new trends in human attitudes and policy. In M. Musiani, L. Boitani e P. C. Paquet (eds.), *A new era for wolves and people: wolf recovery, human attitudes, and policy* (pp. 1-12). Alberta: University of Calgary Press.
- MUSTONI, A.; CARLINI, E.; CHIARENZI, B.; CHIOZZINI, S.; LATTUADA, E.; DUPRÉ, E.; GENOVESI, P.; PEDROTTI, L.; MARTINOLI, A.; PREATONI, D.; WAUTERS, L. A. e TOSI, G. (2003). Planning the Brown Bear *Ursus arctos* reintroduction in the Adamello Brenta Natural Park. A tool to establish a metapopulation in the Central-Eastern Alps. *Hystrix It. J. Mamm.*, **14** (1-2): 3-27.
- NILSEN, E. B.; MILNER-GULLAND, E. J.; SCHOFIELD, L.; MYSTERUD, A.; STENSETH, N. C. e COULSON, T. (2007). Wolf reintroduction to Scotland: public attitudes and consequences for red deer management. *Proceedings of the Royal Society, Series B*, **274**: 995-1002.
- NYGREN, A. (2004). Nature as contested terrain: conflicts over wilderness protection and local livelihoods in Río San Juan, Nicaragua. In D. Andersen e E. Berglund (eds.), *Ethnographies of conservation: Environmentalism and the distribution of privilege* (pp. 33-49). Nova Iorque: Berghahn.
- ORLOVE, B. S. (1980). Ecological Anthropology. *Annual Review of Anthropology*, **9**: 235-273.
- ORLOVE, B. S. e BRUSH, S. B. (1996). Anthropology and the conservation of biodiversity. *Annual Review of Anthropology*, **25**: 329-352.
- PENA, A. (2002). *Carta do lazer das aldeias históricas: uma viagem pelo património natural das aldeias históricas do Interior Beirão*. Lisboa: Inatel.
- PETERSON, R. B.; RUSSELL, D.; WEST, P. e BROSIUS, J. P. (2008). Seeing (and doing) conservation through a cultural lenses. *Environmental Management* [Online] Disponível em <http://springerlink.com/content/35571m662k487777/fulltext.pdf> (acedido em Julho de 2009).

- PETRUCCI-FONSECA, F. (1990). *O lobo (Canis lupus signatus Cabrera, 1907) em Portugal. Problemática da sua conservação*. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. [Tese de doutoramento].
- PETRUCCI-FONSECA, F.; PIRES, A. E.; RIBEIRO, S.; ALMENDRA, L.; CLEMENTE, A.; COLLAÇO, M. T.; MATOS, J. e SIMÕES, F. (2000). Cães de gado na conservação do lobo em Portugal. *Galemys*, **12** (nº especial): 135-148.
- PIRES, J. P. (2001). *Ecologia alimentar da raposa [Vulpes vulpes (Linnaeus 1778)] no Parque Natural da Serra da Estrela*. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto [Tese de mestrado]
- PIRES, J. P. (2003). *Conservação de algumas espécies protegidas. Serra da Estrela*. ICN/PNSE [Panfleto].
- PROGRAMA ANTÍDOTO-PORTUGAL (2010). *Casos de envenenamento: casos mais relevantes*. [Online] Disponível em <http://www.antidoto-portugal.org/portal/PT/55/default.aspx> (acedido em Fevereiro de 2010).
- QUIVY, R. e CAMPENHOUD, L. (1998). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- READING, R. P.; CLARK, T. W. e KELLERT, S. R. (1991). Towards an endangered species reintroduction paradigm. *Endangered Species UPDATE*, **8**(11): 1-4.
- READING, R. P. e KELLERT, S. R. (1993). Attitudes toward a proposed reintroduction of Black-footed Ferrets (*Mustela nigripes*). *Conservation Biology*, **7**(3): 569-580.
- REDFORD, K.; BRANDON, K. e SANDERSON, S. (2006). Holding ground. In N. Haenn e R. R. Wilk (eds.), *The Environment in Anthropology: a reader in ecology, culture and sustainable living* (pp. 237-242). New York: New York University Press.
- RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS nº 83/2009, de 9 de Setembro. *Diário da República* nº 175 - I Série. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- RIBEIRO, O. (1940-1941). Contribuição para o estudo do pastoreio na Serra da Estrêla. *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, **VII** (1-2): 213-303.
- RIBEIRO, S. [s.d.]. *Métodos de Protecção do Gado: uma forma eficaz de reduzir os conflitos com os predadores*. Grupo Lobo. [Online] Disponível em http://www.antidoto-portugal.org/portal/user/documentos/Protec_Gado_S_Ribeiro.pdf (acedido em Novembro de 2009).
- RODRIGUES, A. M. B. (1986). *Folgosinho, Terra de Viriato*. [S.l.: s.n.]

- ROUÉ, M. (2009). *Ecological Anthropology of Biodiversity Conservation*. [Online] Disponível em <http://www.ecoanthropologie.cnrs.fr/spip.php?article324&lang=en> (acedido em Julho de 2009).
- RUFINO, R. (1989). *Atlas das aves que nidificam em Portugal Continental*. Lisboa: Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, Centro de Estudos de Migrações e Protecção de Aves.
- RUSSELL, D. (2007). Conservation Anthropology. *Society for Conservation Biology Newsletter* [Online] Disponível em <http://www.conbio.org/Publications/Newsletter/Archives/2007-5-May/v14n2009.cfm> - A8 (acedido em Julho de 2009).
- SACARRÃO, G. (1980). A fauna cinegética portuguesa. In C. E. Costa (ed.) *A Caça em Portugal*. Volume 1 (pp. 71-184). Lisboa: Editorial Estampa.
- SCHENSUL, J. J.; Lecompte, M. D.; NASTASI, B. K. e BORGATTI, S. P. (1999). *Enhanced ethnographic methods: audiovisual techniques, focused group interviews, and elicitation techniques*. (Ethnographer's Toolkit, 3). Walnut Creek: AltaMira Press.
- SCHLEY, L. e ROPER, T. J. (2003). Diet of wild boar *Sus scrofa* in Western Europe, with particular reference to consumption of agricultural crops. *Mammal Review*, **33**(1): 43-56.
- SCHMIDT, G. (2005). Ecology & Anthropology: a field without future? *Ecological and Environmental Anthropology*, **1**(1): 13-15.
- SCHOENECKER, K. A. e SHAW, W. W. (1997). Attitudes toward a proposed reintroduction of Mexican Gray Wolves in Arizona. *Human Dimensions of Wildlife*, **2**(3): 42-55.
- SEDDON, P. J.; ARMSTRONG, D. P. e MALONEY, R. F. (2007). Developing the science of Reintroduction Biology. *Conservation Biology*, **21**(2): 303-312.
- SELECÇÕES DO READER'S DIGEST (1982). *À descoberta de Portugal*. Porto: Selecções do Reader's Digest.
- SILLERO-ZUBIRI, C.; SUKUMAR, R. e TREVES, A. (2007). Living with wildlife: the roots of conflict and the solutions. In D. W. Macdonald e K. M. Service (eds.), *Key Topics in Conservation Biology* (pp. 255-272). Oxford: Blackwell Publishing.
- SIMÕES, V. (1979). *A Serra da Estrela e as suas Beiras*. Lisboa: V. Simões.
- SINGER, P. (1995 [1975]). Man's dominion... A short history of speciesism. In *Animal Liberation* (pp: 185-212). London: Pimlico.

- SOARES, F. (2009). *Fora a alma, tudo é carne? As percepções sociais da população do concelho de Gouveia em relação à fauna silvestre local e aos Centro de Recuperação de Animais Selvagens*. Gouveia: CERVAS, PNSE/ICNB. [Relatório de estágio]
- SOMBRIÓ, C. (1948, 14 de Março). O pastor da Serra: a humildade duma profissão que serve de guia dos turistas. *Notícias de Gouveia*, nº 1523.
- SORIGUER, R. C.; MÁRQUEZ, F. J. e PÉREZ, J. M. (1998). Las translocaciones (introducciones y reintroducciones) de especies cinegéticas y sus efectos medioambientales. *Galemys*, **10**(2): 19-35.
- SOULÉ, M. E. (1985). What is conservation biology? *BioScience*, **35**(11): 727-734.
- STEWART, J. (1955). The concept and method of Cultural Ecology. In *Theory of cultural change: The methodology of multilinear evolution* (pp. 30-42). Urbana: University of Illinois Press.
- THEMIDO, A. A. (1952). Aves de Portugal: chaves para a sua determinação. *Memórias e estudos do Museu Zoológico da Universidade de Coimbra* [Separata], **213**: 1-241.
- TOLEDO, V. (1992). What is ethnoecology? Origins, scope, and implications of a rising discipline. *Ethnoecológica*, **1**: 5-21.
- TOLEDO, V. (2002). Ethnoecology: A conceptual framework for the study of Indigenous Knowledge of Nature. In J. R. Stepp, F. S. Wyndham e R. K. Zarger (eds.), *Ethnobiology and Biocultural Diversity* (pp. 511-522). Athens: International Society of Ethnobiology.
- TOOLE, L. O. (2008). The re-introduction of the golden eagle to Glenveagh National Park, County Donegal, Republic of Ireland. In P. S. Soorae (ed.), *Global re-introduction perspectives: re-introduction case studies from around the globe* (pp. 149-152). IUCN/SSC Re-introduction Specialist Group, Abu Dhabi, UAE.
- TREVES, A. e KARANTH, K. U. (2003). Human-carnivore conflict and perspectives on carnivore management worldwide. *Conservation Biology*, **17**(6): 1491-1499.
- TSING, A. (2005). *Friction: an ethnography of global connections*. New Jersey: Princeton University Press.
- URI-KHOB, S. (2004). *Attitudes and perceptions of local communities towards the reintroduction of Black rhino (Diceros bicornis bicornis) into their historical range in northwest Kunene Region, Namibia*. Canterbury: University of Kent, Durrell Institute of Conservation and Biology (DICE). [Tese de Mestrado].

- VALKAMA, J.; Korpimäki, E.; ARROYO, B.; BEJA, P.; BRETAGNOLLE, V.; BRO, E.; KENWARD, R.; MAÑOSA, S.; REDPATH, S. M.; THIRGOOD, S. e VIÑUELA, J. (2004). Birds of prey as limiting factors of gamebird populations in Europe: a review. *Biol. Rev.*, **80**: 171-203.
- VASCONCELOS, J. L. (1936). *Etnografia portuguesa. Tentame de sistematização*. Volume II. Lisboa: Imprensa Nacional de Portugal.
- VIRGÓS, E.; LLORENTE, M. e CORTÉS, Y. (1999). Geographical variation in genet (*Genetta genetta* L.) diet: a literature review. *Mammal Rev.*, **29**(2): 119-128.
- WACHSMANN, F. (1949). *Como eu vi a Serra da Estrela*. [S.l.: s.n.].
- WILLIAMS, C. K.; ERICSSON, G. e HEBERLEIN, T. A. (2002). A quantitative summary of attitudes toward wolves and their reintroduction (1972-2000). *Wildlife Society Bulletin*, **30**(2): 1-10.
- WILSON, C. J. (2004). Could we live with reintroduced large carnivores in the UK? *Mammal Review*, **34**(3): 211-232.
- ZINK, R. e FREY, H. (2008). Re-introduction of the bearded vulture into the European Alps. In P. S. Soorae (ed.) *Global re-introduction perspectives: re-introduction case studies from around the globe* (pp. 141-144). IUCN/SSC Re-introduction Specialist Group, Abu Dhabi, UAE.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Características demográficas das freguesias (fonte: INE, 2002)	17
Tabela 2: Caracterização da amostra seleccionada.	23
Tabela 3: Critérios na base dos agrupamentos livres (adaptado de Frazão-Moreira, 2009).	38
Tabela 4: Criação de gado ovino na área de estudo entre 1934 e 1999.	57
Tabela 5: Caracterização do universo de estudo (fonte: INE, 2002).	xii
Tabela 6: Caracterização inicial da amostra seleccionada	xii
Tabela 7: Categorização das opiniões em relação a uma possível reintrodução	xiv

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1: Habilitações literárias dos inquiridos.	31
Fig. 2: Animais tidos como prejudiciais para a agricultura.	32
Fig. 3: Animais selvagens tidos como prejudiciais para a pecuária.	33
Fig. 4: Opinião dos inquiridos em relação ao futuro	34
Fig. 5: Quantas (A) e quais (B) as espécies desconhecidas por parte dos inquiridos.	36
Fig. 6: Escalonamento multidimensional das doze espécies.	36
Fig. 7: Escalonamento multidimensional das doze espécies para o grupo etário [15, 29].	37
Fig. 8: Critérios utilizados para os agrupamentos livres.	39
Fig. 9: O grifo existe no PNSE?	41
Fig. 10: Opiniões (A) dos inquiridos em relação à possível reintrodução do grifo	43
Fig. 11: A prática da agricultura (A), pecuária (B), pastorícia (C) e caça (D)	44
Fig. 12: A águia-real existe no PNSE?	46
Fig. 13: Opiniões (A) dos inquiridos em relação à possível reintrodução da águia-real	47
Fig. 14: A prática da agricultura (A), pecuária (B), pastorícia (C) e caça (C) e as opiniões dos inquiridos	49
Fig. 15: O lobo-ibérico existe no PNSE?	49
Fig. 16: Opiniões (A) dos inquiridos em relação à possível reintrodução do lobo-ibérico	51
Fig. 17: A prática da agricultura (A), pecuária (B), pastorícia (C) e caça (C) e as opiniões dos inquiridos	53
Fig. 18: Parte de um rebanho transumante, de cerca de 1500 cabeças.	58
Fig. 19: Exemplo de um rebanho actual na área de estudo.	60
Fig. 20: A utilização do burro para serviços de carga e transporte.	64
Fig. 21: Decreto-Lei n° 201/2005, de 24 de Novembro.	70
Fig. 22: Exemplar de Cão da Serra da Estrela, variante pêlo curto.	82
Fig. 23: Localização do PNSE no contexto das áreas protegidas de Portugal Continental.	i
Fig. 24: Localização da área de estudo dentro do PNSE	i
Fig. 25: Localização das freguesias seleccionadas	ii
Fig. 26: Cartão n° 1, Grifo (<i>Gyps fulvus</i>)	viii
Fig. 27: Cartão n° 2, Cão assilvestrado (<i>Canis lupus familiaris</i>)	viii

Fig. 28: Cartão nº 3, Milhafre-preto (<i>Milvus migrans</i>)	viii
Fig. 29: Cartão nº 4, Raposa (<i>Vulpes vulpes</i>).....	ix
Fig. 30: Cartão nº 5, Javali (<i>Sus scrofa</i>)	ix
Fig. 31: Cartão nº 6, Ovelha (<i>Ovis aries</i>)	ix
Fig. 32: Cartão nº 7, Burro (<i>Equus africanus asinus</i>).....	x
Fig. 33: Cartão nº 8, Águia-real (<i>Aquila chrysaetos</i>).....	x
Fig. 34: Cartão nº 9, Geneta (<i>Genetta genetta</i>).....	x
Fig. 35: Cartão nº 10, Coelho-bravo (<i>Oryctolagus cuniculus</i>)	xi
Fig. 36: Cartão nº 11, Lobo-ibérico (<i>Canis lupus signatus</i>)	xi
Fig. 37: Cartão nº 12, Corvo (<i>Corvus corax</i>)	xi
Fig. 38: Escalonamento multidimensional das doze espécies para o género masculino	xiii
Fig. 39: Escalonamento multidimensional das doze espécies para o género feminino	xiii

ANEXOS

ANEXO I: ÁREA DE ESTUDO

I.1. Localização do PNSE e da área de estudo

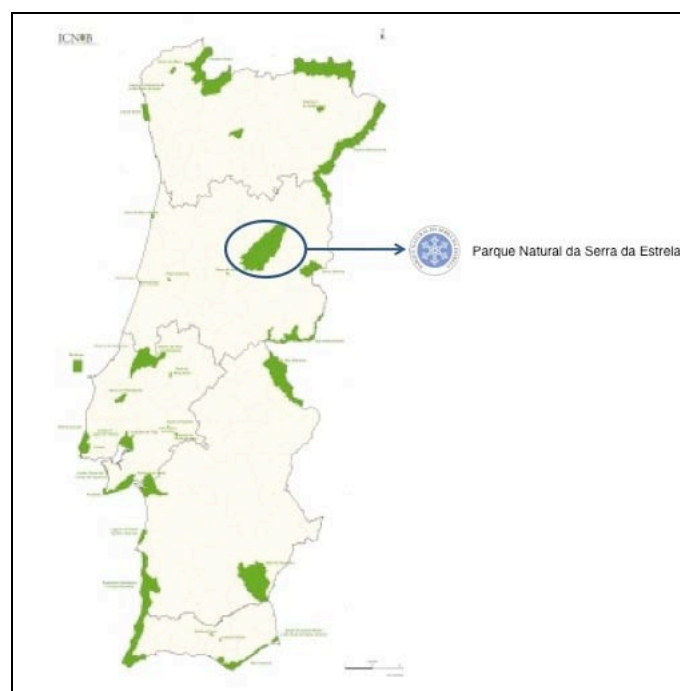


Fig. 23: Localização do PNSE no contexto das áreas protegidas de Portugal Continental.
(Fonte: ICNB, 2009a)

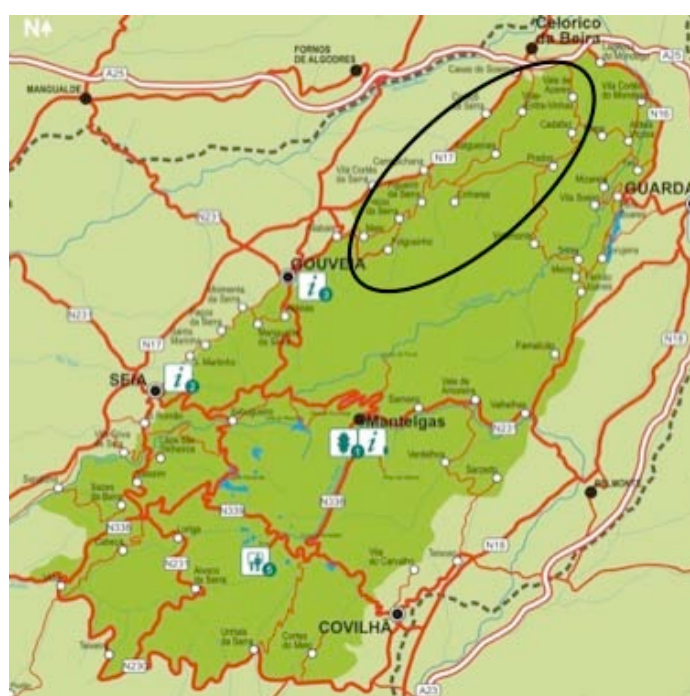


Fig. 24: Localização da área de estudo dentro do PNSE.
(Fonte: ICNB, 2009b)

I.2. Área de estudo e freguesias seleccionadas



Fig. 25: Localização das freguesias seleccionadas.

(Fonte: Google Maps)

ANEXO II:

GUIÃO DE ENTREVISTA

1. DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS

1.1 Género: a) Masculino ____ b) Feminino ____

1.2 Idade: ____ anos

1.3 Local de residência: Freguesia _____

1.4 Sempre viveu aqui?

a) Sim ____

b) Não ____ Onde viveu antes? _____

1.5. Habilitações literárias:

a) Nunca frequentou a escola ____

f) 12º ano ou equivalente ____

b) Primária incompleta ____

g) Ensino Superior ou equivalente ____

c) Primária completa ____

h) Mestrado ____

d) Ciclo preparatório ____

i) Doutoramento ____

e) 9º ano ou equivalente ____

2. AGRICULTURA, PECUÁRIA, PASTORÍCIA E CAÇA

2.1. Pratica a **agricultura**?

a) Sim ____

b) Não ____ (PASSAR PARA 2.2)

2.1.2. Agricultura...

a) Para subsistência ____

b) Para venda ____

c) Ambos ____

2.1.3. As suas culturas alguma vez foram atacadas por algum animal selvagem?

a) Sim ____

b) Não ____ (PASSAR PARA 2.5)

Por qual(is)? _____

Meio(s) de protecção utilizados? _____

2.2. Tem/teve **animais**?

a) Sim ____

b) Não ____ (PASSAR PARA 2.3)

2.2.1. Que tipo de animais? _____

2.2.2. Alguma vez foram mortos por animais selvagens?

a) Sim ____

b) Não ____ (PASSAR PARA 2.3)

Por qual(is)? _____ Quando? _____

Meio(s) de protecção utilizados? _____

2.3. É/foi **pastor**?

a) É ____ Desde quando? _____

b) Foi ____ Durante quanto tempo? _____

c) Não ____ (PASSAR PARA 2.4)

d) Familiar próximo? _____ (PASSAR PARA 2.3.5.)

2.3.1. Número de cabeças que tem/teve? _____

2.3.2. O rebanho alguma vez foi atacado?

a) Sim ____ b) Não ____ (PASSAR PARA 2.3.6.)

Por qual(is)? _____ Quando? _____

Meio(s) de protecção utilizados? _____

2.3.3. Saberá o que fazer se o rebanho fosse atacado?

a) Sim ____ O quê? _____

b) Não ____

2.4. Como avalia o **futuro** da pastorícia e da agricultura aqui na zona? Porquê?

2.5. É/foi **caçador** (ou alguém na família mais próxima é/foi)? Em caso afirmativo:

a) É ____ Desde quando? _____

b) Foi ____ Durante quanto tempo? _____

c) Não ____ (PASSAR PARA 2.4)

d) Familiar próximo? _____ (PASSAR PARA 2.3.5.)

2.5.1. Caça todos os anos? a) Sim ____ b) Não ____

2.5.2. Caça em todos os dias de caça ou só de vez em quando?

2.5.3. Considera algum animal selvagem "prejudicial" para a caça? _____

3. PERCEPÇÕES SOCIAIS EM RELAÇÃO À FAUNA LOCAL NO GERAL

AGRUPAMENTOS LIVRES E CRITÉRIOS:

4. ÁGUIA-REAL, GRIFO E LOBO-IBÉRICO.

4.1. GRIFO

4.1.1. Existe aqui?

a) "Sim"

- Quando foi a última vez que viu? Onde? Quantos?

- Qual das seguintes afirmações descreve melhor a sua opinião:

a) Não gosto nada ____

d) Gosto ____

b) Não gosto ____

e) Gosto muito ____

c) Ind. ____

Porquê? _____

- Existem:

a) Muitos ____

b) Poucos ____

c) +/- ____

- Pensa que deveria haver mais? Porquê? O que se ganha/perde com isso?

b) "Já não"

- Desde quando é que não há?/ Quando foi a última vez que viu/ouviu falar?

- Na sua opinião, porque é que já não há?

- Gostaria de os voltar a ver por aqui? Porquê? O que se poderia ganhar/perder com isso?

c) "Nunca houve/vi"

- Gostaria de os ver por aqui? Porquê? O que se ganha/perde com isso?

4.1.2. Conhecimento da espécie:

- Alimentação: _____
- em que meio vive? _____
- vivem em grupo ou não? _____
- Em que altura do ano se vêem com crias? _____

4.1.3. Recorda-se de alguma história sobre este animal?

4.2. ÁGUIA-REAL

4.2.1. Existe aqui?

a) "Sim"

- Quando foi a última vez que viu? Onde? Quantos?

- Qual das seguintes afirmações descreve melhor a sua opinião:
a) Não gosto nada ____ d) Gosto ____
b) Não gosto ____ e) Gosto muito ____
c) Ind. ____
Porquê? _____
- Existem:
a) Muitos ____ b) Poucos ____ c) +/- ____
- Pensa que deveria haver mais? Porquê? O que se ganha/perde com isso?

b) "Já não"

- Desde quando é que não há?/ Quando foi a última vez que viu/ouviu falar?

- Na sua opinião, porque é que já não há?

- Gostaria de os voltar a ver por aqui? Porquê? O que se poderia ganhar/perder com isso?

c) "Nunca houve/vi"

- Gostaria de os ver por aqui? Porquê? O que se ganha/perde com isso?

4.2.2. Conhecimento da espécie:

- Alimentação: _____
- em que meio vive? _____
- vivem em grupo ou não? _____
- Em que altura do ano se vêem com crias? _____

4.2.3. Recorda-se de alguma história sobre este animal?

4.3. LOBO-IBÉRICO

4.3.1. Existe aqui?

a) "Sim"

- Quando foi a última vez que viu? Onde? Quantos?

- Qual das seguintes afirmações descreve melhor a sua opinião:

a) Não gosto nada ____	d) Gosto ____
b) Não gosto ____	e) Gosto muito ____
c) Ind. ____	

 Porquê? _____
- Existem:

a) Muitos ____	b) Poucos ____	c) +/- ____
----------------	----------------	-------------
- Pensa que deveria haver mais? Porquê? O que se ganha/perde com isso?

b) "Já não"

- Desde quando é que não há?/ Quando foi a última vez que viu/ouviu falar?

- Na sua opinião, porque é que já não há?

- Gostaria de os voltar a ver por aqui? Porquê? O que se poderia ganhar/perder com isso?

c) "Nunca houve/vi"

- Gostaria de os ver por aqui? Porquê? O que se ganha/perde com isso?

4.3.2. Conhecimento da espécie:

- Alimentação: _____
- em que meio vive? _____
- vivem em grupo ou não? _____
- Em que altura do ano se vêem com crias? _____

4.3.3. Recorda-se de alguma história sobre este animal?

ANEXO III: IMAGENS



Fig. 26: Cartão nº 1, Grifo (*Gyps fulvus*).
(Foto: CERVAS)



Fig. 27: Cartão nº 2, Cão assilvestrado (*Canis lupus familiaris*).
(Foto: R. Brandão)



Fig. 28: Cartão nº 3, Milhafre-preto (*Milvus migrans*).
(Foto: Y. Thonnerieux)



Fig. 29: Cartão nº 4, Raposa (*Vulpes vulpes*).
(Foto: F. Romão)



Fig. 30: Cartão nº 5, Javali (*Sus scrofa*).
(Foto: Tapada Nacional de Mafra)



Fig. 31: Cartão nº 6, Ovelha (*Ovis aries*).

(Fonte: http://4.bp.blogspot.com/_fLAiEmC_P3o/SbRHghYDorI/AAAAAAAAACg/U5cQBrmkYWE/s400/ceramica+tiago+029.jpg)



Fig. 32: Cartão nº 7, Burro (*Equus africanus asinus*).
(Foto: F. Santos)



Fig. 33: Cartão nº 8, Águia-real (*Aquila chrysaetos*).
(Foto: J. Peltomäki)



Fig. 34: Cartão nº 9, Geneta (*Genetta genetta*).
(Fonte: <http://www.nigeldennis.com/stock/images/mammals/species/genet/25604.jpg>)



Fig. 35: Cartão nº 10, Coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*).
(Foto: J. Coelho)



Fig. 36: Cartão nº 11, Lobo-ibérico (*Canis lupus signatus*).
(Foto: F. Márquez)



Fig. 37: Cartão nº 12, Corvo (*Corvus corax*).
(Foto: D. Collin (esq.) e J. Fouarge (dta.))

ANEXO IV:
CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO E DA AMOSTRA INICIAL

CONCELHO	FREGUESIA	SEXO			GRUPOS ETÁRIOS		
		HM	H	M	15-29	30-64	≥65
Celorico da Beira	Cadafaz	164	76	88	19	66	61
	Linhares da Beira	328	151	177	49	118	122
	Prados	222	120	102	44	71	83
	Vide-Entre-Vinhas	195	89	106	32	68	74
Gouveia	Figueiró da Serra	303	129	174	53	120	89
	Folgosinho	580	274	306	83	223	210
	Freixo da Serra	138	72	66	20	46	62
TOTAL		1930	911	1019	300	712	701

Tabela 5: Caracterização do Universo de estudo (fonte: INE, 2002)

CONCELHO	FREGUESIA	GRUPOS ETÁRIOS						TOTAL (FREG.)
		15-29		30-64		≥65		
		H	M	H	M	H	M	
Celorico da Beira	Cadafaz	1	1	3	3	2	2	12
	Linhares da Beira	2	2	4	4	5	5	22
	Prados	2	2	3	3	3	3	16
	Vide-Entre-Vinhas	1	1	3	3	3	3	14
Gouveia	Figueiró da Serra	2	2	4	4	3	3	18
	Folgosinho	3	3	8	8	8	8	38
	Freixo da Serra	1	1	2	2	2	2	10
TOTAL (GRUPOS ETÁRIOS)		24 (HM)		54 (HM)		52 (HM)		130 (HM)

Tabela 6: Caracterização inicial da amostra seleccionada.

ANEXO V: ESCALONAMENTO MULTIDIMENSIONAL POR GÉNERO

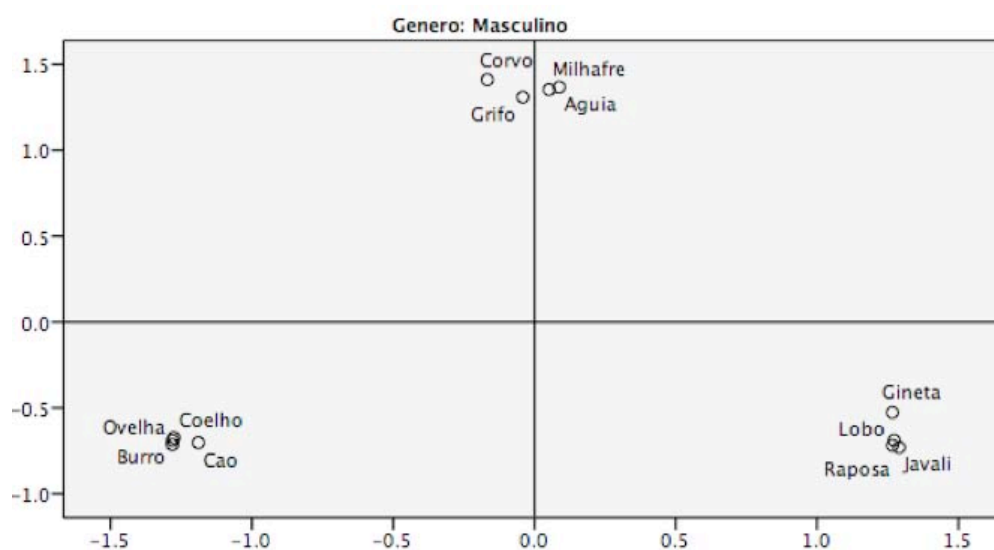


Fig. 38: Escalonamento multidimensional das doze espécies para o género masculino.

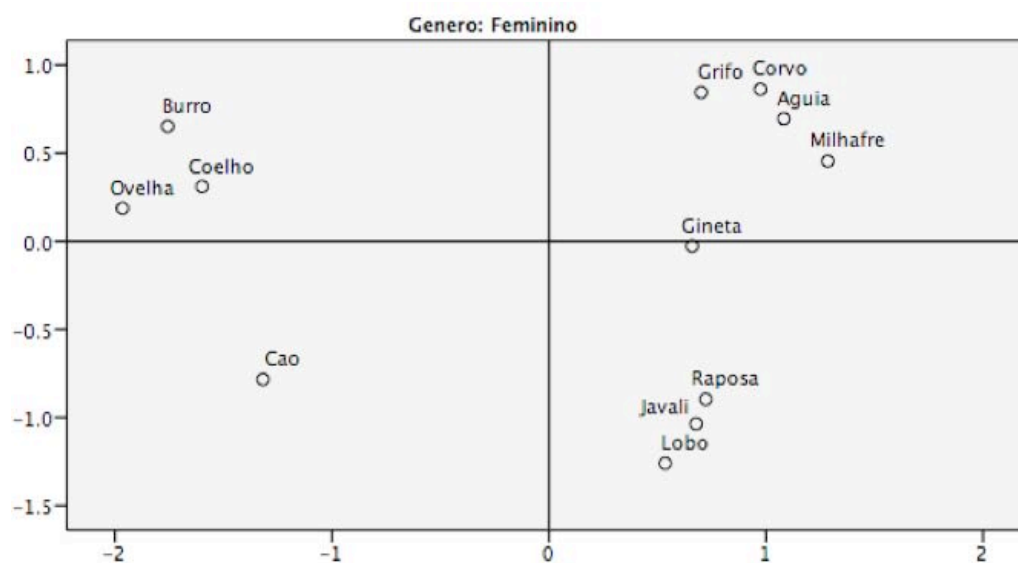


Fig. 39: Escalonamento multidimensional das doze espécies para o género feminino.

ANEXO VI:
OPINIÕES RELATIVAMENTE À POSSÍVEL REINTRODUÇÃO

OPINIÃO/ ATITUDE		DESCRIÇÃO
Negativismo		Opinião fortemente centrada na antipatia pela(s) espécie(s) em causa; repugnância; medo.
Utilitária	+	Opinião fortemente centrada na ausência de danos e prejuízos causados pela(s) espécie(s).
	-	Opinião fortemente centrada nos possíveis danos e prejuízos causados pela(s) espécie(s).
Estética	+	Opinião fortemente centrada na estética, no sentido positivo do termo (Ex.: "é bonito")
	-	Opinião fortemente centrada na estética, no sentido negativo do termo (Ex.: "é feio")
Ecológica	+	Opinião fortemente centrada no valor ecológico, na "preocupação" com o ambiente em geral (Ex.: "há poucos animais"; "fazem parte da natureza"); interesse e gosto pela vida selvagem.
	-	Opinião fortemente centrada na não atribuição de qualquer valor ecológico (Ex.: "não fazem falta"; "já há suficientes"; "não são precisos mais")
Indiferença		Opinião fortemente centrada na indiferença e falta de interesse pela(s) espécie(s).
Ética		Opinião fortemente centrada no valor de existência da(s) espécie(s).
Falta de conhecimento		Opinião fortemente centrada no desconhecimento tanto da(s) espécie(s), como dos possíveis prejuízos causados.
Sem motivo		

Tabela 7: Categorização das opiniões em relação a uma possível reintrodução.
(adaptado de Reading & Kellert, 1993; Kellert, 2001).